



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 58 - TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2006(*)

Aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos Acordos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 14-12-2005.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 14-12-2005.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-12-2005.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2006(*)

Aprova o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, em 21 de agosto de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, em 21 de agosto de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 2006(*)

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída no dia 7 de março de 2002, em Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída no dia 7 de março de 2002, em Brasília.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2006(*)

Aprova a solicitação de o Brasil fazer a declaração prevista no artigo 22 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, reconhecendo a competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar denúncias de violações dos dispositivos da Convenção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a solicitação de o Brasil fazer a declaração prevista no artigo 22 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, reconhecendo a competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar denúncias de violações dos dispositivos da Convenção.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 2006(*)

Aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 26-1-2006.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 316, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.007, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. 11959

Nº 317, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.008, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. 11959

Nº 318, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.009, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. 11960

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária dos Requerimentos nºs 1.007 a 1.009, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 11961

Recebimento da Mensagem nº 117, de 2006 (nº 226/2006, na origem), de 12 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até cento e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. 11961

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica, onde poderá receber emendas, e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 11961

1.2.3 – Ofício da Embaixada da República Gabonesa

Nº 60.088/2006, de 11 do corrente, comunicando o falecimento do Sr. Georges Rawiri, Senador da cidade de Lambarene e Presidente do Senado Gabonês. 11961

1.2.4 – Ofícios do Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Nº 40/2006, de 23 de março último, encaminhando cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 11962

Nº 39/2006, de 23 de março último, encaminhando cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005. Esclarece ao Plenário que a matéria objeto do expediente lido, apesar de já estar devidamente instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, volta àquele Co-

legiado para reexame, tendo em vista a recomendação constante do ofício.....

11976

Nº 34/2006, de 20 de março último, encaminhando cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005. A matéria será juntada ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, e a Presidência esclarece ao Plenário que deixa de enviar o referido expediente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em virtude de a recomendação do Conselho Nacional de Justiça ser pela aprovação integral do Projeto e, ainda, de a proposição já estar devidamente instruída, com parecer favorável, da mencionada Comissão. O projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

11981

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 13 de abril de 2006, e publicada no mesmo dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 291, de 2006, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

11996

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005, que dá nova redação ao parágrafo único, renumerado como § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso em contrário.

11997

1.2.6 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 936/2006, de 17 do corrente, de indicação de membros para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados Manato, Alvaro Dias e Miro Teixeira, como titulares, e dos Deputados Luiz Piauhyllino, Rodolfo Pereira e Sérgio Miranda, como suplentes, para comporem a referida Comissão. ..

11997

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).....

11997

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do

Pará. Considerações sobre a situação das pessoas portadoras de deficiências no País. Elogios à iniciativa do desenhista de histórias em quadrinhos Maurício de Sousa por criar personagens portadores de deficiências físicas para a Turma da Mônica.....

12000

SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem de pesar pelo falecimento do filósofo e jurista Miguel Reale.

12202

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 417, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Miguel Reale, ocorrido no dia 14 do corrente, em São Paulo. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Paulo Paim.....

12005

Nº 418, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de solidariedade ao Senador Gilberto Mestrinho, alvo de covarde assalto, na noite de domingo, dia 16 do corrente, no Rio de Janeiro.....

12006

Nº 419, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta brasileiro Kaio Márcio de Almeida, pela conquista de medalha de Ouro na prova mundial de natação, categoria piscina curta, no dia 6 do corrente, em Xangai.....

12006

Nº 420, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Alexandre dos Santos, aluno da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), pelo lançamento de seu livro **As Três Elegias**.....

12007

Nº 421, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Maria das Dores de Oliveira Pankararu, primeira indígena brasileira a defender o título de PhD em Linguística.

12007

Nº 422, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do filólogo Suetônio Soares Valença, em 13 do corrente, no Rio de Janeiro.....

12007

Nº 423, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Colégio Engº Juarez Wanderney, mantido pela Embraer, pela excelência de seus cursos, com índice de 95% de aprovação de seus alunos em vestibulares, bem como em razão do programa do educandário destinado a estudantes pobres.

12007

Nº 424, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jurista e professor Miguel Reale, ocorrido no dia 14 de abril, em São Paulo.....

12008

Nº 425, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha, vencedor do Prêmio Pritzker de 2006, considerado o Nobel da arquitetura.....

12008

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *TIÃO VIANA* – Considerações acerca do Programa Brasil Sorridente executado pelo Governo Federal para a reabilitação da saúde bucal no País. 12008

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas ao aumento da carga tributária no Brasil. 12010

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Necessidade de apoio do Governo Federal para viabilizar o projeto da empresa BrancoCel Holding, no Estado de Roraima. Apelo ao Itamaraty para viabilizar a soltura de garimpeiros brasileiros presos nas Guianas. 12013

SENADOR *ALVARO DIAS* – Aplausos ao procurador Antonio Fernando de Souza que pediu o indiciamento dos envolvidos citados no relatório da CPMI dos Correios. 12014

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Proposta de instalação de CPI para apuração de fatos que não foram investigados pelas CPIs em funcionamento no Congresso Nacional. 12014

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Dez 10 anos do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás. Pacote agrícola do Governo Lula. 12016

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Saudações ao movimento Acampamento Terra Livre do Abril Indígena e à 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas. Reivindicação dos servidores da Funasa contaminados com produtos tóxicos, no Estado de Rondônia. 12037

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Concordância com as matérias publicadas na edição da revista **Veja** desta semana, segundo as quais o governo Luiz Inácio Lula da Silva montou um esquema para garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político. 12039

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Críticas à permanência de políticas sociais assistencialistas do governo, confundindo a população de baixa renda. 12039

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Críticas às altas taxas de juros em vigor no Brasil. Defesa do aumento da arrecadação por meio do crescimento da produtividade e da contenção dos gastos públicos. 12041

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* – Acusações ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de praticar atos eleitoreiros com dinheiro público visando à sua reeleição. 12042

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Comemoração dos 86 anos de existência da cidade de Bacabal, no Estado do Maranhão. 12045

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Posicionamento do PFL em relação à votação do Orçamento de 2006. 12046

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Precariedade das rodovias do Estado de Rondônia. 12048

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* – Pesar pelo falecimento do jurista Miguel Reale. 12050

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Pesar pelo falecimento do jurista Miguel Reale. 12050

SENADOR *AMIR LANDO* – Pesar pelo falecimento do jurista Miguel Reale. 12050

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Reabertura da sessão do Congresso Nacional amanhã, às 18 horas. 12051

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *AMIR LANDO* – Apelo ao Governo Federal para recuperar a rodovia BR-364. 12052

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento da mãe do Deputado Arlindo Chinaglia. .. 12053

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 426, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Amélia Felício Chinaglia, mãe do Deputado Arlindo Chinaglia, ocorrido em Ribeirão Preto, São Paulo. 12053

1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Solicitação de apoio à iniciativa da comunidade de Manacapuru, do Estado do Amazonas, para a implantação da agroindústria de cupuaçu. Considerações sobre as críticas ao atraso na votação do Orçamento da União para 2006, feitas pela Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Comentários ao artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 5 de abril último, intitulado “Que regime é este, companheiros?”. 12053

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo intitulado “O Estado policial”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja** em sua edição de 29 de março do corrente. 12056

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Registro da matéria da jornalista Cíça Guedes: “Denúncias começaram no escândalo Waldomiro”, publicada no jornal **O Globo**, do último dia 28 de março. 12057

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários a matéria publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 5 de abril do corrente, intitulada “A nova cara do governo Lula”. 12058

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Comentários à matéria intitulada “Dia D para Mattoso”, de autoria de Lúcio Vaz e publicada no **Correio Braziliense**, no dia 27 de março do corrente e a matéria publicada no jornal **Valor**, do dia 28 de março do corrente, intitulada “Mattoso deixa governo e é indiciado pela PF”. 12060

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Comentários ao artigo intitulado “Vandalismo sem Causa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 6 de abril do corrente..... 12062

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “É preciso trancar o cofre”, publicado em sua edição de 2 de abril do corrente ano..... 12063

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo intitulado “A (falta de) ética rouba a cena”, de autoria da teóloga Maria Clara L. Bingemer, publicada no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 3 de abril do corrente..... 12064

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 12065

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 17 DE ABRIL DE 2006

3 – DECISÃO DO PRESIDENTE

Referente à Resolução nº 53, de 1997, do Senado Federal..... 12066

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 682 a 695, de 2006..... 12067

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 40ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes,
Alvaro Dias e da Srª Heloísa Helena*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 316, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1007, de 2005, do Senador Aloízio Mercadante, solicitando seja apresentado voto de louvor ao Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Requerimento (SF) nº 1007 de 2005, que propõe, nos termos do **caput** do art. 222, do Regimento Interno do SF, seja apresentado voto de louvor ao Ministro de Relações Exteriores, o Sr. Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito, da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

II – Análise

Trata-se de proposta de Requerimento de natureza laudatória, a homenagear o êxito brasileiro na defesa de seus interesses comerciais, junto ao Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, dirigindo-se em particular, ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim.

Com razão, ao obter resultado favorável em seu pleito contra as Comunidades Européias, no caso da

carne de frango salgada e congelada, o Brasil em muito se beneficia, usufruindo da decisão favorável de 12 de setembro de 2005, decisão definitiva, por ter sido prolatada pelo Órgão de Revisão da OMC.

A vitória é resultado do trabalho levado a efeito pelo Ministério de Relações Exteriores, no Brasil, por intermédio da Divisão de Contenciosos Comerciais, recentemente criada e em Genebra, pela nossa missão junto àquela Organização Internacional.

Resta enfatizar que o resultado favorável obtido não constitui ato isolado, correspondendo a mais uma vitória brasileira naquela organização internacional, como ocorreu nos casos do algodão, do açúcar e da construção de aeronaves – o emblemático recente Embraer **versus** Bombardier, mais propriamente Brasil **versus** Canadá

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno o Requerimento sob exame, constitucional e regimental, e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 30 de março de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Mão Santa** – **César Borges** – **Pedro Simon** – **Marco Maciel** – **Arthur Virgílio** – **Alvaro Dias** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Romeu Tuma** – **José Jorge** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 317, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.008, de 2005 ao Senador Aloízio Mercadante, seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, vem a exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 1.008, de 2005, que requer voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Fundamenta o autor da iniciativa que a vitória brasileira na OMC, similantemente ao que já ocorrera em disputas sobre o açúcar e o algodão, auxiliam para configurar maior simetria é justiça no comércio mundial, atualmente fortemente protecionista para produtos agrícolas oriundos de países em desenvolvimento.

II – Análise

Brasil e Tailândia solicitaram estabelecimento de painel perante a Organização Mundial do Comércio, em 2003, contra a União Européia, em razão da reclassificação das tarifas aduaneiras de cortes de frango salgado e congelado pelas Comunidades Européias.

A divergência teve início com a publicação pelas Comunidades Européias, da Resolução nº 1.223, em 2002, que passou a considerar para produtos brasileiros a tarifa de importação referente a frango congelado e não para carne salgada, que é bem inferior. Na prática, a medida incrementou a tarifa para a carne de frango brasileira reduzindo nossas exportações para a Europa em 80%, segundo estimativa da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF).

Essa medida ofende, portanto, o artigo II, § 1º, alíneas **a** e **b**, do Acordo do GATT/1994, pois a carne brasileira teria tratamento menos favorável que aquele previsto na lista dos compromissos comunitários assumidos na OMC.

Com a decisão favorável ao Brasil e Tailândia dada pela OMC, nosso País retoma importante setor exportador para a Europa. Por essa vitória, o aplauso ao Ministro Roberto Rodrigues.

III – Voto

À vista do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do Requerimento nº 1.008, de 2005.

Sala da Comissão, 30 de março de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Pedro Simon** – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **César Borges** – **Marco Maciel** – **Arthur Virgílio** – **Romeu Tuma** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **José Jorge** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 318, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.009, de 2005, do Senador Aloízio Mercadante, solicitando voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado na âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Em face do recente êxito do Brasil contra a União Européia na Organização Mundial do Comércio (OMC), versando sobre protecionismo ao comércio da carne de frango; o Senador Aloízio Mercadante fundamentado no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento em epígrafe para que o Senado Federal brasileiro expresse seu louvor ao Ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela condução vitoriosa da representação brasileira no referido contencioso.

II – Análise

No dia 12 de setembro de 2005, a Organização Mundial do Comércio determinou que a União Européia (EU) reduza as barreiras impostas às importações de carne de frango salgada e congelada do Brasil e da Tailândia, afirmando que elas estavam em desacordo com as regras internacionais de comércio.

O órgão de solução de controvérsias da OMC, após análise da apelação feita pela União Européia, decidiu não atender o recurso e manter a decisão anterior, que dizia que o bloco havia instituído tarifas extras ilegais ao frango desossado e salgado proveniente do Brasil e da Tailândia.

Os dois países sustentavam na ação contra a União Européia que o havia mudado a classificação do produto com o objetivo de colocá-lo em uma faixa de tributação superior, o que determinou que a UE reduza as tarifas para o nível estipulado anteriormente.

A decisão da OMC mais um sinal da direção que a organização está tomando na análise de questões que envolvem barreiras, tarifárias ou não, sobre produtos agrícolas. O Brasil já venceu recentemente os Estados Unidos em um caso sobre o algodão e também a própria UE em uma ação contra os subsídios à exportação de açúcar, neste último participando de um processo com outros países.

Trata-se, assim, de uma vitória resultante da atuação consistente da diplomacia comercial brasileira, que têm levado a ganhos significativos para a nossa sociedade.

É para registrar o júbilo por esses resultados o Requerimento de voto de louvor em análise, de autoria do ilustre Senador Aloízio Mercadante, que assim finaliza sua justificação:

No nosso entendimento, trata-se de mais uma grande vitória brasileira na OMC, a exemplo do já acontecido nos casos do açúcar, do algodão e vários outros. Essa série de vitórias brasileiras vem contribuindo para desenhar um quadro menos assimétrico e mais justo do comércio mundial, hoje muito concentrado nos intercâmbios entre as nações desenvolvidas e fortemente protecionista, no que tange aos produtos agrícolas.

III – Voto

Em vista do exposto, opino pela aprovação do Requerimento nº 1.009, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando que este voto seja encaminhado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Senhor Luiz Fernando Furlan.

Sala da Comissão, 30 de março de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Mão Santa** – **César Borges** – **Marco Maciel** – **Arthur Virgílio** – **Pedro Simon** – **Heráclito Fortes** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Romeu Tuma** – **Alvaro Dias** – **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência aos Pareceres nºs 316 a 318, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre os Requerimentos nºs 1.007 a 1.009, de 2005, a Presidência informa que as matérias figurarão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 117, de 2006 (nº 226/2006, na origem), de 12 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até cento e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº

290, de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (hum bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 290

Publicação no DO	12-4-2006 (Ed. Extra)
Emendas	até 18-4-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	12-4-2006 a 25-4-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	25-4-2006
Prazo na CD	de 26-4-2006 a 9-5-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	9-5-2006
Prazo no SF	10-5-2006 a 23-5-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	23-5-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	24-5-2006 a 26-5-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	27-5-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	10-6-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 11 de Abril 2006

Nº 60.088 AMBAG/BRA-DF/TVA/MB.

A Embaixada da República Gabonesa no Brasil apresenta seus cumprimentos ao Senado Federal da República Federativa do Brasil e lamenta anunciar o falecimento do Sua Excelência Senhor Georges Rawiri, Senador da Cidade de Lambaréné e Presidente do Senado gabonês.

Desta forma, um livro de condolências será aberto nessa Embaixada situada na SHIS QL 8 – Conjunto 3 – Casa 1, Lago Sul, nos dias 12 e 13 de abril nos horários das 10h às 12h e das 14h às 16h.

A Embaixada da República japonesa no Brasil aproveita esta ocasião para reiterar ao Senado Federal da República Federativa do Brasil os seus protestos de elevada consideração.

Senado Federal

Da República Federativa do Brasil
Brasília – DF.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte.

Ofício nº 40/GP

Brasília, 23 de março de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 85/2005, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Atenciosamente, Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 111.

RELATOR: CONSELHEIRO PAULO SCHMIDT.

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO.

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), decidiu:

I – por maioria, manifestou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 85/2005, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nos termos do voto divergente do Excelentíssimo Conselheiro Oscar Argollo. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Schmidt (relator), Douglas Rodrigues, Germana Moraes e Paulo Lobo, que se manifestavam pela aprovação parcial do indigitado projeto de lei;

II – por unanimidade, manifestou-se favorável à aprovação parcial do Projeto de Lei nº 2.549/2003, no sentido de aprovar, na íntegra, a proposta de criação de oito funções comissionadas e de um cargo comissionado, com exclusão do disposto no § 1º do art. 1º do referido projeto de lei, nos termos do voto proferido pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator Paulo Schmidt; e

III – por maioria, manifestou-se favorável à aprovação parcial do Projeto de Lei nº 2.550/2003, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nos termos do voto proferido pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator Paulo Schmidt. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Oscar Argollo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão, que se manifestavam pela aprovação integral do supracitado projeto de lei.

Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Jobim (Presidente). Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Conselheiro Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor Nacional de Justiça). Plenário, 21 de março de 2006”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Antônio de Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Rodrigues, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 21 de março de 2006.


Analista Judiciário

Maria Cristina G. Botelho Costa
Analista Judiciário



Conselho Nacional de Justiça

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
PROCESSO Nº : 111/2005.
REQUERENTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS
REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO SCHMIDT

RELATÓRIO

Cuida o presente Procedimento de Providências que visa a atender à determinação à do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, por provocação do Presidente da Câmara dos Deputados, para emissão de parecer de mérito deste Conselho relativamente ao projeto de lei nº PLC 85/2005 do Senado Federal (anterior nº 2.306/2003 na Câmara Federal) de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e de interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, RJ, que prevêem a criação de 54 cargos efetivos de Técnico Judiciário e de 54 cargos em comissão CJ-3 no âmbito daquele tribunal do Rio de Janeiro.

Autuado, por determinação do Secretário Geral, veio aos autos Parecer da Comissão Técnica constituída para essa finalidade. Instado o Regional prestou as informações requeridas pela Comissão Técnica. Ao depois, em síntese de memorial, manifestou-se novamente o tribunal interessado. Em 31 de janeiro de 2006, este relator reuniu com representação do TRT da 1ª R e da Associação de Magistrados.

É o relatório

VOTO

PROJETO DE LEI PLC 85/2005

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

SENADO FEDERAL
(Origem: PL 2306/2003 da Câmara dos Deputados)

PROPOSTA ORIGINAL

Cargos Efetivos

Cargos em Comissão - CJ e
Funções Comissionadas - FC

54 Técnicos Judiciários

54 CJ3

Justificativas apresentadas pelo TRT da 1ª Região:

- a) Crescimento no volume de ações e vertiginoso aumento da demanda;
- b) Estrutura Organizacional não alterada desde 1993;
- c) Advento da Lei nº 9.957/2000, que introduziu o rito sumaríssimo (causas até 40 salários mínimos), com apreciação da reclamação em até 15 dias do seu ajuizamento;
- d) Emenda Constitucional nº 20 que ampliou a competência da Justiça do Trabalho;
- e) Criação do Cargo de Assessor de Desembargador

PROPOSTA DA COMISSÃO

Cargos Efetivos

Cargos em Comissão - CJ e
Funções Comissionadas - FC

Nenhum Técnico Judiciário

Nenhum CJ3

Justificativas apresentadas pela Comissão:

- a) “os dados oficiais da Justiça do Trabalho não corroboram a alegação do requerente de que tenha havido um vertiginoso aumento da demanda”, porquanto, analisando os dados oficiais existentes nos bancos de dados do STF (“Justiça em Números”) e do TST (“Relatório Geral da Justiça do Trabalho”), constata-se que “No 2º Grau, o número de processos recebidos também se manteve estável nos últimos dez anos, na faixa média de 43.000 processos. Destaca-se, por oportuno, que o Tribunal Regional da 1ª Região julgou

64.430 processos em 2001, o que representa quase 40% a mais do que foi julgado no ano de 2004, quando se julgou 46.490. Devemos lembrar que em 2001 já estava em vigor o dispositivo legal que estabeleceu o rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho. Por último, é importante notar que em 2004 entraram apenas 45.000 processos no 2º grau”.

b) Analisando a série histórica de demandas ajuizadas, verifica-se que, no passado, a estrutura de pessoal se mostrou adequada para atender a uma demanda de serviço bem maior do que a atual. “Não restou esclarecido se há possibilidade de aumento da capacidade produtiva no TRT da 1ª Região sem que haja alteração da estrutura de pessoal”. No período de 1991 a 2005, houve um aumento de demanda de apenas 7,7%, o que equivaleria a um acréscimo de 0,58% ao ano, em média; um aumento de cerca de 20% na população e a estrutura de pessoal do TRT da 1ª Região, no mesmo período, sofreu um aumento de 9,62%. Assim, “A relação entre a demanda trabalhista e a população é de 1,9% (282.801 processos / 14.392.106 pessoas) o que equivaleria dizer que o aumento de estrutura de pessoal do TRT, nos últimos anos (9,62%) foi, proporcionalmente, muito superior”.

c) O Relatório Geral da Justiça do Trabalho aponta que apenas 16% dos processos autuados nos TRT's foram do rito sumaríssimo. O TRT da 1ª Região declara “que não está obedecendo aos prazos estipulados pela lei (página 357, vol. 2)”.

d) Segundo informações complementares repassadas pelo próprio TRT da 1ª Região, “no Rio de Janeiro as ações decorrentes da nova competência criadas a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004 geraram 1.400 novos processos (página 365, Vol. 2), o que representa 0,62% do total da demanda de 2004 (225.223 processos). Nos próximos anos deve haver aumento da demanda de processos referentes à nova competência (Emenda 45), uma vez que a justiça comum está remetendo todos os processos não julgados e que ainda tramitam no Tribunal de Justiça, para a Justiça do Trabalho. Não há, ainda, previsão de qual será o real impacto (página 365, Vol 2)”.

e) Segundo informações complementares repassadas pelo próprio TRT da 1ª Região, “o projeto de menor prioridade é o PL 2306, que propõe a criação de 54 Cargos de Técnicos e 54 CJ-3 para exercerem atividade de assessor de desembargador (página 353, Vol. 02). Ressalta-se que a proposta parece equivocada, uma vez que, salvo melhor juízo, a atividade de assessoramento ao Desembargador e a função CJ-3 devem ser prioritariamente exercidas por Analista Judiciário”.

Análise do Relator:

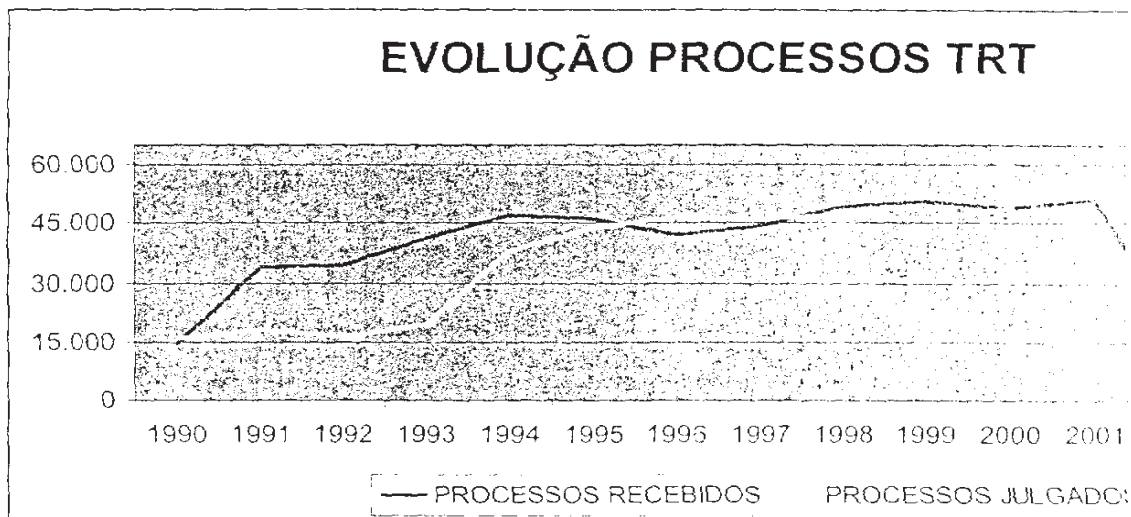
Tenho como irrepreensível a conclusão apresentada pela Comissão Técnica.

Com efeito, após minuciosa análise dos autos, estou plenamente convencido da total ausência de demonstração da necessidade de criação de mais um cargo de assessoria para cada Gabinete de Desembargador do TRT da 1ª Região.

Cotejando-se os dados da evolução de processos recebidos e julgados no âmbito do TRT da 1ª Região, constata-se que, nos últimos cinco anos, o número de processos julgados é superior ao número de processos recebidos, o que forçosamente leva à conclusão de que a estrutura atual dos Gabinetes dos Desembargadores tem se mostrado mais do que adequada para



atender à demanda, estando, inclusive, a reduzir fortemente o estoque de processos acumulados no Tribunal nos últimos anos. Confira-se o quadro abaixo:



Fonte: Estatísticas do TST – www.tst.gov.br

Obs: Segundo esclarecimentos prestados pelo TRT da 1ª Região, “A queda acentuada da demanda no ano 2002 deveu-se a incêndio ocorrido nas dependências do prédio-sede (Av. Presidente Antônio Carlos, nº 251) em fevereiro daquele ano. Os prazos ficaram suspensos a partir do dia 28 (Ato nº 301/2002). Somente em 1º de agosto do mesmo ano, os prazos para o 2º grau voltaram a ser contados (Ato nº 1.020-2002)”.

E não é só.

Analisando-se o Relatório Geral da Justiça do Trabalho do Ano de 2003, na parte atinente aos Tribunais Regionais do Trabalho, pode-se afirmar que o TRT da 1ª Região, em número de processos recebidos e a julgar naquele ano, pode ser equiparado a mais quatro outros Tribunais Regionais: TRT da 2ª Região (São Paulo), TRT da 15ª Região (Campinas-SP); TRT da 3ª Região (Minas Gerais) e TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul):

Posição	TRT	Resíduo 2002	Recebidos 2003	Total a Julgar 2003
1ª	2ª – SP	23.916	125.120	149.036
2ª	4ª - RS	16.889	49.918	66.807
3ª	15ª - Campinas	14.707	47.820	62.527
4ª	1ª – RJ	24.792	33.698	58.490
5ª	3ª - MG	3.012	51.429	54.441

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2003 - TST - Tabela 3.3.1.1 -

Dos cinco TRT's analisados, o TRT da 1ª Região, no ano de 2003, apresentava o 4º maior número de processos a julgar, em razão de possuir o maior resíduo. Cabe observar que o TRT da 3ª Região recebeu um número maior de processos novos naquele ano em relação ao TRT da 1ª Região, mas tinha uma realidade melhor em virtude de seu quase inexpressivo resíduo de processos de 2002.

Pois bem, analisando-se o desempenho e a produtividade do referido Tribunal no ano de 2003 em relação aos quatro outros TRT's paradigmas, verifica-se o seguinte:

Posição	TRT	Média Anual de Processos Distribuídos por Juiz - 2003	Média Anual de Processos Julgados por Juiz - 2003
1ª	4ª - RS	1.221	1.699
2ª	3ª - MG	1.416	1.423
3ª	15ª - Campinas	1.390	1.249
4ª	2ª - SP	1.452	1.167
5ª	1ª - RJ	256	1.078

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2003 - TST - Tabela 3.3.5 - p.

112.

TRT	Média Anual de Processos Distribuídos por Juiz - Brasil - 2003	Média Anual de Processos Julgados por Juiz - Brasil - 2003
Todos TRT's	886	987
1ª - RJ	256	1.078

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2003 - TST - Tabela 3.3.5 - p.

112.

Posição	TRT	Média Mensal de Processos Distribuídos por Juiz - 2003	Média Mensal de Processos Julgados por Juiz - 2003
1ª	4ª - RS	102	142
2ª	3ª - MG	118	119
3ª	15ª - Campinas	116	104
4ª	2ª - SP	121	97
5ª	1ª - RJ	21	90

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2003 - TST - Tabela 3.3.6 - p.

115.

TRT	Média Mensal de Processos Distribuídos por Juiz - Brasil - 2003	Média Mensal de Processos Julgados por Juiz - Brasil - 2003
-----	---	---

Todos TRTs	74	82
1ª - RJ	21	90

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2003 - TST - Tabela 3.3.6 - p. 115.

Os números não se mostraram muito diferentes no Relatório Geral da Justiça do Trabalho do Ano de 2004:

Posição	TRT	Resíduo 2003	Recebidos 2004	Total a Julgar 2004
1ª	2ª - SP	82.235	90.693	172.928
2ª	15ª - Campinas	17.897	65.037	82.934
3ª	1ª - RJ	12.097	45.380	57.477
4ª	4ª - RS	10.666	43.493	54.159
5ª	3ª - MG	3.684	50.097	53.781

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2004 - TST - Tabela 3.3.1.1 - p. 139.

Veja-se que dos cinco TRTs analisados, o TRT da 1ª Região, no ano de 2004, apresentava o 3º maior número de processos a julgar, fruto ainda de seu estoque pretérito de recursos dos anos anteriores. De se observar que o TRT da 3ª Região igualmente recebeu um número maior de processos novos no ano de 2004 em relação ao TRT da 1ª Região, mas continuou apresentando uma realidade melhor em virtude de seu quase inexpressivo número de resíduo de 2003.

O desempenho do TRT da 1ª Região, também no ano de 2004, foi o pior entre todos os demais TRTs paradigmas analisados:

Posição	TRT	Média Anual de Processos Distribuídos por Juiz - 2004	Média Anual de Processos Julgados por Juiz - 2004
1ª	15ª - Campinas	1.796	1.710
2ª	3ª - MG	1.531	1.522
3ª	4ª - RS	1.299	1.328
4ª	2ª - SP	1.286	1.259
5ª	1ª - RJ	843	930

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2004 - TST - Tabela 3.3.5 - p. 157.

TRT	Média Anual de Processos Distribuídos	Média Anual de Processos Julgados
-----	--	--------------------------------------



	por Juiz – Brasil – 2004	por Juiz – Brasil - 2004
Todos TRT's	1.064	1.054
1ª - RJ	843	930

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2004 – TST – Tabela 3.3.5 - p.

157.

Posição	TRT	Média Mensal de Processos Distribuídos por Juiz - 2004	Média Mensal de Processos Julgados por Juiz - 2004
1ª	15ª – Campinas	150	143
2ª	3ª - MG	128	127
3ª	4ª - RS	108	111
4ª	2ª – SP	107	105
5ª	1ª - RJ	70	77

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2004 – TST – Tabela 3.3.6 - p.

160.

TRT	Média Mensal de Processos Distribuídos por Juiz – Brasil - 2004	Média Mensal de Processos Julgados por Juiz – Brasil - 2004
Todos TRTs	89	88
1ª - RJ	70	77

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2004 – TST – Tabela 3.3.6 - p.

160.

Os dados estatísticos do colendo TST encontram-se em harmonia com os dados estatísticos coletados pelo excelso STF por ocasião da realização do "Seminário Justiça em Números", que apurou, no ano de 2004, os indicadores de litigiosidade e de carga de trabalho referentes ao ano de 2003 de todos os Tribunais Regionais do Trabalho do país.

Pelos dados do "Justiça em Números" do STF, o TRT da 1ª Região, entre os cinco TRT's paradigmas analisados, foi quem apresentou o menor índice de Casos Novos por Magistrados na Justiça do Trabalho 2º Grau:

POSICÃO	TRIBUNAL	CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS 2º GRAU
1ª	TRT 2ª REGIÃO – SP	2.329,64
2ª	TRT 3ª REGIÃO – MG	2.156,36
3ª	TRT 4ª REGIÃO – RS	1.862,72
4ª	TRT 15ª REGIÃO – Campinas	1.612,83
5ª	TRT 1ª REGIÃO – RJ	1.066,13

Fonte: Tabela 2.2.1 – Justiça em Números – Ano Base 2003 - STF.

No que tange à Carga de Trabalho dos Magistrados de 2º grau, o TRT da 1ª Região também apresentou a situação mais confortável, segundo os dados do STF:

POSIÇÃO	TRIBUNAL	CARGA DE TRABALHO NO TRIBUNAL
1ª	TRT 2ª REGIÃO – SP	2.788,14
2ª	TRT 4ª REGIÃO – RS	2.721,86
3ª	TRT 3ª REGIÃO – MG	2.245,97
4ª	TRT 15ª REGIÃO – Campinas	2.161,67
5ª	TRT 1ª REGIÃO – RJ	1.618,46

Fonte: Tabela 2.4.1 – Justiça em Números – Ano Base 2003 – STF.

Os Indicadores Estatísticos do Conselho Nacional de Justiça referentes ao ano base de 2004, ainda em fase de finalização, apresentam, pelos números até agora apurados, realidade idêntica à apurada para o ano base de 2003:

Casos Novos por Magistrados 2º Grau

POSIÇÃO	TRIBUNAL	CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS 2º GRAU
1ª	TRT 15ª REGIÃO – Campinas	1.806,58
2ª	TRT 2ª REGIÃO – SP	1.593,25
3ª	TRT 3ª REGIÃO – MG	1.391,58
4ª	TRT 4ª REGIÃO – RS	1.208,14
5ª	TRT 1ª REGIÃO – RJ	1.021,19

Fonte: Tabela 2.2.1 – Justiça em Números – Ano Base 2004 – CNJ – Em fase de Consolidação.

Carga de Trabalho no 2º Grau

POSIÇÃO	TRIBUNAL	CARGA DE TRABALHO NO TRIBUNAL
1ª	TRT 2ª REGIÃO – SP	2.878,17
2ª	TRT 15ª REGIÃO – Campinas	2.303,72
3ª	TRT 4ª REGIÃO – RS	1.504,42
4ª	TRT 3ª REGIÃO – MG	1.493,92
5ª	TRT 1ª REGIÃO – RJ	1.245,20

Fonte: Tabela 2.4.1 – Justiça em Números – Ano Base 2004 – CNJ – Em fase de Consolidação.

Ora, pela análise de tais dados, o TRT da 1ª Região, dentre os Tribunais analisados, é o que tem a menor carga de trabalho e a menor produtividade no segundo grau, cabendo observar que cada Desembargador do TRT da 15ª Região, no ano de 2004, segundo os dados estatísticos do TST, julgou quase o dobro dos processos de seus colegas do TRT da 1ª Região.

No ano de 2004, o desempenho do TRT da 1ª Região se encontrou abaixo, inclusive, da média nacional de julgamentos por magistrados de todos os demais TRT's do país e, ainda assim, conseguiu o Tribunal reduzir estoque de processos.

Diante de tal quadro, não pode ser aceita a justificativa de que o rito sumaríssimo exige um aumento de pessoal no quadro de assessores dos Desembargadores do TRT da 1ª Região, para fazer face a "vertiginoso aumento de demanda".

Pelos dados estatísticos do TST, os processos de rito sumaríssimo no TRT da 1ª Região, nos anos de 2003 e de 2004, representaram apenas 11,5% e 19%, respectivamente, do total de processos autuados para julgamento no Tribunal, o que demonstra, em termos estatísticos, encontrar-se superdimensionado o impacto de tais demandas na carga de trabalho afeta aos Desembargadores.

Positive-se, ademais, que mesmo com a produtividade mais baixa entre os cinco TRTs paradigmas, o prazo médio, em meses, de julgamento no TRT da 1ª Região, no ano de 2004, é um dos melhores, o que também reforça a certeza de que a estrutura dos Gabinetes dos Desembargadores encontra-se adequada:

POSIÇÃO	TRIBUNAL	PRAZO MÉDIO
1ª	3ª – MG	02 meses
2ª	4ª – RS	03 meses
3ª	1ª – RJ	03 meses
4ª	15ª – Campinas	06 meses
5ª	2ª – SP	11 meses

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - 2004 - TST - Tabela 3.3.3 - p. 154.

Ressalte-se, também, que cos autos não consta qualquer demonstração confiável de aumento efetivo de carga de trabalho no TRT da 1ª Região em virtude do aumento da competência ditada pela EC nº 45/2004, sendo ainda deveras incipientes os números coletados nesse sentido, a maior parte atinente ao trabalho desenvolvido na primeira instância.



Mesmo que estivesse justificada a necessidade de criação de novos cargos de assessores para os Desembargadores do TRT da 1ª Região – o que se admite apenas para argumentar – não pode ser olvidado que, como bem alertado pela Comissão Técnica, não se mostra adequada a criação, para tal fim, de 54 (cinquenta e quatro) cargos efetivos de Técnico Judiciário, que possui nível médio.

Na verdade, a função de assessoramento de um Desembargador exige, no mínimo, conhecimento específico na área de Direito, devendo, portanto, ser prioritariamente – ainda que não haja lei específica determinando nesse sentido - exercida por servidor com nível superior, no caso, o Analista Judiciário.

A lotação de diversos servidores em cargos efetivos de nível técnico, no âmbito dos Gabinetes dos Desembargadores, destarte, não atenderá à finalidade de assessoramento que anima e justifica a propositura do Projeto de Lei em análise, comprometendo a higidez orçamentária do Tribunal, que já apresenta uma realidade preocupante em razão do forte impacto de sua despesa com inativos.

A gravidade desse nível de comprometimento orçamentário pode ser facilmente aferida pela análise dos indicadores estatísticos coletados pelo STF no “Justiça em Números” do ano base de 2003 e pelo Conselho Nacional de Justiça, no ano base de 2004, cujo estudo se encontra em fase de consolidação final:

Posição	TRT	Despesa Total Realizada (R\$)	Despesa com Bens e Serviços (R\$)	Despesa com Recursos Humanos (R\$)	% Gasto
1ª	3ª – MG	594.147.858	24.080.766	579.067.092	95,95
2ª	2ª – SP	589.275.495	55.327.179	533.948.316	90,61
3ª	1ª – RJ	552.409.468	14.888.194	537.521.274	97,30
4ª	4ª – RS	389.210.277	21.734.687	367.475.590	94,42
5ª	15ª - Campinas	389.202.038	17.632.518	371.569.519	95,47

Fonte: Tabela 1.3.1 – Justiça em Números - Ano Base 2003 – STF.

Posição	TRT	Despesa Total Realizada (R\$)	Despesa com Bens e Serviços (R\$)	Despesa com Recursos Humanos (R\$)	% Gasto
1ª	1ª – RJ	696.320.704	43.945.507	647.694.405	93,02
2ª	2ª – SP	663.269.306	35.901.643	627.293.233	94,58
3ª	3ª – MG	647.673.782	14.323.378	617.466.361	95,34
4ª	4ª – RS	470.139.035	28.612.638	441.526.398	93,91
5ª	15ª - Campinas	462.373.071	20.430.617	441.942.454	95,58

Fonte: Tabela 1.3.1 – Justiça em Números - Ano Base 2004 – CNJ – Em fase de Consolidação.

Analisando-se esses indicadores, conclui-se que o TRT da 1ª Região foi o mais beneficiado com aumento de recursos orçamentários no ano de 2004 (passou do 3º maior orçamento realizado em 2003 para o 1º maior orçamento realizado em 2004 de toda a Justiça do Trabalho), o que lhe permitiu uma acentuada melhoria em investimento com bens e serviços, não obstante o seu gasto com recursos humanos tenha subido em R\$ 110.173.131 (cento e dez milhões, cento e setenta e três mil, cento e trinta e um reais), em um aumento real de mais de 20% de sua despesa global, o que é deveras preocupante:

ANO	Despesa Total Realizada (R\$)	Despesa com Bens e Serviços (R\$)	Despesa com Recursos Humanos (R\$)
2004	696.320.704	43.945.507	647.694.405
2003	552.409.468	14.888.194	537.521.274
Aumento (R\$) 2003/2004	143.911.236	29.057.313	110.173.131
% Aumento 2003/2004	26,05%	195,17%	20,50%

Fonte: Tabela 1.3.1 – Justiça em Números – Ano Base 2004 – CNJ – Em fase de Consolidação.

Dentro dessa realidade vivenciada pelo TRT da 1ª Região, todo e qualquer aumento de gasto com pessoal deve ser analisado com extrema cautela, para se evitar retrocesso na melhoria de seus indicadores de despesas, que melhorou sensivelmente de 2003/2004, propiciando investimentos importantes na infra-estrutura daquela Corte de Justiça.

Contudo, não se olvide que neste feito cuida-se da emissão de parecer a respeito do mérito de três diferentes projetos, impondo-se deixar claro que, no PL 2550-A/2003, prevê-se a criação de 493 cargos efetivos de Técnico Judiciário. Considerada a tramitação dos dois projetos, ao presente falta a chancela apenas do Senado Federal, ao passo que aquele tramita – ainda – na Câmara dos Deputados. Considerado esse fato, faz sentido o apelo que faz o presidente do TRT da 1ªR, no sentido de que o CNJ emita parecer favorável à aprovação dos cargos efetivos, com posterior abatimento no quantitativo dos mesmos cargos previsto no PL 2550-A/2003, o que se acolhe.

Ante o exposto, por não enxergar a extrema necessidade de criação de mais um cargo de assessoria para os Gabinetes dos Desembargadores do TRT da 1ª Região, conforme apurado pela Comissão Técnica (fl. 152), voto pela rejeição da criação de 54 cargos em comissão CJ-3, e pela aprovação da proposição que pretende a criação de 54 cargos efetivos de Técnico Judiciário.

É como voto.





Conselho Nacional de Justiça

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS No. 111

DECLARAÇÃO DE VOTO

Eminentes Conselheiros:

Louvado nos dados apresentados pelo Colendo TRT da 1ª Região, sob a forma de Memorial (*anexo*), que apontam a necessidade de criação de cargos e funções comissionadas postuladas nos Projetos de Lei em tela e considerando, por experiência profissional, meus conhecimentos sobre o funcionamento e as necessidades do Colendo Tribunal do Trabalho no Rio de Janeiro, que vem se desenvolvendo a contento, mercê de urgentes providências para a verdadeira prestação jurisdicional que a jurisdição carece e que o jurisdicionado merece; considerando que através da Lei no. 10.700, de 21 de novembro de 2003, foram criadas mais de 20 (vinte) Varas, para serem implantadas até 2008, sobrevivendo a Lei no. 10.934, de 11 de agosto de 2004, que antecipou tal implantação, de 102 (cento e dois) cargos de analista Judiciário e 160 (cento e sessenta) cargos de Técnico Judiciário; considerando que a demanda, no ano de 2005, aumentou em 7,7% (*sete por cento*), uma demanda que representa, em média, 12% (*doze por cento*) da demanda nacional; considerando que os Projetos de Lei nos. 2549 e 2550/2003 autorizam o Colendo Tribunal a instalar 10 (dez) Turmas, restando 1 (uma) a ser instalada; considerando a posse de novos 5 (cinco) Desembargadores, envolvendo o preenchimento de 55 (cinquenta e cinco) cargos em comissão/funções comissionadas, afora a estrutura para 1 (uma) vaga ainda a ser preenchida, que acrescerá mais 11 (onze) cargos/funções; considerando que tal fato levará a retirada de funcionários das Varas, situação que impõe a criação de mais cargos efetivos de Técnico Judiciário; considerando que as

Emendas Constitucionais nos. 20 e 45 ampliaram a competência da Justiça do Trabalho, trazendo-lhe maior volume de serviços; considerando que há previsão orçamentária suficiente para a implantação, conforme informações dos anexos; considerando, finalmente, que a matéria foi aprovada pelo Egrégio TST e que as Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, entre outubro de 2003 e agosto de 2005, aprovaram à unanimidade as propostas, **voto no sentido de recomendar a aprovação** dos Projetos de Lei nº 2.306/2003, 2.549/2003 e 2.550/2003, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178/2005 (*Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006*), cabendo aos demais Poderes da República adotarem as providências cabíveis na implantação das melhorias necessárias ao Poder Judiciário nacional, *in casu*, na Justiça do Trabalho da 1ª Região.

É o voto.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006



OSCAR ARGOLLO
Conselheiro do CNJ

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

Despacho

1. O presente Projeto de Lei, originário da Câmara Deputados, foi lido na Sessão de 22 de agosto de 2005 e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. Nessa Comissão, seu Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, designou o Senador Demóstenes Torres para relatar.

3. O inciso IV do art. 88 da Lei nº 11.178, de 2005 (LDO), prevê:

“Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

.....
IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de

Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição;”

4. A Presidência recebeu, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Parecer daquele órgão, exigido pelo dispositivo legal supramencionado.

5. **Ipso facto**, determino a republicação dos avulsos da matéria, para incluir o referido Parecer, e a devolvo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senado Federal, 10 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido, juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

É lido o seguinte:

Ofício nº 39/GP

Brasília, 23 de março de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do

Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 82/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Atenciosamente. – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 120/2005

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO.

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

ASSUNTO: ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER DE MÉRITO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4858/2005, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 88, IV, DA LEI Nº 11.178/2005 (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).

REDATOR DESIGNADO: CONSELHEIRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

EMENTA: PARECER E ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO DE LEI Nº 82/2005, DE INICIATIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS NO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO. VIABILIDADE TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO ATESTADA PELA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 336, DE 29 DE SETEMBRO DE 2005. MERA REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DO TRT DA 24ª REGIÃO QUE PERDURA DESDE 1991. PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DO ADMINISTRADOR AO CRIAR FUNÇÕES COMISSIONADAS POR RESOLUÇÃO, SEM EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. DÚVIDA FUNDADA, NA ÉPOCA, SOBRE A POSSIBILIDADE DESSA TRANSFORMAÇÃO SER IMPLANTADA POR MEIO DE ATO INTERNO DO PRÓPRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, FACE À MUDANÇA IMPOSTA PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL DE 1988. ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE, NA ÉPOCA, ERA CONSAGRADA NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, SENDO ADOTADA EM VÁRIOS OUTROS TRIBUNAIS REGIONAIS, ATÉ SER DESAUTORIZADA POR ORIENTAÇÃO SUPERVENIENTE. POSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PARECER DE MÉRITO PELA APROVAÇÃO PARCIAL DO PROJETO DE LEI.

R E L A T Ó R I O

O SENHOR CONSELHEIRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES - Trata-se de Pedido de Providências (PP) formulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, destinado à obtenção de parecer de mérito sobre o Projeto de Lei nº 82/2005, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Os Pareceres Técnicos da Comissão criada no âmbito deste

Conselho Nacional de Justiça, colacionados às fls. 33/39 e 57/58, concluem pela aprovação parcial do aludido Projeto de Lei.

Informações complementares foram prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (fls. 41/48).

Em síntese, é o relatório.

V O T O

Consta dos autos que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª Região criou, por ato administrativo, 166 (cento e sessenta e seis) funções de confiança, tendo em vista que a Lei 8.431, de 09 de junho de 1992, responsável pela criação daquela Corte, silenciou quanto às funções comissionadas, antigas gratificações de representação de gabinete, as quais eram - e efetivamente o são - essenciais para a composição da estrutura administrativa do órgão.

Da análise dos autos aflora ainda a informação -- já revelada em diversos Pedidos de Providências similares ao presente - de que o Egrégio Tribunal de Contas da União, ao processar inspeção ordinária no TRT da 24ª Região, considerou irregular a criação das funções comissionadas referidas, por ausência da necessária competência normativa, porquanto a matéria está reservada à disciplina legal, na exata conformidade do art. 48, X, da CF de 1988.

Determinou, assim, a Corte de Contas da União a adoção das medidas necessárias à correção do equívoco, conforme Decisão nº 612/96-Plenário e Acórdão 212/2004-Plenário, o que conduziu ao encaminhamento do presente Projeto de Lei.

Assim expostos os fatos, ressalto que, do ponto de vista orçamentário e financeiro, o projeto de lei em comento apresenta plena viabilidade para aprovação, pois o impacto na folha de pagamento já vem sendo absorvido há vários anos, estando plenamente tutelada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, entendo que há viabilidade técnica para a criação das funções, que são destinadas, em sua maioria, ao aprimoramento dos serviços prestados nas Varas do Trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul.

Dentro de tal contexto, impõe-se a regularização formal do ato de criação das Funções Gratificadas por meio de resolução interna, editando-se lei específica para ratificar a ação administrativa levada a efeito.

Anoto que, há vários anos atrás, era prática comum a criação de funções gratificadas no âmbito dos Tribunais por meio de ato administrativo interno.

Essa prática era respaldada no disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 10/71, in verbis:

publicado em 20/04/95, referendou, em um primeiro instante, a prática de se criar funções gratificadas por meio de resolução interna. Leio o teor da ementa do referido precedente:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07, DE 30.10.1990, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, QUE ACRESCENTOU À LOTAÇÃO DE SEUS GABINETES QUINZE (15) ENCARGOS DE REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 48, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE ATRIBUI AO CONGRESSO NACIONAL, COM A SANÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O PODER DE DISPOR SOBRE CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS. INADMITIDA, A UM PRIMEIRO EXAME, A RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA AÇÃO, POR NÃO SE TRATAR, APARENTEMENTE, DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS, E, CONSIDERADO O RISCO DE PREJUÍZO A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA, COM EVENTUAL SUSPENSÃO DA RESOLUÇÃO IMPUGNADA, É DE SE NEGAR A MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA".


A Suprema Corte também editou o Ato Regulamentar nº 26/92¹, sinalizando para os demais Tribunais do país que era possível a criação de tais funções gratificadas por meio de atos internos.

No âmbito do Judiciário Trabalhista, o Colendo TST, por meio da Resolução Administrativa nº 42/91, declarou a sua competência para criar Funções de Gabinete e, em consequência, autorizar o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente a criá-las mediante Atos, bem como fixar a lotação numérica e introduzir alterações na Tabela de Gratificação de Representação de Gabinete.

A prática legitimada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, respaldada também pela área administrativa do Supremo Tribunal Federal, terminou por servir de exemplo para os Tribunais Regionais do Trabalho que, até então, tinham naquela orientação firmada um norte seguro a ser trilhado.

Mas o Plenário da Suprema Corte, instado a se manifestar novamente sobre a matéria, decidiu mudar o seu entendimento inicial, como se infere do precedente firmado nos autos da Medida Cautelar na ADI nº 1732/ES, Relator Ministro Néri da Silveira:

"EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Resoluções nºs 26, de 22/12/1994; 15, de

¹ - O art. 3º, do Ato Regulamentar nº 26, de 28 de setembro de 1992, dispunha: "Art. 3º São incluídos, na Tabela anexa ao Ato Regulamentar nº 25, de 16 de setembro de 1991, 07 (sete) Encargos de Supervisão; 20 (vinte) Encargos de Assistente Judiciário e 02 (dois) Encargos de Assistente-Datilógrafo de Gabinete". 

a constatação de que a situação de nebulosidade jurídica inicial justificava plenamente o agir administrativo concretizado.

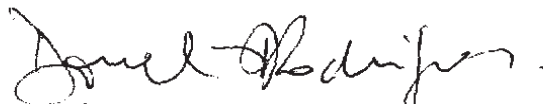
Assim posta a questão, penso que não é o caso de se tecer críticas à conduta dos Tribunais Regionais do Trabalho ou mesmo do Tribunal de Contas da União.

O erro do passado mostra-se plenamente justificável, e a sensibilidade demonstrada pelo Tribunal de Contas da União² em tentar repará-lo de uma forma menos danosa e drástica, ao meu sentir, merece aplausos e elogios.

Em conclusão, Sr. Presidente, embora considere que o Projeto de Lei da Câmara nº 82/2005 deva ser integralmente aprovado, pelos fundamentos expostos e por sua plena viabilidade técnica e orçamentária, acolho a orientação firmada pelo Plenário deste CNJ, por ocasião do julgamento do Pedido de Providências nº 118 (sessão de 31.01.2006), a fim de que seja alterado o texto do art. 2º do referido projeto, editando-se por lei a criação das funções comissionadas, e não "ratificado" o ato administrativo questionado, editado ao arrepio do Texto Constitucional.

É o meu voto.

Brasília-DF., 21 de março de 2006.



Conselheiro DOUGLAS ALENÇAR RODRIGUES
Relator

² - O TCU, quando verificou que houve a criação de funções comissionadas por via administrativa em Tribunais, determinou a estes que se abstivessem de criá-las, mas não puniu os administradores pelos atos praticados: Acórdão 038/2002, Processo TC-425.03/1996-4, TRT 23ª Região; Acórdão 688/2001, Processo TC-600.247/1998-8, TRT 19ª Região; Decisão 424/2001, Processo TC-003.340/1999-6, TRF 3ª Região; Decisão 979/2001, Processo TC-003.150/1997-6, TRT 10ª Região; Decisão 208/1999, Processo TC-003.179/1997-4, TRT 13ª Região; Decisão 088/1999, Processo TC-675.168/1997-0, TRT 20ª Região; Decisão 641/1995, Processo TC-500.170/1992-4, TRF 5ª Região;

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 120.

RELATOR: CONSELHEIRO MARCUS FAVER.

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO.

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), por maioria, manifestou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 82/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências, nos termos do voto divergente do Excelentíssimo Conselheiro Douglas Rodrigues. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Marcus Faver (relator) e Paulo Lobo, que se manifestavam parcialmente favoráveis à aprovação do projeto de lei em epígrafe. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Jobim (Presidente). Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Conselheiro Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor Nacional de Justiça). Plenário, 21 de março de 2006”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Antônio de Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Rodrigues, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 21 de março de 2006.



Analista Judiciário

Maria Cristina G. Botelho Costa
Analista Judiciário

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2005

Despacho

1. O presente Projeto de Lei, originário da Câmara dos Deputados, foi lido na Sessão de 22 de agosto de 2005 e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. Nessa Comissão, foi designado Relator o Senador Ramez Tebet, que emitiu o Parecer nº 1.648, de 2005-CCJ, de fls. 20/25, favorável à matéria.

3. A matéria encontra-se na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando inclusão em Ordem do Dia.

4. Ocorre que a matéria dependia do cumprimento do inciso IV do art. 88 da Lei nº 11.178, de 2005 (LDO), que dispõe **verbis**:

“Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta Lei, bem como os relacionados a

aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

(...)

IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição;”

4. Nesse sentido, no dia 24 de março de 2006, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça encaminhou o Parecer do órgão, cuja conclusão é no sentido de “que seja alterado o texto do art. 2º do referido projeto, editando-se por lei a criação das funções comissionadas, e não “ratificado” o ato administrativo questionado (...).

5. **Ipsa facto**, determino a republicação dos avulsos da matéria, para incluir o referido Parecer, e a devolvo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senado Federal, 10 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005, objeto do expediente lido, apesar de já estar devidamente instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, volta àquele colegiado para reexame, tendo em vista a recomendação constante do Ofício do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

É lido o seguinte:

Ofício nº 34/GP

Brasília, 20 de março de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 8/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 122.

RELATOR: CONSELHEIRO PAULO LOBO.

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), por maioria, manifestou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, nos termos do voto divergente do Excelentíssimo Conselheiro Douglas Rodrigues. Vencidos os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Lobo (relator) e Marcus Faver, que se manifestavam contrários à aprovação do projeto de lei em epígrafe. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Conselheiro Joaquim Falcão. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 14 de março de 2006”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Antônio de Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Rodrigues, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lobo e Alexandre de Moraes.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 14 de março de 2006.


Analista Judiciário

Maria Cristina G. Botelho Costa
Analista Judiciário

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 122/2005**REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.****REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.****ASSUNTO: ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER DE MÉRITO SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 08/2005, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 88, IV, DA LEI Nº 11.178/2005 (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).**

EMENTA: PARECER E ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 08/2005, DE INICIATIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE 720 FUNÇÕES COMISSIONADAS NO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. VIABILIDADE TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO. MERA REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DO TRT DA 15ª REGIÃO QUE PERDURA POR QUASE UMA DÉCADA. PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DO ADMINISTRADOR AO CRIAR FUNÇÕES COMISSIONADAS POR RESOLUÇÃO, SEM EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. DÚVIDA FUNDADA, NA ÉPOCA, SOBRE A POSSIBILIDADE DESSA TRANSFORMAÇÃO SER IMPLANTADA POR MEIO DE ATO INTERNO DO PRÓPRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, FACE À MUDANÇA IMPOSTA PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL DE 1988. ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE, NA ÉPOCA, ERA CONSAGRADA NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, SENDO ADOTADA EM VÁRIOS OUTROS TRIBUNAIS REGIONAIS, ATÉ SER DESAUTORIZADA POR ORIENTAÇÃO SUPERVENIENTE. POSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PARECER DE MÉRITO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI.

V O T O D I V E R G E N T E

O SENHOR CONSELHEIRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES -

Ouso divergir, Sr. Presidente, do judicioso voto proferido pelo eminente Conselheiro Relator Paulo Luiz Neto Lobo.

Com efeito, o Relator, seguindo a conclusão do parecer elaborado pela douta Comissão Técnica instituída pela Portaria n° 336, de 29 de setembro de 2005, manifesta-se de forma contrária à aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 08/2005, que dispõe sobre a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas de nível FC-2 no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O fundamento nuclear adotado é o de que o índice da relação cargo efetivo x função/cargo comissionado mostra-se extremamente desfavorável ao referido Tribunal, o que compromete a implantação de política de gestão administrativa saudável.

Não obstante minha concordância com a linha de pensamento defendida pelo Relator, no sentido de que a prática generalizada de concessão de funções gratificadas a todo o quadro de servidores revela-se danosa enquanto política de gestão administrativa, penso, todavia, que essa delicada questão não pode nem deve ser analisada de forma isolada, ignorando a realidade institucional vivenciada pelo tribunal envolvido.

Justifico o meu pensamento.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região possui atualmente 928 (novecentas e vinte e oito) funções comissionadas de nível FC-2, sendo 208 (duzentas e oito) funções criadas regularmente por lei e 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas criadas em junho de 1996 por meio de resolução administrativa.

Conforme relatado pelo TRT da 15ª Região, dessas 928 (novecentas e vinte e oito) funções comissionadas de nível FC-2, 628 (seiscentas e vinte e oito) estão preenchidas na 1ª instância, 161 (cento e sessenta e uma) estão preenchidas na 2ª instância e 139 (cento e trinta e nove) encontram-se momentaneamente livres para preenchimento, em face da dinâmica de rotatividade no quadro de servidores.

Ressaltou, ainda, a Presidência do TRT da 15ª Região, que "[...] a Administração desta Corte já dispõe de um estudo para vincular a atribuição das 720 (setecentas e vinte) funções de nível 2 aos substitutos de Secretário de Audiência, de Diretor, de Assistente de Juiz e de Assistente de Cálculos, específicas das unidades do primeiro grau, promovendo um remanejamento para dar um tratamento isonômico a todas as 153 (cento e cinquenta e três) Varas do Trabalho e aos 25 (vinte e cinco) Fóruns Trabalhistas. Tal expediente está dependendo apenas da legalização das funções em tela".

Como se vê, praticamente todas as funções comissionadas criadas pela resolução administrativa de 1996 se encontram ocupadas por servidores lotados na 1ª Instância.

Com base no Relatório Geral da Justiça do Trabalho do Ano de 2003, pode-se afirmar que a 1ª instância da 15ª Região da justiça do Trabalho pode ser equiparada a quatro outras regiões jurisdicionais trabalhistas: a 2ª Região (São Paulo), a 1ª Região (Rio de Janeiro); a 3ª Região (Minas Gerais) e a 4ª Região (Rio Grande do Sul):

Posição	TRT	Resíduo 2002	Recebidos 2003	Sentenças Anuladas	Total a Julgar 2003
1ª	2ª – SP	192.531	314.301	4.030	510.862
2ª	1ª – RJ	152.598	205.439	1.224	359.261
3ª	15ª - Cam	107.099	203.318	925	311.342
4ª	3ª – MG	18.495	184.189	1.137	203.821
5ª	4ª – RS	55.850	110.526	1.161	167.537

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2003 – TST – Tabela 4.2.3.1 - p. 171.

Dos cinco TRTs analisados, o TRT da 15ª Região, no ano de 2003, apresentava o 3º maior número de processos de conhecimento a julgar na 1ª Instância.

Em relação à fase de execução, no entanto, os dados estatísticos da 1ª Instância do TRT da 15ª Região, no ano de 2003, revelaram que o referido Tribunal era quem detinha a situação mais desfavorável:

Posição	TRT	Resíduo Execução 2002	Execuções Iniciadas 2003	Total a Executar 2003	Execuções Encerradas 2003
1ª	15ª - Cam	271.705	66.331	338.482	36.919
2ª	2ª – SP	218.012	180.292	406.384	192.712
3ª	1ª - RJ	210.852	49.065	260.123	37.174
4ª	4ª – RS	158.212	41.509	199.885	28.757
5ª	3ª – MG	97.004	79.249	176.653	67.684

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2003 – TST – Tabela 4.2.9 - p. 182.

*Obs: no total a executar estão computados os processos de execução do resíduo de 2002, as execuções iniciadas em 2003 e os processos de execução recebidos de outros órgãos para execução.

No ano de 2004, no que toca à fase de conhecimento, a situação apenas se agravou, como indica o demonstrativo abaixo:

Posição	TRT	Resíduo 2003	Recebidos 2004	Sentenças Anuladas	Total a Julgar 2004
1ª	2ª – SP	198.732	290.452	3.107	492.291

2ª	15ª - Cam	117.209	189.966	1.334	308.519
3ª	1ª - RJ	173.631	179.862	999	354.492
4ª	4ª - RS	21.448	170.573	1.122	193.143
5ª	3ª - MG	63.284	104.628	673	168.585

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2004 – TST – Tabela 4.2.3.2 - p. 220.

A excessiva carga de trabalho da fase de execução, no ano de 2004, também sofreu pequena alteração:

Posição	TRT	Resíduo Execução 2003	Execuções Iniciadas 2004	Total a Executar 2004*	Execuções Encerradas 2004
1ª	2ª - SP	320.848	164.676	503.433	195.485
2ª	15ª - Cam	240.161	42.487	294.671	46.399
3ª	1ª - RJ	221.857	61.998	289.050	33.004
4ª	4ª - RS	107.767	43.673	154.440	39.358
5ª	3ª - MG	97.578	52.497	164.849	54.159

Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2004 – TST – Tabela 4.2.9 - p. 229.

**Obs: no total a executar estão computados os processos de execução do resíduo de 2003, as execuções iniciadas em 2004, os processos de execução desarquivados, os processos recebidos de outros órgãos para execução e os títulos executivos extrajudiciais.*

Pois bem, diante da grandeza de tais números, pode-se afirmar, com segurança, que a 1ª Instância do TRT da 15ª Região é a que recebe o 2º maior número de processos de conhecimento por ano na Justiça do Trabalho¹, e é quem possui o 2º maior estoque de processos de execução para solucionar².

Não obstante essa considerável carga de trabalho, a situação do quadro de pessoal de servidores do TRT da 15ª Região, em comparação com os referidos Tribunais paradigmas, é a seguinte:

ANO DE 2003			
Posição	TRT	Pessoal do Quadro Efetivo	Pessoal Auxiliar* da Justiça do Trabalho
1ª	1ª - RJ	2.723	3.301
2ª	2ª - SP	2.630	3.321
3ª	3ª - MG	2.346	3.221
4ª	15ª - Camp	2.298	2.658
5ª	4ª - RS	2.273	2.346

Fonte: Estudo Justiça em Números – STF – Ano Base 2003.

**Obs: no total de Pessoal Auxiliar em atividade, foram considerados os servidores ativos do quadro*

¹ - No ano de 2004, foram cerca de 190.000 novos processos de conhecimento, equivalente a 12% do movimento processual total de toda a Justiça do Trabalho.

² - No ano de 2004, o resíduo final foi da ordem de 226.523 processos de execução pendentes de solução.

permanente, os requisitados, os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os terceirizados e os estagiários.

ANO DE 2004			
Posição	TRT	Pessoal do Quadro Efetivo	Pessoal Auxiliar* da Justiça do Trabalho
1ª	1ª – RJ	2.982	3.397
2ª	2ª – SP	2.971	3.655
3ª	15ª – Camp	2.586	3.458
4ª	3ª – MG	2.546	3.420
5ª	4ª – RS	2.531	2.611

Fonte: Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário – CNJ – Ano Base 2004.

**Obs: no total de Pessoal Auxiliar em atividade, foram considerados os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados, os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os terceirizados e os estagiários.*

Veja-se bem.

Embora o TRT da 15ª Região possua um quadro de servidores efetivos praticamente idêntico aos dos TRTs da 3ª e da 4ª Regiões, a carga de trabalho afeta à 1ª instância daquele Tribunal, como já demonstrado, é bem superior.

Só para se ter uma idéia dessa disparidade, se hipoteticamente considerarmos que todos os servidores efetivos do quadro do Tribunal trabalham na 1ª Instância, teremos a seguinte relação processo x servidor efetivo, para a realidade do último ano de 2004:

ANO DE 2004				
Posição	TRT	Pessoal do Quadro Efetivo	Total de Processos de Execução e de Conhecimento a Solucionar	Relação Processo X Servidor
1ª	2ª – SP	2.971	995.724	335,15
2ª	15ª – Cam	2.586	603.190	233,25
3ª	1ª – RJ	2.982	643.542	215,81
4ª	4ª – RS	2.531	347.583	137,33
5ª	3ª – MG	2.546	333.434	130,96

A mesma discrepância pode ser aferida se fizermos a relação entre o número de processos e o número de funções comissionadas/cargos comissionados:

ANO DE 2004				
Posição	TRT	Total de Processos de Execução e de Conhecimento a Solucionar	Total de FCs e CJs	Relação Processo X FC/CJ
1ª	2ª - SP	995.724	2.615	380,77
2ª	4ª - RS	347.583	1.348*	258,85
3ª	1ª - RJ	643.542	2.710	237,67
4ª	15ª - Cam	603.190	2.905	207,64
5ª	3ª - MG	333.434	3.411	97,75

* Obs: Informação constante do PP 114, sem considerar as 650 funções e cargos comissionados cuja criação se pretende por meio do PL nº 2548-A, com parecer de mérito favorável no âmbito do CNJ.

Os indicadores estatísticos elaborados por este Conselho Nacional de Justiça corroboram a certeza de que o TRT da 15ª Região apresenta índice de servidores por 100.000 habitantes inferior à média nacional, adotada para toda a Justiça do Trabalho, apresentando-se como o pior entre os cinco tribunais regionais cotejados:

Posição	TRT	Pessoal do Quadro Efetivo por 100.000 Habitantes	Média Nacional de Pessoal do Quadro Efetivo por 100.000 Habitantes
1ª	4ª - RS	23,60	16,90
2ª	1ª - RJ	19,61	16,90
3ª	2ª - SP	14,92	16,90
4ª	3ª - MG	13,40	16,90
5ª	15ª - Cam	12,99	16,90

Fonte: Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário – Ano Base 2004 – CNJ – Item 1.8.

Se bem analisados e aferidos todos esses dados estatísticos disponíveis, conclui-se com facilidade que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não possui um número exacerbado de funções comissionadas, mas, sim, um quadro reduzido de servidores efetivos, se comparado com outros Tribunais Regionais do Trabalho que possuem demanda processual bem inferior à sua.

Portanto, Sr. Presidente, a douta Comissão Técnica, ao se limitar a fazer uma mera relação de função comissionada versus cargo efetivo para aquilatar um modelo ideal de gestão administrativa, sem levar em conta a realidade de defasagem atualmente existente nos diversos órgãos do Poder Judiciário, termina por apenas, duplamente, aquele tribunal que, a exemplo do TRT da 15ª Região, já se encontra em dificuldade para manter o nível de excelência em seus serviços judiciais.

Revela-se deveras cômodo afirmar que a solução do grave problema passa pela criação de mais cargos efetivos.

Isso ninguém contesta e o TRT da 15ª Região já apresentou ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho um projeto de lei para aumentar o seu quadro efetivo.

Entretanto, essa tramitação burocrática é demorada, aumenta de forma considerável a despesa pública e, quando criados os cargos efetivos, necessária se faz ainda a aprovação de candidatos em concurso público.

E aqui, faço uma inquietante indagação, para a reflexão de todos: enquanto esse incremento no quadro efetivo de pessoal não vira realidade, o que pode um Tribunal do porte do TRT da 15ª Região fazer para manter a regularidade de seus serviços?

Não existe, Senhores Conselheiros, uma fórmula administrativa mágica para esse problema. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, necessariamente, **tem de se valer de servidores requisitados**, o que exige a concessão de funções gratificadas específicas para justificar o ato de cessão administrativa, e, de outro lado, compensar o acúmulo de atribuições dos poucos servidores efetivos existentes no quadro com a concessão de gratificações.

Se isso se mostra desaconselhável do ponto de vista da gestão administrativa, o certo é que essa prática se traduz na única solução imediata para atender ao interesse maior da máquina judiciária!

Além disso, merece ser sublinhado que tal prática se mostra extremamente favorável do ponto de vista econômico para o orçamento do Tribunal, que já apresenta um preocupante nível de comprometimento com despesa de pessoal:

Posição	TRT	Despesa Total com Pessoal *	Média Nacional de Despesa Total com Pessoal
1ª	3ª - MG	97,79%	91,34%
2ª	15ª - Cam	95,58%	91,34%
3ª	2ª - SP	94,58%	91,34%
4ª	4ª - RS	93,91%	91,34%
5ª	1ª - RJ	93,02%	91,34%

Fonte: Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário – Ano Base 2004 – CNJ – Item 1.3.1.

* Obs: Na despesa total com pessoal foram computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete etc), tanto para ativos quanto para inativos e servidores que não são do quadro efetivo, remunerados pelo orçamento do Judiciário Trabalhista.

Realmente, a designação de funções comissionadas a servidores requisitados -- ainda que possa ser alvo de censuras e críticas, considerado o modelo ideal de gestão administrativa de pessoal, como anotado no parecer da d. Comissão Técnica -- tem propiciado o incremento substancial da força de trabalho dos órgãos de primeira instância da Justiça do Trabalho, com a economia dos recursos próprios ao custeio de cargos efetivos da carreira judiciária.

Desprezar essa realidade e votar contra a aprovação do mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, que prevê a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas de nível FC-2, pagas aos servidores da 1ª Instância do TRT da 15ª Região há quase dez anos, será o mesmo que condenar o referido Tribunal a enfrentar o caos administrativo, suprimindo um dos poucos incentivos existentes para compensar o enorme sacrifício diariamente imposto ao seu reduzido quadro de servidores efetivos, comissionados e requisitados.

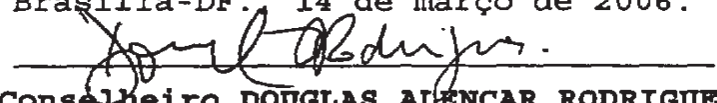
Invoco, por fim, Sr. Presidente, a linha de coerência que deve nortear as decisões deste Plenário, já que na última sessão, e também nesta de hoje, nós votamos favoravelmente ao mérito de vários projetos de lei que dispõem sobre a criação de inúmeros cargos efetivos e funções comissionadas no âmbito dos TRTs da 1ª, 2ª e 4ª Regiões, por exemplo, aumentando a despesa pública da União e alargando, ainda mais, o fosso de disparidade existente em relação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Como, então, Sr. Presidente, poderemos justificar de forma coerente e segura que, para o TRT da 15ª Região, que possui realidade administrativa mais complexa e deficiente em relação a muitos desses outros tribunais regionais, não há viabilidade técnica para a aprovação de um projeto de criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas, regularizando uma situação administrativa que não gera acréscimo de gastos, haja vista que já se encontra totalmente absorvida no orçamento daquela Corte de Justiça há quase dez anos?

Por esses motivos, com as vênias devidas ao d. Conselheiro Relator, voto integralmente favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, ante a sua plena viabilidade técnica e orçamentária.

É o meu voto.

Brasília-DF, 14 de março de 2006.


Conselheiro DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 122/2005

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO LUIZ NETO LÔBO.

EMENTA: Pedido de Providências. Emissão de parecer de mérito pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, em cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – Lei nº 11.178/2005. Projeto de lei que cria 720 funções comissionadas no âmbito do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, regularizando realidade administrativa criada em junho de 1996 por meio de resolução administrativa. Ressalva de entendimento pessoal do relator para, curvando-se à jurisprudência pacificada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, não declarar a nulidade dos atos administrativos praticados ao arrepio dos arts. 48, X, e 96, II, "b", ambos da Carta Magna. Parecer de mérito, no entanto, contrário à aprovação do projeto de lei em análise, porquanto não obstante a excessiva carga de trabalho afeta aos servidores do Tribunal Regional, não se demonstrou a necessidade de criação do quantitativo de funções comissionadas propostas. Situação do Tribunal em que a relação entre o número de cargos efetivos e o de funções/cargos comissionados é inferior a um, a evidenciar que todos os servidores efetivos do quadro são ou podem ser comissionados. Modelo anacrônico de gestão administrativa que desvirtua, por completo, o sentido da existência da gratificação, que não deve ser concedida como um plus remuneratório para todo o universo de servidores do quadro de pessoal. O comissionamento irrestrito e generalizado compromete uma política administrativa saudável de motivação do servidor, nivelando e banalizando de forma inaceitável o mérito daqueles trabalhadores que se mostram mais criativos, curiosos, inovadores, dedicados e com maior capacidade para ocupar e exercer uma função comissionada de chefia, direção ou assessoramento.

ACÓRDÃO

Acordam os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro NELSON JOBIM, por unanimidade, em consonância com o parecer da Comissão Técnica e o voto do Excelentíssimo Conselheiro Relator PAULO LUIZ NETO LÔBO, **MANIFESTAR-SE CONTRARIAMENTE À APROVAÇÃO DO MÉRITO** do Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília-DF, 07 de março de 2006.


Conselheiro PAULO LUIZ NETO LÔBO

Relator

RELATÓRIO

O Tribunal Superior do Trabalho encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.999/2002, que dispõe sobre a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, com a seguinte justificativa:

"[...]

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de decisão do Órgão Especial daquela Corte Trabalhista, datada de 12/6/96, de 720 (setecentas e vinte) funções gratificadas de Representação de Gabinete, atuais funções comissionadas pela Lei nº 9.421/96, proferiu decisão nos autos do Processo TC-700.053/1998-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 48, inciso X, c/c art. 96, inciso II, alínea 'b', da Constituição Federal.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por configurarem merecido incentivo aos executores materiais dessas ações, com a conseqüente extinção daquelas instituídas por meio de ato administrativo da citada Corte.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de assegurar a atual estrutura do Órgão dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação das funções comissionadas, de fato já existentes desde 12/6/96, constantes do Anexo único do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, observando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão em aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região já inclui os respectivos valores desde 1996".

Após regular tramitação, o referido projeto de lei restou aprovado no âmbito das diversas comissões da Câmara dos Deputados, sendo, então, encaminhado ao Senado Federal, onde se encontra em tramitação como Projeto de Lei da Câmara nº 08 de 2005.

Em face da competência assegurada pelo inciso IV do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 – Lei nº 11.178/2005 –, o Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005 teve a sua tramitação temporariamente suspensa no Senado Federal, no aguardo de parecer de mérito sobre o referido projeto a ser emitido por este Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, apresentou o parecer de fls. 31/36, cuja conclusão foi contrária à aprovação do projeto, “[...] uma vez que, não obstante a análise dos números do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, não foram identificados elementos contundentes que justifiquem o incremento das funções”.

Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não tinha prestado até então as informações complementares necessárias à integral análise do presente processo, determinou-se a expedição de novo ofício à Presidência daquela Corte de Justiça, com a conseqüente retirada do feito da pauta de julgamento do dia 14 de fevereiro de 2006.

O Sindicato Profissional dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE requereu sua habilitação e o ingresso nos presentes autos na qualidade de parte interessada, na condição de substituto processual da categoria que representa, solicitando a sua intimação acerca dos atos praticados no processo¹.

Por meio do Ofício nº 097/2006-DGCA/TR, de 10 de fevereiro de 2006, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresentou as informações complementares de fls. 62/73, instruídas com documentos de fls. 74/228.

Instada a se manifestar sobre as novas informações complementares prestadas, a Comissão Técnica concluiu que “[...] apesar de o PL 6.999 ter como objetivo regularizar a situação das 720 FC-2 criadas por Resolução, em face da contundente posição desfavorável do TRT-15ª Região, com respeito à relação servidor efetivo x função comissionada e cargo em comissão, e levando em conta as demais análises realizadas, bem como as considerações expendidas, esta Comissão mantém o seu parecer de mérito, item 7 da folha 36 desse processo”.

É o relatório.

VOTO

O Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, ora em tramitação no Senado Federal, dispõe sobre a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Depreende-se dos autos que o referido projeto de lei visa regularizar uma situação administrativa criada em 12/06/96, quando o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio de Resolução Administrativa, criou as referidas funções comissionadas no âmbito do quadro de pessoal daquele Tribunal, em manifesto descumprimento ao quanto disposto nos arts. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea "b", ambos da Constituição Federal.

Pois bem, é por demais conhecido deste Plenário o meu entendimento pessoal sobre a questão da regularização, por meio de projeto de lei atual, de realidade administrativa de criação de funções comissionadas instituída ao arrepio dos ditames da Magna Carta.

Conforme tenho reiteradamente me pronunciado, entendo ser de todo desaconselhável que este Conselho Nacional de Justiça legitime os efeitos de um ato administrativo praticado em manifesta afronta ao texto constitucional, apenas e tão somente para prestigiar situações consolidadas ao longo do tempo.

Se o ato administrativo é nulo, por afronta à Constituição Federal, os efeitos que dele decorrem não geram direitos para os servidores indevidamente beneficiados, devendo tal aspecto ser expressamente declarado pelo Conselho Nacional de Justiça, que não pode convalidar um vício insanável.

A criação, pelo Congresso Nacional, de funções e cargos comissionados, somente tem validade a partir da publicação da lei respectiva, sem alterar o estado de irregularidade verificado no passado, quando a despesa foi instituída por resolução interna.

Devo reconhecer, no entanto, que esse meu entendimento pessoal é minoritário no âmbito do Colegiado, porquanto a douta maioria do Plenário do Conselho Nacional de Justiça tem assumido uma posição mais flexível sobre a matéria, manifestando-se de forma favorável à criação dos cargos e funções comissionados instituídos por meio de resolução administrativa dos Tribunais, apenas ressalvando a aprovação do artigo do projeto de lei que ratifica os atos anteriormente praticados, determinando-se o envio de ofício ao Tribunal de Contas da União. O Plenário, em sucessivos precedentes, não tem declarado qualquer efeito de nulidade aos atos administrativos anteriormente praticados sob a égide de resolução administrativa².

No caso concreto em análise, o Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005 não possui um artigo específico ratificando os atos anteriormente praticados, pelo que a controvérsia fica restrita à conveniência de se criar ou não, desta feita por lei, as referidas funções comissionadas instituídas em junho/96 por resolução administrativa.

Quanto ao aspecto formal, não tenho maior dificuldade em ressaltar o meu entendimento pessoal para, prestigiando a jurisprudência já

2 - Esse entendimento do Plenário foi adotado, por exemplo, nos processos de interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia (Pedido de Providências nº 115, Relator Conselheiro Douglas Rodrigues, julgado em 14 de fevereiro de 2006); do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – Pará (Pedido de Providências nº 116, Relator Conselheiro Oscar Argollo, julgado em 14 de fevereiro de 2006); e do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – Rio Grande do Norte (Pedido de Providências nº 118, Relatora Conselheira Ruth Carvalho, julgado em 31 de janeiro de 2006).

sedimentada no Plenário deste Conselho, admitir que se possa superar a questão da nulidade dos atos administrativos anteriormente praticados.

Assim o faço em prol do interesse maior de se buscar a uniformização dos julgamentos do Conselho que, por ser um órgão de cúpula administrativa do Poder Judiciário, não pode emitir posições contraditórias ou incoerentes, ao sabor de conveniências momentâneas.

No que concerne ao mérito em si do projeto de lei, compartilho da conclusão adotada pela douta Comissão Técnica, no sentido de sugerir a sua não aprovação, porquanto não foram identificados elementos contundentes que justifiquem o incremento das funções.

Ora, como bem demonstrado no parecer da Comissão Técnica, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, embora possua carga de trabalho bem acima da média nacional, possui uma relação de cargos efetivos x funções comissionadas e cargos comissionados da ordem de 0,95 (zero vírgula noventa e cinco), quando o índice mínimo de referência seria de 1,42 (um vírgula quarenta e dois) cargos efetivos para cada função ou cargo em comissão.

Em palavras mais simples, todos os servidores efetivos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região são ou podem ser comissionados, pois a referida Corte de Justiça possui 2.905 (duas mil novecentas e cinco) funções/cargos comissionados para 2.772 (dois mil setecentos e setenta e dois) cargos efetivos.

Fácil de ver que esse modelo anacrônico de gestão administrativa desvirtua, por completo, o sentido da existência da gratificação, que não deve ser concedida como um plus remuneratório para todo o universo de servidores do quadro de pessoal, mas, sim, como leciona Oswaldo Aranha Bandeira de Mello³, como uma contraprestação *"[...] de serviços excepcionais, prestados pelo funcionário, portanto, contingentes a determinados momentos da atividade funcional, de caráter extraordinário, em condições diferentes e com maiores riscos ou ônus, que o trabalho comum do cargo de que o funcionário é titular"*.

O comissionamento irrestrito e generalizado compromete, inegavelmente, uma política administrativa saudável de motivação do servidor, nivelando e banalizando de forma inaceitável o mérito daqueles trabalhadores que se mostram mais criativos, curiosos, inovadores, dedicados e com maior capacidade para ocupar e exercer uma função comissionada de chefia, direção ou assessoramento.

Ressalto que se o problema do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é o excesso de serviço, a solução administrativa adequada é o aumento do quadro efetivo, com ingresso de novos servidores, jamais a criação de um número exacerbado de funções, para agraciar todos os servidores atuais com um plus remuneratório compensatório.

A Comissão Técnica demonstra que caso o projeto de lei não seja aprovado, a relação cargo efetivo x função comissionada/cargo comissionado ainda permanecerá bastante razoável no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – 1,27 (um vírgula vinte e sete) -, mais favorável, por exemplo, do que a

³ MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, Forense, Vol. II, 1974, p. 434.

relação existente nos TRTs de São Paulo (1,46), Ceará (1,56), Pará (1,78), Paraná (1,88) e Amazonas (1,59).

Não sou insensível às imensas dificuldades administrativas que certamente serão enfrentadas pelo Tribunal caso o referido projeto de lei não seja aprovado no Congresso Nacional.

Todavia, em meu modesto pensar, essas dificuldades, por maiores que se apresentem, não se constituem em motivo suficiente para que este Conselho Nacional de Justiça abdique de seu dever constitucional de fixar diretrizes corretas e seguras de gestão administrativa, sinalizando de forma clara e inequívoca para os Tribunais que é preciso mudar determinados métodos e modelos gerenciais anacrônicos, para se privilegiar políticas organizacionais voltadas para a busca da eficiência e de uma maior produtividade no serviço público prestado aos jurisdicionados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme informações complementares prestadas, já realizou estudos para aumento de seu quadro de pessoal efetivo, estando a proposta tramitando perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Cabe-lhe, agora, ao que penso, fazer uma reestruturação de suas funções e cargos comissionados, de modo a que a relação com os cargos efetivos fique mais condizente com um modelo de gestão administrativamente saudável.

Em conclusão, Sr. Presidente, acompanho o parecer da douta Comissão Técnica instituída para assessorar esse Conselho e voto pela não aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 08/2005, por entender que não se mostra satisfatoriamente demonstrada a necessidade de criação das 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas, dispondo o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de quantitativo elevado de outras funções e cargos comissionados para atender de forma satisfatória às suas necessidades administrativas.

É o voto.



Conselheiro PAULO LUIZ NETO LÔBO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005.

A Presidência esclarece ao Plenário que deixa de enviar o referido expediente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em virtude de a recomendação do Conselho Nacional de Justiça ser pela aprovação integral do projeto e, ainda, de a proposição já estar devidamente instruída, com parecer favorável, da mencionada Comissão.

O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 13 de abril de 2006, e publicou no mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 291, de 2006, que “Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de 2006”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

José Jorge (PFL)	1. Eduardo Azeredo (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Demóstenes Torres (PFL)
César Borges (PFL)	4. Vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	2. José Maranhão
Valdir Raupp	3. Gerson Camata

Bloco de Apoio ao Governo (PDT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. Vago
Sibá Machado (PT)	2. Vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3. Vago

PDT

Osmar Dias	1. Vago
------------	---------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
----------------------	--------------------

***PRB**

Marcelo Crivella	1. Vago
------------------	---------

DEPUTADOS**PT**

Henrique Fontana	1. Iara Bernadi
Colombo	2. João Grandão

PMDB

Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	1. Kátia Abreu
Roberto Brant	2. Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Junior	1. Bismarck Maia
---------------	------------------

PP

Mário Negromonte	1. Benedito de Lira
------------------	---------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1. Luiz Antônio Fleury
---------------------	------------------------

PL

Luciano Castro	1. José Carlos Araújo
----------------	-----------------------

PSB

Paulo Baltazar	1. Dr. Ribamar Alves
----------------	----------------------

PDT

Miro Teixeira	1. Álvaro Dias
---------------	----------------

***PPS**

Fernando Coruja	1. Cláudio Magrão
-----------------	-------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 13-4-2006 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 17-4-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 18-4-2006
- Emendas: até 19-4-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 13-4-2006 a 26-4-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à **CD**: 26-4-2006
- Prazo na CD: de 27-4-2006 a 10-5-2006 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no **SF**: 10-5-2006
- Prazo no **SF**: de 11-5-2006 a 24--5-2006 (42ª dia)
- Se modificado, devolução à **CD**: 24-5-2006
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-5-2006 a 27-5-2006 (43º a 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta de: 28-5-2006 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-6-2006 (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000–CN.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único, renumerado como § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que estabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac – e dá outras providências.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P Nº 936/06

Brasília, 17 de abril de 2006

Assunto: Indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 122/06 – CN, recebido em 3 de abril de 2006, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos membros indicados pelo Partido Democrático Trabalhista — PDT para preenchimento das vagas destinadas a sua bancada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Presidência/SGM

Ofício nº 118/06, da Liderança do FDT
– indicação para Comissão Mista.

Em 12-04-2006.

Publique-se. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 118-PDT

Brasília, 12 de abril de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Aldo Rebelo

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os representantes do Partido Democrático Trabalhista — PDT, que passam a integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme relação abaixo.

Titulares

Manato

Alvaro Dias

Miro Teixeira

Suplentes

Luiz Piauhyllino

Rodolfo Pereira

Sérgio Miranda

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Srs. Deputados Manato, Alvaro Dias e Miro Teixeira, como titulares, e os Srs. Deputados Luiz Piauhyllino, Rodolfo Pereira e Sérgio Miranda, como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2006

Altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), por 2 (duas) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Medida Provisória nº 213, de 2004, convertida na Lei nº 11.096, de 2005, destina-se à concessão de bolsas de estudo para pagamento de encargos educacionais de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior, com ou sem fins lucrativos, em troca de renúncia fiscal. O Prouni destina-se a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em estabelecimentos particulares, na condição de bolsista integral. São concedidas bolsas integrais e parciais, de 50% e de 25%. No caso das integrais, os beneficiários devem ter renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio. Já as parciais podem ser oferecidas a estudantes com rendimento familiar **per capita** de até três salários mínimos.

Em 2005, foram concedidas mais de 112 mil bolsas, sendo cerca de 72 mil integrais (64%) e o restante parciais (36%). Para o primeiro semestre de 2006, o programa ofereceu 92 mil bolsas.

O Prouni tem permitido que significativo contingente de alunos de baixa renda tenha a oportunidade de acesso à educação superior. A iniciativa, no entanto, está sendo prejudicada pela inclusão de cursos de baixa qualidade.

Conforme o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 2005, o Ministério da Educação deve desvincular do Prouni, sem prejuízo para o estudante, o curso com desempenho insuficiente, segundo os critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por três avaliações consecutivas. Uma vez que o Sinaes é de criação recente, cursos reprovados nas avaliações do extinto Exame Nacional de Cursos (conhecido como Provão), bem como na primeira edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), um dos componentes do Sinaes, foram beneficiados por bolsas do Prouni.

Segundo denúncia de **O Globo**, de 8 de janeiro de 2006, 87 cursos sempre reprovados no Provão e no Enade participam do Prouni, com um total de 1.110 bolsas.

Pressionado pelas denúncias, o MEC dispôs-se a acelerar a avaliação dos cursos participantes do Prouni. Ocorre, todavia, que se for considerada a exigência de três reprovações consecutivas no Sinaes para a desvinculação de cursos de baixa qualidade do Prouni, muitos deles continuarão a ser beneficiados pelo programa nos próximos anos, particularmente se considerarmos um dos critérios mais objetivos do Sinaes, que vem a ser o Enade, avalia as áreas de conhecimento a cada três anos.

Para evitar que isso aconteça, sugiro, mediante o presente projeto, a exigência de duas reprovações consecutivas segundo os critérios de desempenho na avaliação do Sinaes. Desse modo, as instituições de ensino sentir-se-ão estimuladas a recuperar-se, caso algum de seus cursos obtenha reprovação nas avaliações do MEC.

A presente proposta mantém a oportunidade de acesso educacional para os estudantes de baixa renda, por meio do Prouni, porém, com a garantia de padrão de qualidade dos cursos que dele participam.

Em vista dos argumentos expostos, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação desta proposição em lei.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ânus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no **caput** deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I – aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II – alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no **caput** e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno

efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I – proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II – percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do **caput** deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, por até 15 minutos, e, em seguida, ao Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, no dia de hoje, podia, desta tribuna, falar de diversos temas, como a audiência pública que houve pela manhã, da importância do debate que fizemos sobre a situação da gripe aviária, que preocupa a todos, suas consequências do ponto de vista econômico e social no Brasil, principalmente na exportação de frango, que já causou a demissão, conforme os sindicalistas, de mais de 20 mil trabalhadores.

Eu poderia falar dos 10 anos do massacre de Eldorado de Carajás. Quero, inclusive, registrar que fomos convidados pelo Ministro, como também pela Comissão de Direitos Humanos, para estarmos lá. Esse episódio lamentável, com certeza, não acontecerá mais em nosso País. O ato no dia de hoje que lá se realiza é de fundamental importância, porque, infelizmente, repito, 19 trabalhadores foram covardemente assassinados. Já que estou no exercício da presidência da Comissão de Direitos Humanos, não fui, mas deleguei a Senadora Ana Júlia para que nos representasse. Tinha que presidir hoje, pela manhã, a audiência pública para discutir a gripe aviária na visão dos trabalhadores.

Estiveram aqui o Presidente da CUT, João Felício, e representantes da Força Sindical e de outras confederações ligadas a outras centrais sindicais.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje falar da situação das pessoas com deficiência no nosso País. Dados publicados pelo IBGE demonstram que, no Brasil, existem cerca de 160 mil cegos e mais de 2 milhões de pessoas com dificuldades visuais. Não dá para ignorar esses dados, para fingir que esses milhares brasileiros não existem. Eles merecem, sim, todos os direitos e oportunidades como qualquer outro brasileiro.

Por isso trago a esta tribuna o relato de um fato, Sr. Presidente, que ocorreu com a Sr^a Taís Martinez, uma advogada que sofreu um ato de discriminação ao tentar ingressar no metrô em São Paulo.

Funcionários queriam que ela portasse um documento fornecido pelo próprio metrô que a identificasse como deficiente visual.

Sugeriram ainda que ela usasse um vagão especial e que somente entrasse no metrô se o seu cão estivesse acompanhado de um adestrador.

Parece, Sr. Presidente, infelizmente, que setores da sociedade fazem questão de desconhecer a legislação que existe. A Lei nº 11.126, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, sancionada pelo Presidente Lula, garante ao portador de deficiência visual ingressar e permanecer, em ambiente de uso coletivo, acompanhado do cão-guia.

Por fim, no dia 3 de abril, uma decisão da 7ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça de São Paulo, assegurou, por unanimidade, que a lei tem de ser cumprida. A advogada, sim, pode frequentar o metrô e qualquer outro ambiente, acompanhado do seu cão-guia.

É lamentável que os direitos básicos dos Deficientes Visuais, como o direito de ir e vir, garantidos em nossa Constituição Federal, ainda sejam desrespeitados. Que o direito à sensibilidade não seja observado, infelizmente, por grande parte das nossas instituições.

Por outro lado, é louvável a decisão rápida, proferida pelo TJSP, de que os órgãos de justiça estão atentos para garantir os direitos da pessoa humana.

Sr. Presidente, só fiz essa introdução. O que me traz à tribuna no dia de hoje é, na verdade, uma homenagem às personagens do nosso Maurício de Souza.

Dorinha é uma garota que possui deficiência visual, e o Luca é um menino deficiente físico que se locomove em cadeira de rodas. Ambos brincam e se divertem com desenvoltura e alegria em meio aos demais personagens, demonstrando que a inclusão é viável.

O autor, Maurício de Souza, um homem sensível e com imensa consciência social, fez de suas revistas um marco na história em quadrinhos. Vendidas em vários países, elas são um sucesso!

Sr. Presidente, aqui tenho essa revistinha do nosso Maurício de Sousa. Aqui ele mostra Lucas em uma cadeira de rodas, transitando e brincando com os seus coleguinhas. E aqui, na outra revistinha, também dele, ele fala do cão-guia. Aí, fala da Dorinha, que é uma menina cega e que anda com o seu cão-guia, vai ao colégio, às compras, anda pela cidade.

Por isso, algumas pessoas podem estranhar: “O que Paim faz na tribuna com o **Cascão** e a **Mônica**?” É pela grandeza da obra, Sr. Presidente. O nosso Maurício de Souza educa nossas crianças para a inclusão, para a sensibilidade de viverem com as crianças que porventura tenham algum tipo de deficiência.

Parabéns ao nosso Maurício de Souza por essa iniciativa tanto na revista **Mônica** quanto **Cascão**, onde ele trata do menino que transita pelo mundo de

cadeira de rodas e uma menina que circula com o seu cão-guia e que é totalmente cega.

Em resumo, Sr. Presidente, é com muita alegria que venho a esta tribuna fazer, no meu entendimento, esse importante registro a respeito de um brasileiro que, com o seu trabalho, com a sua criação e com o espírito de cidadão, demonstra a sua preocupação com a inclusão social, no caso, com as pessoas com deficiências.

Alguns podem dizer que é um detalhe. Não acho que seja um detalhe. É muito importante difundir o conceito de inclusão entre as crianças. Isso é fundamental, tendo em vista tratar-se de uma fase da vida onde o preconceito ainda não criou as raízes definitivas, como notamos em muitos adultos.

Ao longo dos anos, os movimentos das pessoas com deficiências têm conseguido inúmeros avanços em busca dos direitos básicos desse segmento. Todavia, é preciso que a ótica sobre esse tema seja ampliada; é preciso que a deficiência, uma ou outra ou mais do que uma dúzia, deixe de ser vista apenas sob o ponto de vista assistencial.

Sr. Presidente, o ponto de vista assistencial é um passo, mas o necessário mesmo é enxergar no deficiente alguém que necessita não da caridade alheia, mas do acesso garantido aos recursos que lhe possibilitem o exercício pleno de sua cidadania. Entretanto, Sr. Presidente, é preciso, antes de mais nada, entender a cidadania como define, por exemplo, Jorge Sampaio, quando diz:

Responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, como sentido de comunidade e de partilha, insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, como vontade de aperfeiçoar, de servir, espírito de inovação, de audácia, de risco, pensando que age e ação que se pensa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já lhe concederei o aparte, Senador Mão Santa.

A sociedade como um todo deve mudar o seu olhar sobre a deficiência. É necessário que se tire o foco do aspecto puramente médico, clínico e o coloque sob o prisma humano, sobre direitos humanos. Ou seja, é preciso que se entenda a deficiência como parte natural da diversidade humana.

Sr. Presidente, comento aqui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que se trata de uma obra importantíssima pela sua abrangência.

De um lado, Sr. Presidente, é necessário que o próprio deficiente mostre a cara e reivindique seus direitos de acesso e participação em situação de igualdade de condições, como qualquer outro cidadão. De outro lado, é imprescindível que a sociedade em geral passe a notar que os deficientes estão por aí, buscando o seu espaço legítimo, buscando demonstrar sua capacidade para o trabalho e para a vida.

Cabe ao Estado, por sua vez, a adoção de atitudes afirmativas, de políticas públicas que estimulem a participação da pessoa com deficiência em todos os campos da atuação social.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um documento, um instrumento que nasce do debate. Por isso é importante. Ele está sendo construído, Senador Mão Santa, pelas ONGs, pelas entidades, pelas famílias das pessoas com deficiência e pelos próprios deficientes.

É pela importância desse projeto que estamos assistindo a mais uma etapa vencida na construção dessa proposta. Apresentei esse projeto há mais de uma década. Já existe, na Câmara dos Deputados, um relatório do Deputado Celso Russomanno, e aqui no Senado, de Flávio Arns. A primeira versão de ambos os substitutivos, no meu entendimento, caminham para uma aproximação. Eles serão fundidos em uma única peça, que com certeza absoluta vai atender inclusive às deliberações da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, que está sendo elaborado no âmbito da ONU, com a participação de 192 Países. O lema que congrega milhares de lideranças no mundo é: “Nada sobre nós sem nós!”.

Ouçó V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, estamos, o Brasil, atentamente e empaticamente ouvindo o grande Senador. É impressionante o que V. Ex^a significa para o Brasil. Atentai bem! O Senador Tião Viana é médico, estudou muito psicologia e sabe que há muitas maneiras de se ouvir. Às vezes, parecemos estar ouvindo e não estamos, fazemos de conta e só ouvimos o que nos interessa. Mas V. Ex^a é ouvido pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração. V. Ex^a e esse Rio Grande do Sul têm muita história. Houve um extraordinário Presidente, um homem trabalhador: Getúlio Vargas. Li os dois volumes dos diários dele e vi como ele era trabalhador. Trabalhava no dia 7 de setembro, no Natal, no Carnaval. Leia, Senador Tião Viana, só para ver. O Lula não gosta, mas V. Ex^a devia ao menos contar a ele. O homem trabalhava no sábado, no domingo, no Carnaval e, por isso, naquele momento difícil, avançou muito. E ele conseguiu ser chamado “pai dos pobres, dos trabalhadores”. Todo dia 1º de maio, ele falava e eu assistia – o Senador Tião é novinho –:

“Trabalhadores do Brasil”. V. Ex^a conseguiu até mais, Senador Paulo Paim. Estou analisando, independentemente do nosso Piauí, das virtudes do homem do Piauí: ele era pai dos trabalhadores e dos pobres, e V. Ex^a, Senador Paulo Paim, possui um nome abençoado. Hoje, no Brasil, Paim, V. Ex^a é o pai não só dos trabalhadores e dos pobres, mas dos deficientes, dos excluídos e dos aposentados. Então, V. Ex^a enriquece esta Casa, enriquece o Rio Grande do Sul. Paim, hoje, é aquilo que o povo dizia de Getúlio: o pai dos pobres e dos trabalhadores. V. Ex^a ampliou o sentido disso pela sua constância, sobretudo, como Getúlio, valorizando o trabalho e o trabalhador. E V. Ex^a possui o prenome de Paulo, como aquele que disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. V. Ex^a é esse devoto de Paulo a falar para o País que o escuta atentamente, com aplausos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela generosidade não sobre o meu, mas sobre o nosso humilde trabalho, porque todos nós temos esse compromisso.

Vou terminar, meu Líder e Vice-Presidente da Casa, Tião Viana, dizendo que Convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência consumiu sete reuniões do Comitê Especial da Assembléia da ONU, em quatro anos de trabalho. A previsão é de que o texto seja assinado pelos Países em janeiro de 2007.

Torcemos, Sr. Presidente, para que possamos construir um texto que esteja em total harmonia com esse tratado internacional, porque sabemos que a simples aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência não encerra a discussão de um tema que mexe tanto com nossas emoções, mas será um princípio e um meio pelo qual a pessoa com deficiência conquiste os seus direitos, conquiste o seu espaço numa sociedade que se caracteriza, infelizmente, por não dar oportunidade às pessoas com deficiência. Temos que mudar esse quadro.

Mas, muito mais que ler a última página, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, quero fazer-lhe uma homenagem. V. Ex^a sabe que, quando deixei a Vice-Presidência e tive orgulho, no primeiro mandato, de ser o Vice, e V. Ex^a foi um dos que me indicaram, estava lá lotado um menino cego chamado Luciano. V. Ex^a e o Senador Presidente desta Casa conversaram comigo. E tanto V. Ex^a como o Senador Renan Calheiros – e quero aqui também lembrar o Diretor-Geral desta Casa, Agaciel Maia – fizeram todos os esforços no sentido de que o Luciano continuasse no meu gabinete. Graças à boa vontade de V. Ex^a – e V. Ex^a sabe disso –, isso ocorreu, e foi ele quem elaborou este discurso. Isso é que é importante para mim. Hoje de manhã, mostrei este discurso para um Senador, que me disse “Belo

discurso. Vai fazer hoje à tarde?”. Respondi que iria. Então, quero dizer que, quanto à história da Mônica, do Cascão, do nosso Maurício de Souza, quem escreveu o discurso que hoje apresentei foi o Luciano.

Digo isso, Senador Tião Viana, não porque o Luciano está no meu gabinete. Nem tenho mérito nesse processo, pois ele não é pago pelo meu gabinete. O meu mérito é apenas de ter conversado com V. Ex^a e com o Senador Renan Calheiros, que acertaram para ele ficar à minha disposição.

Considero uma obra este pronunciamento, que é dele e não minha. Assim, a pessoa com deficiência só precisa de oportunidade.

Por isso, digo: muito obrigado, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – Eu que agradeço a V. Ex^a a consideração. E, em nome da Mesa, reafirmo o respeito e a consideração também por Maurício de Souza, um dos gênios do desenho e da animação das crianças brasileiras.

Senador Paulo Paim, a nossa homenagem sempre.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ilustre Presidente desta sessão, Senador Tião Viana, Srs. Senadores Paulo Paim e Mão Santa, senhoras e senhores integrantes do Senado Federal, faleceu, na Sexta-feira Santa, o Professor Miguel Reale.

Eu o conheci aos 22 anos, estudante e Presidente do DCE, em 1962, nas Arcadas, isto é, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, escola irmã-siamesa, posto que foi criada pela mesma lei, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, na qual tive a honra de diplomar-me.

Miguel Reale, nasceu em São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, em 1910. Em 1934, já era bacharel em direito e, apenas seis anos após, aos 31 anos, em 1941, tornava-se de professor catedrático de Filosofia do Direito, por concurso, naquela Faculdade, com a tese “Os fundamentos do Direito”, obra que se completou no seu livro **Filosofia do Direito**, a primeira de várias edições em 1953, traduzido e muito citado em francês, espanhol e italiano, entre outras línguas.

Impossível falar em poucos minutos, Sr. Presidente, sobre a fecunda vida de Miguel Reale e analisar a sua vasta obra. Ele dissertou a respeito de tudo, de A a Z. Destaque-se a contribuição que ofereceu à filosofia, à ciência jurídica, à literatura em geral, através de palestras e aulas que proferiu e dos mais de setenta livros que produziu ao longo de sua atividade docente

e do seu magistério cívico. Apenas para exemplificar, cito nesse campo a teoria tridimensional do Direito, que, por ele, de forma inovadora, foi adequadamente conceituada.

Esta teoria como se sabe, difere da teoria tridimensional de Wilhelm Sauer, filósofo alemão, porque, para Reale fato, valor e norma não são um movimento trifásico e, estão, sim, incluídos entre si e desenvolvem-se integrados. Daí que a teoria tridimensional do professor brasileiro logo alcançou muito maior repercussão do que a do filósofo alemão.

Sobre este assunto, inclusive, Sr. Presidente, anexo ao meu discurso texto recente do mestre Reale que expõe de maneira muito sintética a sua concepção dessa teoria tão importante para a compreensão do fenômeno jurídico em toda sua extensão e em toda sua integralidade.

No campo político, Reale, sobretudo nas duas últimas décadas, revelou-se um autêntico liberal social. Profundo conhecedor da obra de Norberto Bobbio, saudou o mestre italiano em sua visita ao Brasil, ocorrida em 1983, destacando, na ocasião: “um dos mais relevantes legados do seu fecundo magistério foi o reconhecimento de que liberdade e igualdade são valores necessariamente complementares”, o que o fez, a exemplo do que já fizera Carlos Rosselli, na longínqua década de 1930, optar pelo “socialismo liberal”, após várias experiências intensamente vividas, como a do marxismo e da social-democracia. Liberalismo e socialismo, a seu ver, não são ideais ou idéias contrapostas, mas que devem, ao contrário, se conciliar entre si, na medida em que o permitam as variáveis situações históricas de cada povo.”.

Mais adiante, ressaltou Reale: “No meu entendimento, todavia, se liberalismo e socialismo convergem no sentido de uma solução conciliadora, tanto o ‘socialismo liberal’ como o ‘liberalismo social’, de minha preferência apontam para o centro superador do conflito das ideologias. É essa a conclusão a que chego – conclui Miguel Reale – em meu livro **O Estado Democrático de Direito e o Conflito das Ideologias**”. Esse livro foi editado pela Editora Saraiva em 1999.

Aliás, é importante sempre ter presente, a propósito do assunto, a lúcida observação de Alcide De Gasperi – um grande pensador italiano, assim como Bobbio e, de alguma forma, como foi Reale – o democrata tem idéias e não, ideologia.

Se é certo que Norberto Bobbio não chegou a admitir ser possível a existência de um socialismo liberal, não descartou uma solução de compromisso capaz de assegurar a liberdade e a busca da igualdade, esta entendida como hoje se denomina de princípio da proporcionalidade.

No seu último artigo, em 25 de março passado, no **O Estado de S. Paulo**, cujas páginas Miguel Reale freqüentava com excelentes textos publicados quinzenalmente, sugeriu, em virtude dos fatos que tanto conspurcam a vida política brasileira, que a mídia exercitasse sua força docente com vistas ao pleito de outubro próximo. Disse Reale:

“O grau de política cultural de um país se mede pelo valor de jornais que apresentam pontos de vista divergentes, cada um deles podendo revelar ou firmar o caminho mais justo a ser seguido.

O importante – salientava, mais adiante, Miguel Reale – é que a mídia mantenha o eleitorado informado, no domínio dos fatos e das opiniões, assinalando vias de ocupação e de ação correspondente à solução democrática mais aconselhável em dado momento histórico. “

Daí por que, Sr. Presidente, entendo que o pleito deste ano há de exigir do eleitorado brasileiro, tão politizado, uma reflexão mais demorada para que nós possamos, refletindo sobre os fatos, escolher nossos representantes e titulares dos Poderes Executivos em sintonia com a semântica dos novos tempos, que se caracteriza, sobretudo, por princípios inscritos na Carta de 88 que buscam a exação no cumprimento do dever.

Tendo falecido aos 95 anos de idade, plenamente lúcido, Miguel Reale foi um dos pensadores mais importantes do País no século que passou. Não foi por outra razão que, em um de seus textos, definiu-se: “Sou por inteiro filho do século XX”.

De fato, não estaria exagerando se insistisse que, Reale foi um dos mais importantes pensadores do Brasil no século passado, um polígrafo, que versou sobre os mais diferentes temas, desde a filosofia pura até questões no campo da literatura e da poesia.

É essencial também assinalar haver produzido uma rica obra, que alcançou repercussão no exterior, inclusive em sua produção no território da filosofia, da sociologia e da ciência jurídica, quer no Direito Público ou no Direito Privado, este no campo, especialmente no Direito Civil, tendo sido um dos inspiradores do novo Código, de 2002, marcado, segundo ele, pela “socialidade”.

Muitas são as inovações do Código Civil sob direta influência de Miguel Reale, como a redução dos prazos de usucapião, permitindo maior acesso à propriedade da terra, além de importantes transformações no Direito de Família, tais como a eliminação da figura tradicional do então chamado “cabeça do casal”, por-

tanto, reconhecendo a igualdade dos direitos e deveres do esposo e esposa e idêntica responsabilidade de pai e mãe, quando divorciados, na guarda dos filhos, desaparecendo a outrora básica tutela materna.

Foram – saliente-se – autênticas revoluções jurídicas em nossa época, caracterizada também por grandes transformações sociais.

É oportuno lembrar que, no Congresso Nacional, a matéria contou, ao lado de acatados juristas, com a participação de congressistas. Entre outros, do meu conterrâneo e recentemente falecido Deputado Ricardo Fiúza, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, e dos Senadores Nelson Carneiro, Josaphat Marinho e Bernardo Cabral, no Senado Federal. Disse certa feita Fernando Pessoa: “citar é excluir”. Certamente, ao fazer esta listagem, muito restrita, estou olvidando o nome de outros ilustres artesãos do Código Civil no Congresso Nacional.

A vocação de liderança intelectual levou-o a criar, em 1949, o Instituto Brasileiro de Filosofia, reunindo os principais filósofos brasileiros e estrangeiros do nosso tempo. Em 1951, Miguel Reale fundou a **Revista Brasileira de Filosofia**, que continua circulando e que se tornou a mais antiga em circulação ininterrupta, no gênero, em nosso País. Em 1954, promoveu o Congresso Internacional de Filosofia, em São Paulo, algo muito importante para o nosso País, muitas vezes apodado de pouco contribuir para a investigação em certas áreas.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouvirei V. Ex^a com muito prazer, mas gostaria apenas de concluir este parágrafo.

Em 1954, como eu dizia, promoveu o Congresso Internacional de Filosofia, o primeiro de vários outros organizados por ele, em seguida se tornando um hábito que se multiplicou nas universidades brasileiras.

Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Marco Maciel, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa e pela oportunidade do pronunciamento. Além disso, gostaria de registrar a mais profunda admiração que sempre devotei ao notável jurista Miguel Reale, com quem vivi uma experiência muito próxima quando eu governava o Paraná e tive a felicidade de tê-lo como defensor em uma causa paranaense: uma disputa judicial em vários *rounds*, mais precisamente em doze *rounds*, que o Estado venceu, graças à competência do mestre Miguel Reale. Foi uma pendência judicial entre a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e uma empresa empreiteira de obra pública, fato que

permitiu ao Estado uma economia de US\$103 milhões. Não fosse a sabedoria, a inteligência e a competência de Miguel Reale, certamente não teria sido possível para o nosso Governo, naquela oportunidade, obter tamanha economia. É apenas um exemplo de muitos que certamente se poderiam arrolar, demonstrando a participação competente, ativa e produtiva de Miguel Reale no mundo jurídico nacional. Portanto, as nossas homenagens à família de Miguel Reale, na figura do seu filho, que honra as tradições, Miguel Reale Júnior. A V. Ex^a, nossos cumprimentos, mais uma vez, pela oportunidade do pronunciamento que faz.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, agradeço o aparte-depoimento que V. Ex^a acaba de proferir. Seu comentário me faz lembrar algo que se disse por ocasião da morte de Rui Barbosa. O Jornal do Brasil afirmou que ele era homem de muitos homens, isto é era um cidadão múltiplo. O mesmo podemos dizer com relação a Reale, pois foi uma pessoa que obteve extremo êxito em todos os campos da atividade humana. Por isso, deixou elevado conceito em todas as áreas em que militou. Não posso, portanto, deixar de incorporar o depoimento de V. Ex^a ao texto do meu discurso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Logo a seguir, ouvirei o nobre Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Miguel Reale pertenceu à Academia Brasileira de Letras, da qual era o decano, e a inúmeras e reputadas instituições nacionais e estrangeiras do gênero, entre as quais a Academia Paulista de Letras, o Instituto Brasileiro de Filosofia e Direito, o Conselho Federal de Cultura, a Associação Italiana de Filosofia do Direito, a Associação Argentina de Filosofia e a Academia de Coimbra.

Recebeu, entre outras, as comendas da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Nacional, Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana, Ordem do Sol Nascente do Japão e Ordem do Mérito da República da França. Possuía inúmeros títulos de Doutor Honoris causa concedido por Universidades nacionais e estrangeiras.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, atentamente nós o estamos ouvindo. Ninguém melhor do que V. Ex^a neste País, como membro da Academia Brasileira de Letras, como político, ex-Vice-Presidente da República e Senador e como homem do Nordeste para apresentar as exéquias, o pesar do povo do Brasil pela perda de Miguel Reale, cuja obra, pautada na justiça, é ímpar. Como dizia Aristóteles, que a coroa da justiça brilhe mais do

que a coroa dos reis e que a coroa da justiça esteja mais alta do que a dos santos. Essa foi a justiça que Miguel Reale representou. V. Ex^a é, sobretudo, um cristão. Reale traduz a seguinte assertiva bíblica: “A árvore boa dá bons frutos”. Atentai bem, Brasil! O filho do saudoso Miguel Reale está aqui, plantando justiça. Esses homens são para o País mais do que o sol, porque temos o sol somente durante o dia, e eles plantam justiça, que é o pão de que mais a humanidade necessita, segundo Montaigne. Portanto, o seu filho – atentai bem para a assertiva que diz que árvore boa dá bons frutos – está entre nós como um presente de Deus e da Bíblia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Diz a revista **Veja** que é impossível que o Presidente não soubesse. O jurista Miguel Reale Júnior disse que Lula foi o grande beneficiário do “mensalão”, e reelegê-lo significa cancelar a onipotência e a impunidade. O que consola o Brasil é que, geneticamente, deixou o filho, que dará esse banho de moral, ética e justiça à Pátria amada.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Mão Santa, o aparte de V. Ex^a e já concluo, Sr. Presidente.

“A vida é um sopro”, como disse Jó, varão de conduta irrepreensível, assim considerado pelo Antigo Testamento. Sabe-se, porém, que a uns e a outros Deus concede um sopro mais longo. Dele Reale soube transformar sua extensa vida em denso magistério que tanto enriqueceu a Nação brasileira em sua mais autêntica expressão: a da cultura. Pois é no território da cultura que se alojam os valores.

Sr. Presidente solicito que seja transcrito, logo após as minhas palavras, o depoimento do ilustre Professor Miguel Reale Júnior, e os artigos do escritor Marcos Vinicius Vilaça, Presidente da Academia Brasileira de Letras, e do Professor Ives Gandra Martins, todos publicados no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 15 do corrente mês.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requero as seguintes homenagens pelo falecimento, no dia 14 de abril em curso, na cidade de São Paulo, do Professor Miguel Reale:

- a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família;
- c) apresentação de condolências à Academia Brasileira de Letras, ao Governo do Estado de São Paulo, a Academia Paulista de Letras e a Universidade de São Paulo.

Justificação Oral

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006

(Assinatura de Senador Marco Maciel)
Senador Marco Maciel

(Assinatura de Senador Alvaro Dias)
Senador Alvaro Dias

(Assinatura de Senador Tião Viana)
Senador Tião Viana

(Assinatura de Senador Ives Gandra Martins)
Senador Ives Gandra Martins

(Assinatura de Senador Marcos Vinicius Vilaça)
Senador Marcos Vinicius Vilaça

(Assinatura de Senador Miguel Reale Júnior)
Senador Miguel Reale Júnior

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Miguel Reale foi muito importante na elaboração da Constituição Cidadã, no período de 1986/1988. À época, tive a oportunidade de dialogar algumas vezes com Ulysses Guimarães, com Mário Covas, com Lula, Olívio Dutra e tantos outros. A contribuição de Miguel Reale para a Constituição Cidadã foi fundamental.

Por isso, assinei também o requerimento e fiz questão de dar este testemunho de que a Academia Brasileira de Letras perde, o Brasil perde com a morte deste homem, que, sem sombra de dúvidas, entrará para a nossa História.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Continua o encaminhamento. (Pausa)

Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2006

Requeremos Voto de Solidariedade ao Senador Gilberto Mestrinho, alvo de covarde assalto, na noite de domingo, dia 16 de abril de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Solidariedade ao Senador Gilberto Mestrinho, alvo de covarde assalto, na noite de domingo, dia 16 de abril de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeremos, ademais, que o Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Senador, extensivamente aos seus familiares.

Justificação

A notícia do covarde assalto ao Senador Gilberto Mestrinho chocou esta Casa. O ilustre representante do Amazonas encontrava-se, no final de semana no Rio de Janeiro, com sua mulher e os funcionários

da residência, que ali mantém, no bairro da Gávea, quando foram surpreendidos por um assalto praticado por uma quadrilha de 20 bandidos armados. Além de agressão física à esposa do parlamentar, os bandidos ameaçaram o Senador e permaneceram na residência por mais de três horas, fugindo com dinheiro, quadros e objetos de decoração. Não é possível silenciar diante do brutal assalto, pelo que, além do protesto que hora formulamos, levamos nossa profunda e irrestrita solidariedade a esse nosso ilustre colega.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

Arthur Virgílio
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB
Arthur Virgílio
B. da Mota
2
Arthur Virgílio

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Kaio Márcio de Almeida, pela conquista de medalha de Ouro na Prova Mundial de Natação, categoria Piscina Curta, no dia 6 de abril, em Xangai.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Kaio Márcio de Almeida, pela conquista de Medalha de Ouro no Campeonato Mundial de Natação, categoria piscina curta, no dia 6 de abril de 2006, em Xangai, China.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do nadador.

Justificação

A homenagem que ora formulo, justifica-se diante do feito do atleta brasileiro Kaio Márcio de Almeida, que conquistou, em Xangai, China, a primeira Medalha de Ouro, na Prova Mundial de Natação, categoria piscina curta. Ele já era detentor de outros recordes em diversas provas, inclusive nove outras Medalhas de Ouro.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Alexandre dos Santos, aluno, da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, pelo lançamento de seu livro As Três Elegias.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Alexandre dos Santos, aluno da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, pelo lançamento de seu livro As três Elegias.

Requer, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do homenageado e à Universidade Estadual do Amazonas.

Justificação

O Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República é merecido. O estudante Alexandre dos Santos, aluno da Universidade Estadual do Amazonas, lançou em Manaus seu primeiro livro, intitulado As Três Elegias, com textos poéticos românticos e góticos.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 421, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Maria das Dores de Oliveira Pankararu, primeira indígena brasileira a defender o título de PhD em Lingüística.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Maria das Dores Pankararu, primeira indígena brasileira a defender o título de Doutora (PhD) em Lingüística. Ela fará a defesa de sua tese na quarta-feira, 19 de abril, na Universidade Federal de Alagoas.

Requeremos, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada, da Funai e da Universidade Federal de Alagoas.

Justificação

Maria das Dores de Oliveira Pankararu, que já detém título de Mestrado, defenderá, em 19 de abril de 2006, “Dia do Índio”, tese de Doutorado em Lingüística na Universidade Federal de Alagoas e se tornará a primeira indígena brasileira a conquistar o título de PhD. Para a sua tese, Maria Pankararu fez exaustiva pesquisa sobre o Ofayé, o que poderá, espera, representar o resgate dessa que é a língua de sua tribo, na região de Tacaratu, no sertão pernambucano. A língua está ameaçada de extinção e atualmente é falada por apenas 11 indígenas. Pelo seu esforço e dedicação,

Maria Pankararu merece o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República. Sobretudo porque seu projeto de Doutorado, portanto de resgate da língua Ofayé, partiu de uma índia para índios.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senadora **Heloísa Helena**, Líder do PSOL – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do filósofo Suetônio Soares Valença, em 13 de abril de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 13 de abril de 2006, do filólogo Suetônio Soares Valença, ex-Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do filólogo e ao Ministério da Cultura.

Justificação

O filólogo Suetônio Valença, que foi Diretor do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, era também Secretário da Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, da qual foi um dos maiores apaixonados.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Colégio Engº Juarez Wanderley, mantido pela Embraer, pela excelência de seus cursos, com índice de 95% de aprovação de seus alunos em vestibulares, bem como em razão do programa de educandário destinado a estudantes pobres.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Colégio Engº Juarez Wanderley, instituição mantida pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, com qualidade de ensino, responsável pelo índice de 95% de aprovação de seus alunos em vestibulares (66% em Universidades Públicas). O Voto é proposto também pelo programa por ela mantido em favor de estudantes pobres.

Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do educandário e da Embraer.

Justificação

Com este Voto de Aplauso, o Senado da República visa a homenagear a qualidade do ensino do Colégio Engº Juarez Wanderley, instituição mantida pela Embraer. Nele, além da elevada qualidade do ensino ministrado, garantindo praticamente a aprovação da totalidade dos alunos que se candidatam a exames vestibulares (95% nos últimos dois anos, inclusive 66% nas Universidades Públicas), o Colégio mantém programa de apoio a estudantes pobres, que, dificilmente teriam formação adequada para ingresso nos cursos universitários.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 424, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Jurista e professor Miguel Reale, ocorrido no dia 14 de abril de 2006, em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 14 de abril de 2006, em São Paulo, do Jurista e Professor Miguel Reale, figura insigne da Filosofia e do Direito.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do grande jurista brasileiro, em especial ao Advogado Miguel Reale Filho.

Justificação

Miguel Reale é nome da mais alta expressividade na vida jurídica do Brasil, ele que também foi professor e que deixou uma marca em todos os seus alunos, ensinando Direito a várias gerações. Reale, de presença forte no mundo das Leis, ajudou a criar o Código Civil Brasileiro, foi Professor e Reitor da USP. É pai de outro grande jurista, Miguel Reale Filho, ex-Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 425, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha vencedor do Prêmio Pritzker de 2006, considerado o Nobel da arquitetura.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado Federal**, Voto de Aplauso ao engenheiro Paulo Mendes da Rocha, vencedor do Prêmio Pritzker de 2006, considerado o Nobel da arquitetura.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o arquiteto Paulo Mendes da Rocha pelo conjunto da sua obra. Ele é o segundo brasileiro a receber o prêmio, criado em 1979, depois de Oscar Niemeyer, premiado em 1988.

O Juri do Pritzker divulgou comunicado no último domingo que ilustra perfeitamente o trabalho de Paulo Mendes da Rocha: “Seus materiais de concreto, que são sua assinatura, e seus métodos de construção inteligentes e notavelmente diretos, criam prédios poderosos e expressivos reconhecidos internacionalmente.”

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu trago um debate sobre os odontólogos do Brasil, nossos antigos e queridos dentistas, aqueles que trabalham com a saúde bucal do povo brasileiro. Falarei de um programa, consolidado hoje em nosso País graças a uma decisão distinta e de sensibilidade do Presidente Lula e de seu Governo.

O Brasil está despertando para a problemática da saúde bucal das crianças brasileiras ao longo da última década. Tínhamos um restrito trabalho de prevenção, de restauração e de aplicação de flúor nas crianças brasileiras pelas unidades de saúde do SUS. Ainda temos como indicador, em relação aos adolescentes, aos adultos e aos idosos, uma das piores condições de saúde bucal do planeta. Todavia, no Governo do Presidente Lula, houve uma decisão política em saúde pública no sentido de promover, de prevenir e recuperar esse grave dano à saúde do cidadão brasileiro.

Os dados são muito alentadores e trazem um justo reconhecimento àqueles que procuram entender essa problemática: ao Governo, aos odontólogos brasileiros, às equipes da saúde da família, que estão articuladas como uma verdadeira *interface*, numa concepção de saúde mais ampla até, entendendo a boca como parte fundamental da saúde do aparelho digestivo do cidadão, seja criança, adulto ou idoso.

A Unicamp há poucos anos fez um estudo no Brasil e registrou milhões e milhões de brasileiros desdentados. Nós temos esse programa como uma intervenção muito distinta, muito valiosa para a condição de dignidade da saúde bucal do cidadão, chamado Programa Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço o restabelecimento do som da tribuna em que se encontra o Senador Tião Viana. (Pausa)

Peço a V. Ex^a que mude de tribuna, por favor.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – ...chamado Programa Brasil Sorridente, que diz respeito à qualificação do atendimento dentário no País. Veja os dados, Sr. Presidente. A Política Nacional de Saúde Bucal do Governo Federal vem ampliando o acesso da população às ações de prevenção e reabilitação da saúde bucal do País. Hoje, o Programa Brasil Sorridente atende mais de 63 milhões de pessoas, cobertas por 13.136 equipes de Saúde Bucal (ESB), que atuam em 3.995 municípios brasileiros, e 351 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), estão em operação com 280 municípios. Para apoiar a instalação das equipes nos centros, o Governo Federal forneceu 1.271 consultórios odontológicos completos aos municípios.

O Brasil Sorridente reúne uma série de ações voltadas para o cidadão de todas as idades, rompendo aquele ciclo evolutivo de atendimento apenas às crianças. As principais linhas de ação são a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público. Há poucos anos tínhamos menos de 2% dos cidadãos da Amazônia com cobertura de flúor nas centrais de abastecimento, mas, graças a programas como esse, essa situação está sendo decisivamente invertida.

A reorganização da Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família e da Atenção Especializada, feita pelos Centros Especializados Odontológicos e também pelos laboratórios regionais de próteses dentárias.

Em três anos, o atual Governo implantou 8.875 novas equipes de saúde bucal, chegando a um total de 13.136 – o que representa um aumento de mais de 200%, com profissionais atuando em 3.995 municípios. Houve, nesse período, um acréscimo na cobertura populacional das equipes de 37,6 milhões de pessoas, totalizando mais de 63 milhões de pessoas cobertas pelas equipes. Para isso, os valores de incentivos federais foram reajustados em aproximadamente 65%, somando um investimento de 288,9 milhões.

Quando falamos dos Centros de Especialidades Odontológicas, uma inovação efetiva para garantir a melhor resolução na complexidade do atendimento necessário, observamos que, até fevereiro deste ano, foram implantados 351 Centros no País, onde foram realizados, em 2005, mais de 2,9 milhões de procedimentos. Outros Centros de Especialidades Odontológicas, são 216, já foram credenciados à antecipação dos recursos de implantação.

Então, vale lembrar que os investimentos, só nos Centros de Especialidades Odontológicas, chegaram a 35,9 milhões.

Quando vamos para dados evolutivos, Sr. Presidente, observamos o seguinte: até o lançamento do Brasil Sorridente, em 17 de março de 2004, apenas 3,3% dos atendimentos odontológicos feitos no Sistema Único de Saúde correspondiam a tratamentos especializados. A quase totalidade era de procedimentos mais simples, como extração dentária, restauração, pequenas cirurgias, aplicação de flúor, concentradamente em nossas crianças, sem se ater ao adolescente, ao adulto e ao idoso.

Nesse sentido, a Política Brasil Sorridente propõe garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros.

Quando nós avançamos na interpretação da evolução desse programa extraordinário que o Brasil adota, a Política Nacional de Saúde Bucal apresenta, como principais linhas de ação, a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público, a reorganização da Atenção Básica (especialmente por meio da Estratégia da Saúde da Família) e da Atenção Especializada (através, principalmente, da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias). Então, é um programa completo.

Aí vêm os dados do investimento e da responsabilidade social deste Governo. O Brasil Sorridente receberá até o final do ano de 2006 investimentos de mais de R\$1,3 bilhão. Em 2003, foram investidos R\$90 milhões em incentivos para a saúde bucal no Saúde da Família, superando em R\$40 milhões os investimentos do ano anterior. Ainda em 2004, o relatório do Tribunal de Contas da União apontou um crescimento de 45% nos atendimentos realizados, fato jamais registrado anteriormente; e, em 2005, os recursos chegaram a mais de 400 milhões. Destacamos o investimento de 1,3 bilhão em 2006, e temos um quadro panorâmico definitivo do horizonte de proteção correta ao adolescente, ao adulto e ao idoso que eram completamente desamparados em relação à saúde bucal. O que havia eram procedimentos isolados de extração e uma ou outra restauração de um dano na boca, que é um componente fundamental ao aparelho digestivo e que pode evitar uma série de doenças do aparelho digestivo do cidadão brasileiro.

Faço esta apresentação do programa ao Senado Federal com a maior alegria, o maior entusiasmo; sobretudo com o reconhecimento ao Ministério da Saúde e ao Governo do Presidente Lula pela sensibilidade com brasileiros que jamais teriam acesso aos elevados custos de um atendimento odontológico na rede privada brasileira.

Não tínhamos um aparato de seguro-saúde com finalidade social na rede de atendimento odontológico do Brasil, mas o Governo assumiu o seu papel e deu uma resposta em termos de indicadores, de resultados e de investimentos. É uma manifestação de muita responsabilidade política e social do Governo do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. V. Ex^a dispõe de quinze minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, que preside esta sessão do dia 17 de abril de 2006, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e os que nos assistem através do sistema de comunicação do Senado.

Senadora Heloísa Helena, nasci em 1942. Naquela época, olhávamos para Presidente, Governador de Estado, Senador, Deputado, Prefeito, Vereador com muito respeito. Não foi sem razão que Olavo Bilac disse para as crianças: criança, não verás nenhum País como este com mares, rios... Heloísa Helena, o que diria hoje Olavo Bilac: criança brasileira, não verás, na história do mundo, corrupção tão grande como a que existe no Brasil.

Senador Alvaro Dias, eu gosto de estudar história, de conhecer o mundo. Desde a Gênese, nunca houve tanta corrupção na história do mundo e do Brasil como há hoje.

Senadora Heloísa Helena, faço um esforço para rememorar os Líderes do meu Estado. Aqui tombou um, nesta tribuna, como Senador e foi para o céu de seu Arcoverde: Petrônio Portella; também foram Lucídio Portella, Chagas Rodrigues, Helvídio Nunes. Olha, era diferente. Era diferente. A Senadora Heloísa Helena talvez não tivesse nascido, mas eu fui Deputado em 1978. Ela é muito nova; talvez não tivesse nascido. Lucídio Portella foi Senador... Austeridade. Todos que me vêm à mente eram corretos. As coisas mudaram. Que saudades eu tenho das revistas **O Cruzeiro** e **Manchete**. As capas mostravam coisas boas... Havia as *misses*. A **Veja** é uma revista importante. Olhe a capa. São quarenta bandidos engravatados; não é mais um não...

Senadora Heloísa Helena, eu acabei de ler o livro de Rudolph Giuliani, procurador-geral dos Estados Unidos no Governo Reagan. Ele chegou a Prefeito de Nova Iorque, foi ele quem enfrentou o atentado terrorista ao *World Trade Center*, as torres gêmeas. Aqui, graças a Deus, surgiu um procurador-geral, o implacável Antônio.

Senadora Heloísa Helena, Deus não iria abandonar o Brasil. O Brasil é de Deus! É cristão! Está ali, o filho Dele, acima de Rui Barbosa.

Deus não abandona seu povo. Contam as Sagradas Escrituras que o povo estava apavorado com o gigante Golias, que humilhava o povo de Deus. Ele buscou um menino, o David, que era escravo. Ele buscou Moisés... É! O Brasil estava parado, e Ele buscou Juscelino, o sorridente, e nos trouxe o otimismo. Agora estamos diante de tanta bandidagem nesses três – como se pode chamar – Poderes? Não, nesses três instrumentos vitimados pelos cupins.

Ulysses Guimarães disse, Heloísa Helena, que a corrupção é o maior cupim da democracia. É cupim no Executivo – como tem! –, aqui no Legislativo e no Judiciário.

Mas Deus colocou aqui o Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza, que teve coragem de denunciar – o implacável Antonio, Procurador-Geral. Para vergonha nossa, está aqui, na revista, mas para satisfação de todo o povo do Brasil: 40 bandidos.

Agora, atentai bem! Eu não vim aqui para falar das trevas, da escuridão e do mal que nos assola. Senadora Heloísa Helena, o País é testemunha do que eu disse. Atentai bem! No começo. Nunca dantes se trabalhou tanto nesse Brasil! Brasileiras e brasileiros. Oh, crianças! Os pais e mães! Não verás, no mundo, gente que trabalha tanto quanto a brasileira.

Agora, o Governo tira – atentai bem! – de doze meses do ano, seis, para os impostos, para os juros altos – são seis meses. E aumentou. Heloísa Helena, eu dizia isso em 1980. O Lula pouco trabalhou – sei que deu azar – porque perdeu um dedo num acidente. Em 1969, eu já era um famoso cirurgião. Eu me lembro de que, quando fazia a declaração anual do Imposto de Renda, o anestesista Dr. Narciso, que está no céu, dizia ao cardiologista Dr. Mário, que também está no céu – e eu estou aqui neste outro céu, pois dizem que o Senado é outro céu e melhor, porque não temos de morrer –: “De doze meses que trabalhamos um é para o Governo”. Ele achava muito. Ainda bem que Deus o levou para que não visse o que acontece agora. Hoje, de doze meses que trabalhamos, seis são para o Governo. Pagamos 76 impostos, além dos juros bancários de que ninguém se livra.

Sibá Machado, leve este gráfico para o Lula, embora ele não leia. Diz que não gosta e que cansa. É melhor fazer uma hora de esteira e sair de lá falando besteira do que ler uma página de livro. Atentai bem: aqui está um gráfico publicado na revista **Veja**, segundo o qual cada brasileiro, no ano de 1980, pagava 2,42 de imposto – até quem não ganhava, os pobres, os que estão debaixo da ponte, os sem-terra. Hoje cada brasileiro paga R\$ 4,16 mil ao Governo. Essa é a média. Os que não ganham não pagam; então quem trabalha tem de pagar. A quem? Ao Governo.

O Marco Maciel elogiou este homem. O pai, um grande jurista, morreu e foi para o céu, mas deixou o filho. O pai era um grande jurista, e este também o é. Filho de peixe é peixinho, como diz o povo. Eu não vi um provérbio errar. Está aqui o filho, o maior jurista deste País. Atentai bem, Márcio Bastos!

Vejam a manchete:

“É IMPOSSÍVEL QUE O PRESIDENTE NÃO SOUBESSE”

O jurista Miguel Reale Júnior diz que Lula foi o grande beneficiário do mensalão e que reelegê-lo significa cancelar a onipotência e a impunidade.

Reeleger aqui dá nisso. Quem reeleger o Lula é porque está satisfeito com a corrupção.

Nunca vi antes tanta roubalheira, e nasci em 1942.

Eu disse aqui, e o Sibá ouviu, assim como o Paim – esse é o homem de vergonha do PT –, que o Lula deveria ter um instante de sanidade. Lech Walesa era um trabalhador, foi eleito na Polônia e, como viu que não tinha competência, foi buscar alguém no lugar de se reeleger. Lula buscaria um Paim. Está aí, Heloísa Helena...

Votar em Lula é aceitar a impunidade, a corrupção. Nunca existiu antes tanta corrupção. Esta é uma conversa sobre a História. Estou pronto a debater História.

Por que os impostos aumentaram? Aí é que está.

Peço permissão a V. Ex^a para terminar. Deus escreve certo por linhas tortas: coloca uma mulher, na Presidência do Senado, por enquanto... Pode ser a Presidente da República.

Atentai bem, brasileiros! Eu estava no Chile, vi a campanha de Bachelet lá e a vi aqui. A nossa Heloísa Helena encarna muito mais virtude, coragem e bravura. Enfermeirinha na hora do sofrimento e da dor, professora e Senadora.

Mas para que esses impostos? Para que esse assalto a quem trabalha? Alvaro Dias, se trabalhamos doze meses, seis são para o Governo. Senadora Heloísa Helena, dos R\$ 4,16 mil que cada brasileiro paga, na média, mesmo o que não trabalha – o que trabalha paga dobrado para garantir essa média –, R\$ 2,85 mil vão para o Lula, R\$ 1,080 mil para o Estado e R\$ 230,00 para os pobres Prefeitos. Eles começaram a roubar aí. Este País tem uma Constituição e leis. Rui Barbosa disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a Justiça. Ulysses beijou a Constituição.

V. Ex^a era Constituinte? Não. Estava nascendo, estava debutando. É novinho. Paim era. Paim viu Ulysses beijar a Constituição de 88, de 5 de outubro. Ele disse:

Desobedecer a Constituição cidadã é rasgar a bandeira, é abrir uma cova e enterrar as liberdades.

Sei o que é isso. Eu vi País sem constituição.

A Constituição diz que o Presidente da República deve ficar com 53% dos impostos; os Governadores com 22,5%; os Prefeitos com 21,5%; 2% são para o Fundo Constitucional. Foram criando taxas como a Cide, a CPMF e outras, que os Prefeitos não pegam. Baixaram para 14,5%.

Por que houve esse aumento, essa escravidão? Não há ninguém bem. Conheço. Sibá Machado, V. Ex^a nasceu em União, cidade cristã do Piauí, e possui virtudes. Foi para São Paulo, lutou e hoje representa com grandeza o Acre. Senador Romero Jucá, por que essa fome de impostos? É um sacrifício. O povo não tem. Minha família era de empresários. Meu avô foi empresário, meus irmãos também. Hoje ninguém quer criar uma empresa. São 76 impostos, humilhação de fiscal de trabalho.

A China, Senadora Heloísa Helena, a Índia e a Rússia estão crescendo 10% ao mês. Em 25 anos o Brasil cresceu 9%.

Lula criou 37.543 empregos públicos, nos seus primeiros anos de Governo. Desse total, 2.268 foram para servidores comissionados. Isso significa um aumento de 7,72%. Esse aumento do tamanho da máquina está gerando uma despesa de R\$ 625 milhões por ano. Havia 16 Ministérios, e hoje são quase 40. Paim, V. Ex^a sabe muito, Alvaro Dias também, são quase 40 Ministros, quero ver quem sabe o nome de 10. Ninguém sabe, tal a insignificância do que eles produzem e do que eles representam. Quem são? Lula fez isso para apadrinhar os derrotados do seu Partido, tirando dinheiro daquilo que é essencial: saúde, educação, segurança e justiça. Destaco o Ministério da Saúde, os cargos e tal, e o da Educação.

É importante salientar que essa despesa extra de R\$ 625 milhões poderia ser gasta em outras obras sociais. Como está gastando muito e mal, o Governo tem que arrecadar cada vez mais. E, assim, ele acaba de quebrar mais um recorde: 754,4 bilhões em 2005. É o Governo campeão. Queríamos que o Brasil fosse campeão de futebol, Heloísa Helena, mas ele é campeão de imposto, o que mais arrecadou. Isso é da família, é do pão, é da energia pela qual não pode pagar, é do remédio pelo qual não pode comprar. Este é o novo recorde de arrecadação: 754,4 bilhões. Por habitante, o setor público arrecadou R\$4 mil no ano de 2005. No início do Governo, esse valor era – como está no gráfico – menos da metade: dobrou.

Estudo feito a pedido do Jornal **O Estado de S. Paulo** e publicado neste final de semana informa que, só para pagar juros e impostos cobrados nas várias

operações de créditos e tributos, o brasileiro trabalha – em média – cinco meses e meio por ano. Era o que eu tinha dito: de um ano, a metade é para o Governo, a metade é para o PT, a metade é para o Lula.

Então, o Governo, obviamente, tem de diminuir os impostos e as taxas. Aí, sim, o brasileiro sabe empregar o seu capital e fazer crescer este País, fazendo crescer a sua família, com mais segurança, mais educação, mais saúde e mais felicidade, que todos nós merecemos. O Governo tira e leva a infelicidade à família.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias, que governou tão bem o Estado do Paraná.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem sensibilidade apurada, sabe o que realmente afeta a população do nosso País. Aborda hoje a questão da carga tributária, que, lamentavelmente, esmaga o setor produtivo e, com isso, impossibilita um crescimento econômico maior, capaz de gerar emprego, renda e receita pública, como necessita o País. O que é pior, Senador Mão Santa, é que o contribuinte, aquele que paga impostos, fica com a sensação de estar pagando impostos para ser assaltado em Brasília, quando as manchetes dos jornais, as matérias nos noticiários de TV à noite apresentam os grandes escândalos de corrupção sem precedentes na nossa história. Fica aquela sensação de que estamos pagando impostos para que os recursos oriundos dos impostos pagos com tanto sacrifício sejam, lamentavelmente, desviados por entre os dedos das mãos sujas de corrupção dos que governam o País. Isto é que é triste, isto é que é frustrante e provoca grande indignação. Por essa razão, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem os aplausos não só do Piauí, mas de todo o Brasil, pela persistência e combate aos erros do Governo, sobretudo a corrupção do Governo Lula.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos as palavras desse extraordinário Senador ao nosso pronunciamento.

Senador Arthur Virgílio, “Caro, ineficiente e corrupto” é a manchete da revista **Época**: “A primeira grande onda de expansão dos gastos públicos...”

Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Almeida Lima, porque iniciou uma CPI. Eu fui cumprimentado lá no Piauí, não sei como, e me disseram: você foi o segundo a assinar a CPI. Então, quero lhe dizer que as suas ações são observadas. V. Ex^a, que ressurgiu como fênix, depois de ser agredido por toda a mídia nacional, foi o primeiro a denunciar a corrupção do PT nesta Casa.

Mas, Senador Sibá Machado, de irmão para irmão do Piauí, sei que o Lula não gosta dessas coisas. Senador Arthur Virgílio, o jornalista Paulo Guedes diz o seguinte:

O Estado brasileiro gasta 40% do PIB e não dá conta de funções clássicas, como segurança e justiça. Precisa ser redesenhado para prover educação, saúde e renda mínima contra a miséria.

Sibá, afasta-te do Lula! Eu vim aqui, em nome do Piauí, para V. Ex^a se desviar de Lula quando ele diz que “ler é besteira, é melhor fazer uma hora de esteira”. Já! Atentai bem, ô Sibá, de irmão para irmão do Piauí: o filósofo inglês Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã* – quem está citando é o Paulo Guedes, da Revista **Época** –, publicada no séc. XVII, escreve algo que é muito atual. Aí, o Lula, pensa que é assim.

Senador Romero Jucá, Napoleão, o francês, disse que a maior desgraça é exercer um cargo para o qual não se está preparado. Ah! Se Lula seguisse...

Senadora Heloísa Helena, no séc. XVII, em sua obra *Leviatã*, o inglês Thomas Hobbes escreve:

“Quando os homens vivem sem uma autoridade para impor respeito, resulta uma guerra de todos contra todos... não há lugar para o trabalho, pois seus frutos são incertos... e, o que é pior, há sempre o medo e o perigo de morte violenta; a vida do homem é solitária, pobre, desagradável, bruta e curta”.

A sociedade também se ressentida de outro vácuo nas funções clássicas do Estado: a ausência de justiça. Invasões de terra, criminalidade e corrupção permanecem impunes. Prossegue Hobbes: “Outra consequência dessa guerra de todos os homens contra todos os homens é que se perdem as noções de certo e errado, de justiça e de injustiça. Onde não há poder constituído, não há lei; onde não há lei, não há injustiça. Nessa guerra de todos contra todos, nada é injusto; a força e a fraude são virtudes.

Então, isso é estudado. A sociedade precisa... Senadora Heloísa Helena, sem dúvida nenhuma, Sócrates, o filósofo que orientou a antiguidade, ensinou humildade quando disse: “Só sei que nada sei”. Peter Drucker, que é tido como o Sócrates do mundo moderno, no seu livro **Liderança para o Século XXI** (depois do Líder Futuro), diz o seguinte: “Não tem liderança. Não vai existir liderança se não houver integridade, credibilidade, honestidade e confiança”. E isso “acabooo”, como canta Ricardo Chaves na Bahia. Acabou com Ali Babá e os Quarenta Ladrões.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Heloísa Helena.

A A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Solicito a palavra pela Liderança do Governo, para fazer um registro.

A A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a. Depois, o Senador Alvaro Dias como orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Solicito a palavra pela Liderança do Governo para fazer um registro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a. Depois, o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para registrar dois fatos, dois fatos que necessitam do suporte e apoio do Governo Federal, necessitam da intervenção da ação do Governo Federal tanto no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio quanto no Ministério de Relações Exteriores.

O primeiro fato, lamentável, é a paralisação do projeto da BrancoCel Holding, em Roraima, que pretendia instalar uma indústria de celulose em nosso Estado. Esse projeto vem se arrastando há alguns anos, já foram investidos mais de US\$10 milhões, foram feitos todos os estudos ambientais. Infelizmente, o Governo Estadual e a empresa não conseguiram chegar a um denominador comum e, em nota oficial, os dirigentes e proprietários da BrancoCel informam que eles estão suspendendo o projeto para aguardarem o próximo ano e os rumos que o Estado de Roraima irá tomar.

Quero registrar a importância desse projeto, primeiro, por ser um projeto que tem estudos ambientais feitos e que demonstram que não há prejuízo para o meio ambiente. Depois, pelos investimentos que já foram feitos e pela capacidade de emprego e de fortalecimento da economia de Roraima que esse projeto tem o condão de fazer.

Não tenho dúvida, a acácia mangium, matéria-prima para a confecção de celulose nesse projeto, teve em Roraima um desenvolvimento acima da média. Portanto, um rendimento importante, um rendimento que estimula a industrialização e os negócios. Mas, infelizmente, o entendimento de construção administrativa e política não conseguiu chegar a um bom termo.

Quero aqui reafirmar o nosso compromisso de buscar viabilizar a implantação não só dessa indústria

de celulose, mas também de outras indústrias, para que tenhamos em Roraima um desenvolvimento auto-sustentado, com a criação de empregos, com respeito ao meio ambiente, com respeito às comunidades indígenas, mas gerando renda, gerando receita, gerando emprego, para que a população de Roraima possa viver com dignidade e possa ter uma perspectiva melhor do que a que tem hoje.

O segundo registro que quero fazer, Sr^a Presidente, é exatamente a respeito de uma consequência da falta de empregos e da falta de projetos no nosso Estado, que é a prisão de garimpeiros brasileiros na Guiana. Historicamente, isso tem ocorrido tanto na Venezuela quanto na Guiana e demonstra uma falta de opção que a população tem, que os trabalhadores têm e terminam virando garimpeiros nos dois países vizinhos, sujeitos à prisão, à legislação ambiental, enfim a todos os percalços que nós de Roraima bem conhecemos.

Em Georgetown vários brasileiros estão presos por questões de garimpo, inclusive garimpo sem licença de trabalho. As licenças de trabalho estão suspensas na Guiana exatamente por conta desse crescimento do trabalho de estrangeiros. Só na Guiana são mais de cinco mil brasileiros.

Fica aqui o apelo, ao Itamaraty, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Embaixador brasileiro na Guiana, para que tomem as providências necessárias não só para a soltura desses brasileiros que estão presos, mas também para a orientação para que se previna a ação, para que não aconteça novamente esse tipo de atividade ilegal, que cria problemas sociais para o povo de Roraima, com a prisão de várias pessoas.

Faço esses dois registros, pedindo o apoio do Governo Federal. Peço a transcrição da matéria “BrancoCel Desiste de Projeto em RR” e “Garimpeiros brasileiros estão presos na Guiana”.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Peço que V. Ex^a aguarde apenas um instante, Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr^a Presidente, é apenas para indagar de V. Ex^a se há alguma matéria, medida provisória, para ser lida nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Bom, eu solicitei informações à Secretaria da

Mesa, que me comunica que há. Se eu estiver presidindo, eu vou ler. Portanto, é bom que os membros da Mesa venha à Mesa. Senão, eu vou ler. Se existe uma Medida Provisória na Casa, é para ser lida. Assim sendo, se não querem que eu faça a leitura, é bom que os membros da Mesa venham logo. Cinco minutinhos, rapidinho! Senão, eu vou ler. V. Ex^a está respondido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Ok, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, como membro da Mesa, também lerei essa Medida Provisória. Então, ela terá que ser lida em conformidade com o Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pronto. Claro, em conformidade com o que manda a Constituição.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa Medida Provisória foi aprovada no dia 29 último na Câmara dos Deputados e encontra-se naturalmente à espera da sua leitura, do cumprimento do Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Do Regimento, da Constituição e tem que ser lida para votar, porque, senão não dá para votar. Tem razão V. Ex^a.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, pelo tempo que V. Ex^a tem direito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, que dispõe de até 15 minutos. A seguir, o Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a História é um dos instrumentos mais belos e úteis, criado pela inteligência humana, para registrar a sua própria evolução e,

assim, contribuir decisivamente com o desenvolvimento da humanidade. Entre tantos grandes méritos, um é restabelecer a verdade dos fatos, resgatando a dignidade e a imagem de pessoas quando injustamente vilipendiadas; um outro é o de marcar trilhas ou apenas aviventar caminhos e rumos por onde a humanidade deve caminhar, sem o risco do cometimento dos mesmos erros que já se configuraram danosos à sociedade. A História, portanto, é esse instrumento belo do qual toda a humanidade faz uso e se vale.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dito isso, quero me referir às circunstâncias vivenciadas pela Oposição, levadas a termo pelos Deputados e Senadores, quando, em 2004, entendeu, pela primeira vez neste Governo, instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar atos de corrupção praticados por membros da estrutura superior do Poder Executivo Federal. As acusações feitas pelos Líderes do Governo e por seus aliados de que o desejo da Oposição era palanque eleitoral, era causar a desestabilização do Governo, ou causar prejuízo ao que eles consideraram o bom desempenho da economia, não tardaram e se constituíram numa forte agressão a toda a Oposição, indistintamente, tentando marcá-la com a mancha da irresponsabilidade e da postura impatriótica.

Mais uma vez, lembro – e quero lembrar sempre – do massacre e da tentativa de aniquilamento de minha imagem, até mesmo do linchamento moral, quando, da tribuna do Senado Federal, ousei, com todas as letras, acusar de corrupto o todo-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, pela indubitável participação no escândalo Waldomiro Diniz. Aquele instante foi a primeira vez em que um Parlamentar afirmou o que a imprensa do País jamais imaginaria que alguém fizesse, diante da robustez em que se encontrava o Governo, e o fiz com a responsabilidade registrada hoje pela história, que, como eu disse no início do pronunciamento, serve exatamente para registrar. Além das provas apresentadas da tribuna e da indicação de outras, assim como o local e a forma como poderiam ser levantadas, tinha também a consciência e a capacidade de antever o poder destruidor dessa gente do PT, do próprio Governo Lula da Silva e do mal que ele causaria ao povo brasileiro.

Os trabalhos da CPI dos Correios foram concluídos a duras penas, com o Governo tentando desmoralizar os seus membros e as suas conclusões. O resultado está aí para o registro da história. A Oposição realizou uma grande obra, teve uma atuação cívica e patriótica, comportou-se com a dignidade que a representação popular exige. A economia não sofreu baixa, embora a que se pratica até hoje não seja digna de permanecer, nem as instituições do Estado brasileiro

sofreram arranhões ou foram desestabilizadas, como era cantado pelo Governo, que fez uso desses agouros apenas para não permitir a apuração de toda a lama que se encontra em sua própria base, não obstante ouvirmos aqui, diariamente, Senadores afirmarem que o Governo deseja ver todos os fatos apurados, o que, convenhamos, não é verdade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, agora que as conclusões foram encaminhadas a uma instituição autônoma e independente do Estado brasileiro, o Ministério Público Federal, que, pelo convencimento do seu chefe, o Procurador-Geral da República – a Senadora Ideli Salvatti prefere dizer que ali ele cumpria o princípio da obrigatoriedade, de que nunca ouvi falar no Direito pátrio brasileiro –, reconheceu a qualidade do inquérito parlamentar e a justeza dos fatos apresentados como delituosos, as suas provas e os seus autores, presente a configuração jurídica do nexo de causalidade, o que dizer agora se a sua decisão foi a apresentação de denúncia criminal ao Supremo Tribunal Federal contra uma quadrilha de 40 indiciados, sendo vários da estrutura superior da Presidência da República e outros tantos da cúpula do Partido dos Trabalhadores, o mesmo do Presidente Lula da Silva?

Quem vai, agora, cometer o mesmo desatino que foi cometido com a Oposição do Congresso Nacional de afirmar que S. Ex^a o Procurador-Geral age por interesses políticos ou que ele está desejando os holofotes para promoção pessoal, ou, ainda, que a sua atitude representa a desestabilização das instituições do Estado democrático e de direito em que vivemos?

Portanto, que não venham mais justificativas como estas, sobretudo de Parlamentares que têm a obrigação ética e constitucional de apurar qualquer denúncia ou suspeita de crime que se cometa contra o Erário e contra a vida nacional. E é com este sentimento que faço um apelo à unidade da Oposição diante da necessidade de continuarmos com a investigação de fatos denunciados pela imprensa e que ainda não foram objeto de apuração. Não se trata de unidade de pensamento político-ideológico, muito menos de unidade político-eleitoral e partidária visando as próximas eleições. Não, falo de unidade de ação da Oposição no Parlamento para a continuidade do combate à corrupção em todos os setores e onde quer que ela se encontre, sem limites preconcebidos e preconceituosos.

Neste instante, a história acaba de registrar o resgate da dignidade da Oposição brasileira. Portanto, ela se encontra com a autoridade moral e a legitimidade necessárias para continuar nesta luta que deve seguir avante.

Na última quarta-feira, desta mesma tribuna, dei conhecimento à Casa e à Nação do requerimento de

minha autoria para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito visando apurar fatos já denunciados pela imprensa brasileira e do conhecimento de todos, mas que não foram, ainda, apurados.

Portanto, a CPI que proponho objetiva apurar a violação ilegal do sigilo bancário de Francenildo Santos Costa junto à Caixa Econômica Federal; a relação mantida por Paulo Okamoto com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pertinente a pagamentos de contas pessoais de Sua Excelência e de seus familiares; a relação mantida por Fábio Luiz Lula da Silva ou por empresa de sua propriedade, ou da qual seja sócio, com a Telemar Norte e Leste S/A, concessionária de serviço público federal de telefonia; a existência de tráfico de influência de familiares do Presidente da República, a exemplo de Genival Inácio da Silva, conhecido como Vavá, irmão do Presidente, na intermediação de demandas de empresários junto às estatais federais e aos órgãos da Administração Pública federal, inclusive junto à Presidência da República; e, por fim, a origem e destinação dos recursos, em reais e em dólares, apreendidos pela Polícia Federal na sala de embarque do aeroporto de São Paulo, cujo dinheiro estava sendo transportado em uma mala e sob as roupas íntimas do Sr. José Adalberto Vieira da Silva, assessor do Deputado Estadual do Ceará José Nobre Guimarães, Presidente Estadual do PT.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me surpreendo ao ouvir a reação contrária à instalação desta CPI por parte de alguns próceres do Governo. A surpresa para mim seria se a reação fosse no sentido de aprová-la. É claro que não poderia ser diferente, sobretudo porque, até o presente momento, o Governo tem se comportado de forma a dificultar todas as investigações. Daí, para mim, justificar-se o *impeachment* do Presidente Lula da Silva com base no art. 85 da Constituição Federal, que define os crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República e inclui, em seu inciso II, os atos do Presidente que atentam contra o livre exercício do Poder Legislativo. Ora, um Governo que se vale do mensalão para construir maioria na aprovação de seus projetos mais do que atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, atenta contra todo o Estado democrático e de direito, desestabilizando as instituições do País.

Alegar que este é um ano eleitoral e que, por isso, não deve haver Comissões Parlamentares de Inquérito me faz perguntar: o que tem a ver uma coisa com a outra? Temos eleições a cada dois anos. Então, só poderemos trabalhar durante dois anos, num mandato de quatro anos, como é caso de Deputado Federal, ou trabalhar quatro anos, se Senador, cujo mandato é de oito anos? Entendo que esta CPI no ano eleitoral

justifica-se mais ainda porque estaremos dando oportunidade àqueles que irão concorrer ao pleito de poder fazê-lo sem que contra si pese qualquer dúvida acerca de seu comportamento ético e moral, submetendo-se ao pleito em igualdade de condições.

Assim, lembro V. Ex^{as} de que lá fora a sociedade nos observa de forma indignada com tudo que está acontecendo. Daí precisarmos dar a demonstração de que somos capazes de superar as nossas crises, de que somos uma Nação evoluída, civilizada e com instituições democráticas sólidas. Se não dermos essa demonstração, estaremos abrindo a possibilidade para que outros mudem, inclusive o próprio povo, que detém a soberania maior da Nação.

Antes de concluir, Sr. Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente Tião Viana, peço permissão para relembrear. Anos atrás, não sei a data precisamente, ninguém sofreu mais agressão da imprensa – falada, escrita e televisiva –, neste País, como o Senador que ocupa a tribuna. Atentai bem! V. Ex^a fazia denúncias, indícios de denúncias, e sofreu a maior agressão da história do Brasil por parte da imprensa.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Mão Santa, permita-me interagir com V. Ex^a, que me pediu um aparte, e eu o ouvirei com imenso prazer.

Naquela oportunidade, tentaram justificar que eu não havia trazido a esta tribuna provas, quando o que eu lia era o relatório de um Delegado da Polícia Federal – Polícia Federal esta subordinada ao Ministério da Justiça –, documento público, portanto, que mostrava claramente o envolvimento do então Ministro José Dirceu com o escândalo Waldomiro Diniz. E mais, nobre Senador Mão Santa: naquela oportunidade, mostrávamos a conveniência da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito. Por certo, ouvindo o Delegado, ouvindo o Ministério Público e todos os citados naquele inquérito, chegaríamos à conclusão a que, mais de dois anos depois, chegou a CPI dos Correios e a própria CPI dos Bingos.

O Sr. Rogério Buratti afirmava, em alto e bom som, que da jogatina de São Paulo, sob a coordenação dele...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Para concluir, Sr. Presidente.

Sob a coordenação dele, Rogério Buratti, haviam sido destinados, de São Paulo, R\$1 milhão para a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. E declarou que, do Rio de Janeiro, das hostes do Sr. Waldomiro Diniz, subordinado a José Dirceu, vieram R\$1,3 milhão para a mesma campanha, sob a

coordenação do Sr. José Dirceu. Naquele instante, V. Ex^a viu o que todo o Brasil presenciou.

Encontro-me inteiro, íntegro, com a minha ética, com o meu comportamento e com a minha moral inabalados, no mesmo lugar.

Mas ouço a conclusão do aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, quis Deus estar na Presidência o Senador Tião Viana, que é médico, profissional de saúde pública, e entende de profilaxia. V. Ex^a estava fazendo a profilaxia dos maus costumes na política da corrupção. Seria aquilo, e não para ser vítima, como foi, da maior agressividade que um homem público sofreu por parte da imprensa. Mas V. Ex^a permaneceu de cabeça erguida. A ocasião é muito oportuna: ontem foi domingo, Cristo ressuscitou. E Ele deu esse poder a V. Ex^a, que, como o povo brasileiro, “sacode a poeira e dá a volta por cima”. V. Ex^a assim fez e ressuscitou. Hoje, V. Ex^a é, sem dúvida alguma, um dos políticos mais acreditados do País, porque esta é uma Casa de debates, em que as palavras são utilizadas como V. Ex^a as utiliza, em defesa do povo e da Pátria. Naquele tempo, V. Ex^a advertia, com as suas inteligentes e corajosas palavras, o grande perigo que a democracia estava a enfrentar: a corrupção. Se tivesse sido respeitado e ouvido, talvez tivéssemos feito, como queria Tião Viana, a profilaxia dos maus momentos que vivemos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a benevolência das palavras de V. Ex^a. A verdade supera tudo isso, e ela se faz presente em todos os lugares e momentos da História.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se desta vez o Governo colaborar, não precisaremos de 180 dias para a instalação e a conclusão dos trabalhos dessa CPI. Acredito que em 45 ou 60 dias chegaremos a bom termo. Basta que o Governo colabore e não promova os meios e os instrumentos de que sempre faz uso para atrapalhar o andamento desse tipo de investigação.

Agradeço, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães. A seguir a Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está inscrito em 22º lugar. Podemos tentar a permuta com o Senador Flexa Ribeiro, após a Senadora Fátima Cleide, que é após a Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia 17

de abril, oriundo do campo como sou, eu não poderia deixar de prestar também a minha singela homenagem àquelas pessoas que no fatídico 17 de abril de 1996 perderam suas vidas, foram massacradas, torturadas barbaramente e assassinadas por policiais militares do Estado do Pará, episódio que ficou conhecido como “massacre de Eldorado do Carajás”.

Eu gostaria de lembrar que, na História do Brasil, o tema da disputa pela terra remonta à chegada dos portugueses. Pelo que se sabe, primeiro, tentaram escravizar os povos indígenas, transformá-los em mão-de-obra barata para seus interesses comerciais, mas essa idéia não deu certo. Partiram, então, para o tráfico de povos da África.

Dessas duas experiências iniciais, conhecemos já muitas histórias de revoltas, histórias que mostram que lideranças desses povos buscavam a liberdade. Uma delas foi a de Sepé Tiarajú, líder indígena do Sul do Brasil, que lutou bravamente contra os interesses do governo de Portugal e da Espanha, até os revoltosos serem dominados e transformados em escravos e moribundos da economia.

Depois, na experiência dos negros, tivemos Palmares, acredito que o mais decantado no Brasil. E, se não me engano, um dos pontos mais vivos daquele episódio, neste momento, é o Morro do Macaco, em Alagoas, que ainda hoje preserva parte da cultura daquela gente no momento em que buscava a sua liberdade.

Daí vieram os mestiços desempregados do campo. Movimentos como o de Canudos, Trombas e Formoso, o Cangaço, a Cabanagem, a Cabanada, a Balaiada, a Sabinada e tantos outros inícios de revolta que misturavam um pouco da luta pela terra com a luta pela independência do País.

Isso sempre foi tratado, Sr. Presidente, como caso de polícia. No que diz respeito à terra, no Brasil, infelizmente, quando se diz que um grande proprietário ocupa uma área, é por compra ou por direito constitucional a transferência da sua propriedade. Quando se trata da proteção da área de um pequeno, de um pobre, de um desamparado do campo, aí é caso de polícia.

Eu gostaria de aqui dizer algumas palavras sobre aquelas famílias de sem-terras que, acampados na beira da PA-170, no Pará, foram massacrados em 17 de abril de 1996. Foram 19 trabalhadores sem terra massacrados na cidade de Eldorado dos Carajás, pela brutal ação da chamada “pacificação”, realizada por policiais militares do Estado do Pará, no Governo de Almir Gabriel.

Era uma terça-feira. Mil e quinhentas pessoas ocupavam pacificamente uma estrada para reclamar sobre a demora do Governo Federal em assentar suas famílias. Foram cercadas, pela frente e por trás, por 155 policiais militares. Primeiro, a polícia atirou para cima, para o alto,

depois, para baixo. Resultado: apavorados, sentindo que a morte os espreitava, homens, mulheres e crianças correram para todos os lados. Para os policiais, aqueles trabalhadores deixaram de ser gente, tornaram-se menos que animais. Em poucos minutos já havia 19 mortos e pelo menos 51 feridos; dos mortos, cerca de 10 foram acertados com tiros de curta distância na nuca e na cabeça; outros foram retaliados a golpes de foice; outros esmagados, braços arrancados, pernas mutiladas, entranhas e sangue pelo chão na estrada de terra.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a forma como as elites rurais tratam os trabalhadores que apenas almejam um pedaço de terra para plantar. Para essas elites, a única terra que eles merecem é um pedaço de terra sete palmos abaixo do chão.

Ano de 2006. Em uma década, três grandes julgamentos foram realizados. O primeiro foi anulado. O último condenou os dois principais comandantes da polícia na operação naquele dia. Foi o Major José Maria Pereira de Oliveira e o Coronel Mário Colares Pantoja. Mas não estão presos. Aguardam julgamento do recurso em liberdade. Para alguns poucos, essa palavra se traduz em impunidade e lentidão da Justiça. Para muitos, milhares ou milhões que vivem no campo, são palavras desconhecidas.

Algumas vezes, sob o manto do agronegócio, o latifúndio sobrevive, supostamente mais moderno, avançado, desenvolvido. Na verdade, a realidade é outra: 2,6% dos estabelecimentos rurais concentram 43,7% da área agricultável, de acordo com o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

É bom saber que no Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 800 milhões de hectares, 50% da terra é apropriada para a agricultura. Se considerarmos os 6 milhões de trabalhadores da terra, a concentração se torna ainda mais assustadora, pois pouquíssimas famílias, menos de 20 mil, são as donas de quase a metade do Brasil.

A cada dia, mais alguns pequenos proprietários rurais são expulsos do campo pelo que chamam de agricultura moderna, tão moderna que, em vez de utilizar áreas degradadas, devastam áreas novas da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica para plantar soja ou para formar pastagens para a pecuária. Tão moderna que se recusa a atualizar os critérios de produtividade, ainda os mesmos dos anos 70. Tão moderna que se vale do poder policial para eliminar os inconvenientes, como em Eldorado dos Carajás, em 1996, ou em Corumbiara, Estado de Rondônia, um ano antes, em 1995, em que 11 pessoas perderam a vida – inclusive uma menina de 6 anos –, e cerca de 55 ficaram feridas.

Truculência policial, mandados de prisão injustificados, destruição de roças e criminalização dos mo-

vimentos sociais é a tática levada a cabo pelos grandes produtores rurais. É bom lembrar que, durante a CPMI da Terra, tivemos dois relatórios finais, sendo que o Relator, Deputado João Alfredo, apresentou um belíssimo trabalho, mas a chamada Bancada Ruralista, não admitindo qualquer hipótese de um relatório único, exigiu um relatório alternativo, com o fito absoluto apenas de criar a criminalização dos agentes da reforma agrária.

Desde a aprovação do Estatuto da Terra, em meados da década de 1960, menos de um milhão de famílias foram assentadas – e o pior, quando assentadas, pouco ou nenhum auxílio técnico ou financeiro receberam. Muitas, milhares, foram obrigadas a vender seus lotes e retornar à condição de expropriadas.

No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, adotou-se uma política de reforma agrária em que o trabalhador rural não recebia a terra, mas a comprava, tornando-se presa fácil dos bancos e dos financiamentos rurais.

Diante desse fardo, o Governo Lula foi obrigado a restituir a reforma agrária como política de Estado. O atual Governo está envidando esforços para realizar, pela primeira vez, em 500 anos de história, uma reforma agrária que possa fazer jus ao nome.

Como observou o então Ministro Miguel Rosseto, em entrevista no início do ano de 2003, o passivo fundiário herdado pelo Governo Lula é enorme, principalmente no que se refere à infra-estrutura dos assentamentos.

Levantamento feito pelo Incra aponta que, das mais de 500 mil famílias assentadas, de 1995 a 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas, 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não receberam qualquer tipo de assistência técnica.

Certamente muito mais precisa ser finalizado. Contudo, nesses primeiros quatro anos de mandato, o Presidente Lula e sua equipe trabalharam para que a reforma agrária sonhada por nós há décadas possa finalmente se tornar realidade.

Penso que a sua simbologia será demonstrada, que a morte de milhares de trabalhadores rurais ao longo dos anos não foi em vão. Eles morreram para que seus filhos e netos pudessem viver e plantar. Eles morreram para que seus filhos e netos pudessem se tornar cidadãos livres. O trabalho árduo do nosso Governo vai mostrar que não foi em vão a morte daqueles dezenove trabalhadores em Eldorado do Carajás.

Sr. Presidente, o pacote agrícola do Governo Lula disponibilizará R\$1,2 bilhão para o apoio à comercialização dos produtos agrícolas. O Governo Federal anunciou um conjunto de ações para apoiar o setor agrícola. As medidas prevêm a liberação de R\$1,2

bilhão para incentivo à comercialização de produtos e prorrogação da dívida que totalizam R\$7,7 bilhões. O pacote tem impacto muito positivo no combate a problemas conjunturais que estão afetando a vida do produtor. As medidas distensionam e são um alívio para o setor. Isso porque as perdas na produção agrícola, devido ao longo período de seca de 2005, elevarão os custos para os produtores e pela desvalorização do dólar frente ao real, o que prejudicou a comercialização dos produtos agrícolas.

Comercialização. Além dos R\$650 milhões já previstos no Orçamento Geral da União de 2006, o Governo vai liberar mais R\$1,2 bilhão.

Sr. Presidente, é importante lembrar que o crédito agrícola, com a prorrogação das dívidas da agricultura brasileira, promove o impulso para que o nosso País continue com um ponto significativo da economia que tem sido a participação da agricultura, principalmente, da agricultura de reforma agrária.

Solicito ainda, Sr. Presidente, que V. Ex^a dê como lido dois artigos que tenho em mãos sobre a situação da reforma agrária e do agronegócio brasileiro. Um, intitulado “Reforma Agrária: Sim ou Não”, escrito pelo Professor Silvio Simione da Silva, Doutor em Geografia da Universidade Federal do Acre. Posteriormente, eu gostaria de fazer a leitura completa desse texto, mas peço a V. Ex^a que o dê como lido na íntegra porque o considero muito proveitoso para o debate da reforma agrária que estamos realizando aqui.

O segundo texto, “Agronegócio e Reforma Agrária”, é do Professor Bernardo Mançano Fernandes, também Doutor em Geografia pela Unesp, Universidade Estadual de São Paulo, no **Campus** de Presidente Prudente.

Sr. Presidente, como militante campesino, ainda sonho que, um dia, não estejamos mais lembrando essas datas tão macabras, como a da chacina de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra do Brasil, mas que estejamos aqui brindando o sucesso de tão importante método de organização social, de desenvolvimento econômico e de defesa ambiental brasileira, quais sejam, a luta pela terra, os movimentos sociais, entre eles a Comissão Pastoral da Terra, a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e de todas as demais organizações, de indígenas, de remanescentes dos quilombos, de quilombolas. Assim, falo de todas as populações tradicionais do campo brasileiro.

Que jamais estejamos com a linguagem da força bruta, da morte, do genocídio, que têm sido as práticas na história do Brasil, quando se trata da distribuição de terra e da reforma agrária.

Peço um viva, uma homenagem para todos aqueles que tombaram naquele fatídico dia 17 de abril de 1996. Onde quer que estejam, que mesmo em espírito

percebam que essa luta jamais vai sucumbir, Sr. Presidente, que jamais vamos recuar. Estaremos juntos para o que der e vier. Com certeza, a luta pela reforma agrária estará no mais alto planejamento de desenvolvimento do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
II e § 1º do Regimento Interno.

Agronegócio e Reforma Agrária

Bernardo Mançano Fernandes
Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente

Latifúndio e agronegócio

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (*sic*), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Agronegócio e agricultura familiar

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar.

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.

REFORMA AGRÁRIA: SIM OU NÃO

Para estes homens e mulheres a cidadania plena só será alcançada com o acesso à terra, com a democratização das condições de trabalho (LINHARES e SILVA, 1999. p.209)

Silvio Simione da Silva

Professor Assistente do Depto. de Geografia da UFAC.
Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP.
Membro do NERA/UNESP – Núcleo de Estudos, Pesquisa e
Projetos de Reforma Agrária da FCT/UNESP
Correio eletrônico: ssimione@terra.com.br

RESUMO: Neste artigo fazemos uma análise das formas de abordagens das questões referentes a viabilidade ou não da reforma agrária no Brasil. A pertinência do problema, deve a este ter se constituído, numa preocupação permanente, tanto nos discursos políticos, como nas preocupações acadêmicas nas últimas décadas. Há, portanto, três perspectivas a serem consideradas. Após caracterizá-las, nos situamos como defensores da viabilidade da reforma agrária e apontamos relatos reais que permite-nos refletir sobre o distanciamento da intelectualidade e dos políticos das condições reais do homem que vive da terra e na terra.

PALAVRAS CHAVE: Questão Agrária. Camponeses. Reforma Agrária. Política agrária. Diversidade socioespacial.

ABSTRACT: *In this paper we making an analysis of the conditions of treatment of the questions references the viably or not of the agrarian reform in the Brazil.* A pertinência do problema, deve a este ter se constituído, numa preocupação permanente, tanto nos discursos políticos, como nas preocupações acadêmicas nas últimas décadas. Há, portanto, três perspectivas a serem consideradas. Após caracterizá-las nos situamos como defensores da viabilidade da reforma agrária e apontamos relatos reais que permite-nos refletir o distanciamento da intelectualidade e dos políticos das reais condições do homem que vive da terra e na terra.

KEY WORDS: *Agrarian questions. Peasants. Agrarian Reform. Agrarian Politic. Severally space social.*

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

P’ra que reforma agrária, se há um “Brasil rural que dá certa”? Esta poderia ser a pergunta fundamental de um céptico da luta dos trabalhadores pela terra de trabalho. Todavia, a questão é mais ampla e para compreender e se situarmos melhor, se faz necessário tecermos algumas considerações mais gerais.

Partimos então do pressuposto que a terra no mundo capitalista sempre foi vista como um bem material passível de ser comercializada como uma outra

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e pelo MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

Agronegócio e reforma agrária

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e em não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfretamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil.

mercadoria qualquer. Nesta visão o “homem da terra” é apenas um atributo que pode ser retirado e inserido em qualquer lugar, em qualquer tempo e na circunstância que mais interessar aos mandantes dos poderes oficiais constituídos. Porém a história tem provado que na realidade as classes tidas como subalternas, não se tem colocado passivamente diante deste processo. Portanto, há questões que mais que jurídica e fundiária, são embates sociais, permeando a problemática da terra.

Então de que se trata questão agrária aí posta? Parece-nos que um ponto está na perspectiva que se vêem o “controle da terra” *versus* ao “domínio social” que se estabelece. Outro está no contexto da retirada do âmbito da questão o “significado dos conflitos” que norteia uma sociedade desigual, buscando a harmonização pela imposição de valores e formas produtivas dominantes burguesas a setores sociais produtivos subalternos. Aí traz para âmago da questão na atualidade ao problema do desenvolvimento. Vamos aprofundar mais isto.

A REFORMA AGRÁRIA: CONTESTAÇÕES DO UNIVERSO SOCIAL REPRESENTADO

No âmbito das forças hegemônicas a questão agrária passa por um problema de adoção de matrizes tecnológicas adequadas ao desenvolvimento integral. Na via modernizante da produção o lugar, o conflito é limitado a ser visto como desvio do sistema produtivo, não havendo lugar para tais convívios. Podemos dizer que no âmbito da realidade agrária brasileira, sob tal perspectiva duas visões se forjam no tratamento da problemática, sob o ângulo da contestação da necessidade de políticas voltadas a seguimentos social camponeses:

Da superação do atraso, a expropriação camponesa é natural.

Sob esta tese entende que há segmentos da realidade agrária brasileira que são herdeiros de relações de produção ultrapassadas, feudais. Portanto, de domínio da terra produtiva – o camponês e o latifundiário territorializado – que impediriam o avanço das forças produtivas, assim como da luta de classe no âmbito do agrário.

Neste aspecto vêem que o avanço capitalista no espaço agrário como uma dimensão progressista, pois possibilita ao acirramento das lutas de classes, como motor das transformações sociais. Portanto, entendem que o latifúndio devem ser combatido, mas não numa lógica de sua apropriação por trabalhadores familiares ou negação da grande propriedade, mas sim no âmbito de apropriação privada ou oficial tornado o produtivo. Assim, num processo de tomada do poder por forças revolucionárias, estas grandes propriedades seriam bases territoriais para a formação de

unidades coletivas ou empresas estatais rurais. Já os camponeses representam forças sociais que não se adequam ao qualquer processo deste; são “forças alienígenas” no âmbito produtivos e uma aberração social na perspectiva revolucionária e de desenvolvimento. Suas atuações são contraditórias, pois ora se colocam como plenos parceiros dos grandes proprietários, ora como trabalhadores no embate social.

Nesta perspectiva pouco se pode esperar destes sujeitos, pois sua condição de inadequação está desde suas práticas produtivas ultrapassadas, suas poucas suscetibilidades as transformações tecnológicas em seus pequenos territórios produtivos, e suas reações sociopolíticas incertas. Não haveria perspectivas de se prosperarem, portanto sua expropriação é inevitável e esperada, pois assim somente quando vão para as cidades e lá se completará com o processo de proletarianização.

Da modernização e capitalização à homogeneidade de segmentos produtivos

Nesta perspectiva estão aqueles que vêem a questão do agrário como um problema meramente tecnológico, frente a resquícios pré-capitalistas que persistem na estrutura agrária brasileira. São esses o latifúndio e o campesinato. Então, se a via modernizante é compreendida como a pré-condição para avanços no espaço agrário, isto se fará como processo de políticas apropriadas para superar tais dimensões estruturais arcaicas persistentes. Assim ao latifúndio, poder-se-ia aplicar medidas políticas que viabilizassem suas transformações em propriedades produtivas, portanto, nas verdadeiras empresas rurais, capitalizadas e aptas a receber, praticar e até gera novas tecnologias produtivas. Ao campesinato em seu território de trabalho, visto como desperdícios de terra produtiva e mão-de-obra, dever-se-iam implementar políticas produtivas de rígidas inversões tecnológicas na produção e na gestão do trabalho forjando outra lógica organizacional, para que estes possam sair do atraso e da pobreza a que estão subjugados.

Então, a medida em que estes não se adequar a receber “tais inovações”, sua expropriação é compreendida como uma naturalidade no processo. Portanto, nesta perspectiva a questão perpassa pela modernização do latifúndio transmutando-o na grande empresa rural num processo que o extinguirá da realidade agrária brasileira; e ao campesinato, sua gradativa extinção dar-se-á pela adoção de formas produtivas de produzir que, o transformará em pequenos empresários rurais (farmerização), ou pela inadequação produtiva e organizacional será conduzido a uma inevitável expropriação.

Assim, não há necessidade de uma política voltada para fortalecer a agricultura camponesa, pois esta ou se capitalizará ou se expropriará automaticamente. Isto se completa com estes sujeitos sociais proletarizando-se nas periferias das cidades, ou mesmo, às vezes voltando ao campo para trabalhar na condição de “bóias-frias”. Então, não há lugar para estes sujeitos sociais no agrário brasileiro, daí se vêem o “Brasil que dá certo”, como aquele que expressa a imagem desta relação perversa onde se sobressai o agronegócio. Mas o “Brasil das lutas dos trabalhadores, da resistência na terra e pela terra, é visto como o “Brasil que não dá certo”. Então, o cenário é visto como espectro de um rural que se mercantiliza-se e se impõem como modelo para tudo e a todos (inclusive em áreas florestais) no Brasil do “agronegócio”, da “urbanização dominante” (como a urbanização do rural, que muito defendem).

É daí que se forja o conceito de “produtor familiar” como expressão deste ideal para o rural que se capitaliza nos moldes do “farmer” americanos. Talvez aqui seja mais correto da falar autenticidade do “Brasil” dos “agribusiness”, como impressão não apenas da adoção do signo lingüístico americano, mas do conteúdo ideológico que o cerca. O rural é visto como *locus* para a produção, mas não necessariamente para o homem que produz, ainda que talvez estes saiam da terra para viver na miséria das periferias das cidades (tentado a vida no mercado urbano ou com reserva para as atividades rurais em períodos de safras como “bóia-fria”), ou para reingressar na luta por seu retorno a terra¹. Lamentavelmente esta é a concepção norteadora das políticas para nosso espaço agrário, sob o signo do “novo rural brasileiro”.

E AGORA? ONDE FICA A REFORMA AGRÁRIA?

Então onde fica a questão da reforma agrária? Ora se ambas as concepções não vêem lugar para o trabalhador camponês, a reforma agrária como instrumento que reforça as condições vivenciais deste sujeito social é desnecessária. Tal é a situação que no Brasil, após mais de quinhentos anos de vivência agrária, os camponeses persistem; suas lutas dão dinamicidade ao espaço agrário produzido com reflexo no espaço citadino, porém não se teve reforma agrária. O que se tem ocorrido fora sim a legalização de posses já constituídas, a conquistas de lutas, a titulação de áreas de loteamentos e antigos assentamentos. Então este processo tem servido muito mais para a afirmação da propriedade privada, assim como para frear o avanço das lutas

¹ - A questão básica aqui que estes não consideram é que a capacidade de expropriar o trabalho camponês provém acompanhada de seqüente busca de retorno a terra através de luta, embora as vezes esta capacidade manifesta mais rápida que o acesso a terra.

camponesas pela terra, de que por condição de fixação do homem à terra de trabalho. A propriedade privada dos lotes, depois de documentados, garante a reterritorialização da “terra de negócio” em que na compra de dois, três ou mais lotes por um assentado ou por pessoas da cidade, principiam a formação de fazendas, sobre o território em que se deveria ter firmado bases para a terra de trabalho camponês.

Porque então a questão da reforma agrária tem tomado parte das preocupações governamentais nas últimas décadas? Primeiro que, por ser uma questão que se insere na problemática das lutas de classes, muita das medidas dita como reforma agrária são colocadas como paliativos ao avanço de tais processos sociais. Por outro lado, a reforma agrária vista no âmbito das políticas implementadas (colonização ou assentamento), todas se colocaram como medidas de reforçam a propriedade privada da terra. São medidas “reformistas”, que em si não rompe com tais paradigmas da propriedade privada, mas se inserem como mecanismos de seu reforço. Mudar o conteúdo da reforma agrária é, portanto, ainda sob esta ótica de encarar a realidade agrária, uma proposta ameaçadora da estrutura fundiária constituída; daí o medo que tem dos movimentos sociais que lutam pela terra como do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-terras). Então, no âmbito das políticas públicas, o que se tem visto são medidas que reforçam a propriedade da terra sob uma ótica mercantil, quando na verdade uma reforma agrária verdadeira, deveria propor um rompimento com o domínio absoluto da propriedade privada da terra, em especial, na ótica da “terra de negócio”.

MAS HÁ OUTRAS BASES PARA SE PENSAR O ASSUNTO!

Quais as condições objetivas para então analisar a viabilidade da reforma agrária? Quais outras possibilidades há para se pensar a questão? Queremos aqui tratar destas perguntas sob duas bases reflexivas:

- Primeiro, na concepção de intelectuais que defendem a viabilidade da reforma agrária.
- Segundo, do pensamento que brota de uma “filosofia espontânea”, mas arraigada as práticas vivenciam de trabalhadores amazônicos no seu dia-a-dia e na sua luta.

Vejamos a seguir:

Bases sociais para a afirmação do trabalho camponês

Nesta perspectiva, veremos a questão na ótica daqueles intelectuais que vêem o “campesinato e o latifúndio” não como um entrave feudal ou pré-capitalista

no âmbito do espaço produzido. Estes são “instituições” que se produzem no âmbito do próprio processo da reprodução capitalista do espaço. Portanto, o latifúndio e, em especial, o campesinato não é algo estranho ao modo capitalista de produção, na verdade, é parte de seu processo reprodutivo onde é criado, expropriado e recriado constantemente. O capitalismo no espaço agrário se reproduz de forma ampliada e contraditória, isto significa que faz criando processos produtivos, exclusivamente, baseado nas relações de trabalhos assalariados, mas também promovendo formas diferenciadas de relação de produção de trabalho que não se baseia neste processo exclusivamente. Nisto sua reprodução vai muito além da relação dual do capital do patrão *versus* o trabalho do empregado. Ai está a questão, então, de recriar a própria produção camponesa, o que se processa onde for necessária: por questões de deslocamento mão-de-obra; por atuação em setores produtivos menos rentáveis, porém necessários; para amenizar questões sociais acirradas; ou, até para apressar o processo de mercadorização das terras de grandes latifúndios que estavam alijados da circulação no mercado fundiário.

Nesta situação, na reprodução ampliada e contraditória do capital, o camponês se coloca como força produtiva norteadas pelo controle direto dos meios de produção fundamentais – a terra. Sob a força do trabalho familiar, institui relações de produção e de trabalho não-capitalista, podendo ter maior autonomia produtiva, porém sendo parte do processo mais amplo da produção e circulação da mercadoria. Sua produção é para a auto-sustentação familiar, mas também para o comércio. Desta forma, no âmbito geral quase sempre, tem sua vida também influenciada pela produção social maior: ou o mercado os controlam desde a produção, induzindo o que se plantam, como se plantam, quanto se plantam etc., ou controla na circulação do produto quando é levada ao comércio parte de sua produção. Em ambas as situações ocorre a transferência de renda, em que o camponês sempre fica com a menor parte.

A luta que se trava não é, portanto contra o atraso. É uma luta de classe contra a ineficiência e inexistência de políticas que trate das questões considerando esta diversidade que se manifesta contraditoriamente no espaço produzido. É contraditória porque, assim a realidade produzida é. Isto se nota, por exemplo, que a terra ocupada ou que se busca ocupar pelo camponês, é terra de trabalho, é espaço para viver familiarmente. Isto contrapõem a finalidade da terra vista sob a ótica capitalista – terra de negócio (terra-mercadoria) – em que tanto nas transformações dos latifúndios em empresas rurais, como na firmação da terra para o “produtor familiar” (o *farmer*) estes são os processos edificadores da propriedade

privada. Daí então a luta contra o latifúndio, ser uma luta anticapitalista, mas tendo mecanismos conservadores do Estado e da sociedade como adversários. Assim, esta luta se dá sob a base da firmação de conquistas de terra para viver nela e dela, ou seja, de adiantar a territorialização da “terra de trabalho” sobre a “terra de negócio”, numa relação inversa ao que temos assistido perante as políticas do Estado Brasileiro.

Sob esta ótica já se pode entender por que apesar das poucas políticas agrária que tratam estes sujeitos sociais como tal, estes permanecem como agentes ativos na realidade brasileira. Aí se inscreve a busca do retorno a terra, pelos trabalhadores sem-terra acampados por este país afora.

Em defesa da Reforma Agrária

Defender a reforma agrária sob esta ótica, ao nosso ver, no âmbito acadêmico é a única possível. Todavia, deve é preciso mais que isto; temos de tratá-la no universo de complexidade se inscreve, mas também de cumplicidade em que podemos nos comprometer. Vejamos isto nas considerações do CNS (1992, p.7)

A reforma agrária deve ser entendida como uma luta de todos os segmentos da sociedade civil comprometida com os trabalhadores. Ela é fruto da iniciativa do próprio trabalhador rural, seja ele extrativista, colono ou sem-terra, organizados em sindicatos, associações, cooperativas, ou movimentos para legalizar seus ganhos. No entanto, os trabalhadores não devem assumir as responsabilidades dos governos, mas cobrar deles a execução de suas atribuições. A reforma agrária deve ser feita sob controle dos trabalhadores. Por ser diferentes as realidades dos extrativistas e dos trabalhadores **não-extrativistas** (grifo nosso), a reforma agrária de ser diferenciada, atendendo a critérios regionais (tamanhos dos módulos, uso da terra, sistemas de produção).

Desvincular a reforma agrária das lutas e do contexto socioespacial e territorial camponês é, portanto uma meta que nega sua realização. Isto, todavia tem sido a prática das políticas nacionais, onde por décadas a colonização disfarçou o processo de transferência de contingente populacional, de forma a não mexer na estrutura agrária local. Atualmente, no âmbito do “novo rural brasileiro”, haveria apenas um deslocamento de questão que agora não se trata mais da transferência populacional para outra região, mas da adoção de uma tecnificação e sobreposição do urbano que se estende sobre o rural (o urbano com suas áreas de trabalhos pluriativos). Isto seria visto como a solução ignorando a população acampada que se manifesta por “terra de

trabalho”. Na entrevista de Bernardo Mançano Fernandes a João Pedro Stédile (In: STEDILE e FERNANDES, 2000, p.112), este último nos fala da conduta de muitos acadêmicos entende que o rural morreu, acabou e responde que isto ocorre: “porque confundem com aquilo que existia antes, com o lavrador, aquele cara que puxa a enxada. Podemos chegar a conclusão de que a enxada desaparecerá dentro de alguns anos, mas o trabalhador rural não vai desaparecer”.

Nota-se então que não se pode pensar no camponês atual, vendo numa ótica do passado. Sua capacidade intelectual em desenvolver absorver novas tecnologias não é inferior a de outros segmentos sociais. Continuando, acrescenta o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-terras:

A nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil de ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância (STEDILE e FERNANDES, 2000, p. 162).

A realidade é que a ignorância que, às vezes, a sociedade se coloca diante da questão é uma manifestação pura do desconhecimento da situação, assim como reflexo da ideologia difundida no cotidiano em defesa da grande propriedade de da agricultura capitalista. Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA (2003) na Reunião Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia – 22/10/2003, demonstrou a real situação do significado desta produção camponesa perante a realidade agrária brasileira:

A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregaria 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas e tão somente 2,5%. Quanto a massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%.

Então, complementa a explicação:

Assim, de acordo com todos estes dados [...] os latifúndios “escondem” a terra improdutiva. Na realidade, o papel da grande propriedade no país,

sempre foi servir de reserva patrimonial de valor às elites. A terra não é apropriada privadamente para produzir [...]. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. E não é isto que se tem verificado com os latifúndios existentes no Brasil. [...] ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio.

Outro demonstrativo da viabilidade a reforma agrária é apresentada LINHARES e SILVA (1999, p.211) analisando as condições gerais de infra-estrutura antes e depois de um assentamento. Salientam-se os autores que tais condições vieram com deveras melhorias para a produção familiar assentada, assim como “possibilitando maior resistência às secas e inundações”. E acrescentam “o fundamental disso tudo é que os beneficiários [...] tiveram como fonte principal de financiamento por recursos próprios, decorrentes de suas atividades, provando que estariam gerando seu próprio capital”.

Daí, a pertinência do recado de Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA (2003) de que:

[...] uma política de reforma agrária ampla e massiva como uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas quer para o mercado interno quer para o mercado mundial. Uma política consistente de soberania no Brasil passa necessariamente, por uma reforma agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. Como o Governo LULA foi eleito, para ser um governo das reformas, este deve ser seu rumo mais adequado.

Por final, vimos então que a reforma agrária é uma possibilidade real de atuação política sobre a questão da estrutura fundiária nacional. Todavia, esta deve ser repensada enquanto tal, diversificada como é a realidade nacional e integralizada com interferência na produção e em processos educativos, não apenas aos assentados, mas à sociedade em geral. Então, poderá se constituir num instrumento de combate a pobreza, mas não apenas dos que estão no campo, mas também daqueles já foram expropriado e, na cidade, não encontram espaços para o trabalho, quiçá para a morada. Esperamos que isto leve a pensar aqueles que ousa entender como condenável um morador da cidade procurar ingressar nos movimentos de luta pela terra.

Na labuta cotidiana da floresta, pontos para pensar na reforma agrária.

Num dia desses lendo uma pequena cartilha do CNS, encontrei uma poesia de um seringueiro que me fez pensar melhor a questão. Esta dizia assim:

Minha terra, meu seringal
Minha vida meu paradeiro
Aqui vivo e vou levando
A vida de seringueiro.

Aqui nasci e me criei
O meu pai aqui morreu
Agora vem o fazendeiro
Dizendo: isto tudo aqui é meu.

Nossa terra é liberdade
Livre-nos da vida triste
Da favela da cidade.
(João Malthozo, "Os seringueiros
queixam-se a Deus", In: CNS,
1992, p. 29)

A natureza é minha mãe
Dá o fruto da castanheira
A pescada e a caçada
E o leite da seringueira

Não respeita o seringueiro
Vai derrubando o seringal
Ainda manda que vá embora
Vai por bem ou por mal.

O poema parece-nos falar da luta de um povo por sua terra, perante a ameaça de poder econômico. Assim para o trabalhador que vê na terra um meio de produção direto ao sustento familiar, só "dá certo" quando a tem no seu domínio. Aqui terra, a floresta é a vida, é a liberdade, é o trabalho, é a morada. Então num processo de defesa a luta manifesta como parte contraditória da dinâmica social imposta pelo capitalismo que aí se materializa na apropriação da terra, na expropriação e resistência dos trabalhadores. Portanto, a luta pela terra na floresta insere neste universo de significações da busca da reforma agrária.

Para pensar na questão da reforma agrária agora, queremos convidá-los a entrar numa interlocução com a visão que alguns trabalhadores amazônicos que falam desta relação com a terra e com seu domínio. Pensamos que a primeira questão a ser vista é a relação entre a "terra e o sentido que ela representa para o trabalhador". Aí a defesa de sua terra com tudo o que nele contém, revela o signo da vivência que se constroem no cotidiano de trabalho camponês, o que geralmente nossa intelectualidade pouco nos permite visualizarmos. Talvez na indignação do velho seringueiro Lupércio Freire Maia (1998), na sua simplicidade, com mais de cinquenta anos nas matas de Brasília, demonstre isto e nos faça refletir:

Quantas famílias foram criadas a custa daquela borracha, daquela seringueira! Foram milhares de famílias fazendo o pão de cada dia, criando seus filhos. Daquela árvore, tirava aquele leite e fazia aquela produção. Daquela árvore dava para comprar a própria alimentação. A castanheira do mesmo jeito. Essas são duas árvores que tem na Amazônia que nunca poderiam ser devastadas por nada. Eu tenho pena quando vejo um cabra meter uma moto-serra numa seringueira ou numa castanheira derrubando-a para o fogo matar!

Mas veio a colonização e mudou a realidade; diziam que iam dar terra, reconhecer as posse e que a vida melhoraria para todos. E então o homem da floresta, impregnado desta relação íntima com a terra sente novamente o peso de uma política de não os consideravam como “entes sociais”. Assim continuava a desabafar o Sr. Otávio Nogueira (1998), seringueiro que vivia na sua colocação a mais de 40 anos e agora teve seu território de vivência sobreposto pelo Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Quixadá, em Brasília:

Todo o lote que nós temos, agora é preciso cercar de arame. Este arame só vai sair para nós se for financiando. No tempo que nós vivia aí no volume, na mata que Deus nos deixou, nós plantava sem precisar de cerca. Isto porque nós morávamos longe um dos outros com uma, duas, três, quatro e tinha colocação de cinco horas de uma para outra. A gente plantava que bicho de ninguém aí lá e o bicho da mata não mexia em nada nosso. Não precisávamos comprar nada, nem arame nem nada.

Então, a questão das lutas e resistência vinha negar esta regularização que de certa forma, nos Projetos e Assentamentos Dirigidos (PADs), violentava a condição existencial do trabalhador. Pensar numa reforma agrária para a região tinha que desvincular a idéia de uma forma única, e aceitar que esta tem que ser uma resposta que se paute na “estatuto do cotidiano vivido”, sob os valores aí constituído. Isto certamente quem vive a realidade socioespacial referida está mais apto a propor. Daí a legitimidade da proposta da Reserva Extrativista (RESEX) como ideal de reforma agrária, desde sua idealização, pelos seringueiros. Vejamos isto na palavra de sujeitos que tiveram a frente do processo, como do Sindicalista e Seringueiro de Xapuri Raimundo Barros (2002):

Essas reservas são para nós a reforma agrária dos seringueiros. Para o agricultor, para o colono a reforma agrária é desapropriar uma área de terra, cortar uns pedaços de 50 a 100 ha. e dar para eles. A reforma agrária do seringueiro é a defesa da colocação, por que ali na colocação dos seringueiros ele tem a seringa, tem a castanha, tem a caça, tem os igarapés, tem um espaço grande na floresta onde ele põe seu roçado a partir do que os porcos, os burros ou os bois que criam são poucos não vão lá. O seringueiro já tem tudo praticamente demarcado, por que ele sabe onde suas estradas terminam e onde começam as estradas dos outros companheiros. A reserva extrativista é a reforma ideal para o seringueiro. A gente conseguiu graças a Deus com toda essa luta, com derramamento de sangue, com noites de sono perdidas, passando fome [...]

A reforma agrária aí proposta torna-se efetivamente uma medida revolucionária, pois contesta outras modalidades que são promotoras da propriedade privada da terra. Nisso aponta-se um outro “norte” para a possibilidade de mexer na propriedade da terra no país. O sindicalista e seringueiro Osmarino Amâncio (2002), soube captar este sentido que nós muito pouco atentamos:

A reserva extrativista garante que quem está lá, permaneça lá, vivendo apenas do usufruto, como não temos direitos a título da propriedade. Para nós isto era o suficiente, porque a gente não queria o documento da terra; a gente queria era viver lá.

Por final acredito, a reforma agrária tem que ser vista sob a ótica do atendimento ao lugar que é implantada. Esta é a escala (social, mercadológica, ambiental etc) que se realiza o espaço de vivência na circulação do sujeito envolvido, mesmo num projeto de assentamento. A terra regularizada garante o domínio territorial e, quando não a propriedade privada. Mas a organização social – comunitária e/ou coletiva – é o que gera a sustentação familiar e o conseqüente retorno a sociedade local como um todo. Talvez a afirmações do agricultor migrante e atual presidente da CAPEB (Central das Associações de Pequenos produtores de Epitaciolândia e Brasília) Sérgio Alécio (1998), nos ajude a apreender estes aspectos da luta para permanecer na terra (a “luta na terra”):

O fazendeiro não vende o gado aqui na região, agora a cidade é abastecida pelos pequenos produtores. Eu acho que de uma maneira geral para que a gente possa ter uma reforma agrária que venha realmente atender aos anseios

do povo é necessário que estes tenha conhecimento do que é associativismo e cooperativismo. **Todavia, estas organizações devem ser (grifo meu)** administradas pelos trabalhadores, embora seja necessário um corpo técnico.

É! Então como ficam aqueles que afirma que a reforma agrária não é viável? Dá para ignorar? Ou homogeneizamos tudo sob o signo do produtor familiar capitalizado junto ao agronegócio? Será que nossas políticas agrárias têm atuado na diversidade para atender a unidade, ou tem buscado promover uma unidade para atingir a diversidade? Nota-se que há caminhos para serem repensados.

As exclamações do velho Lupércio sobre a relação do homem com a natureza amazônica denunciam que a mudança de um modo de exploração do lugar, quando desconsidera as condições pré-existentes, mexe com toda as condições vivenciais das pessoas que aí habitam. Isto significa que não considerar as diversidades postas neste Brasil imenso, num projeto de reforma agrária é equivocado. Então, este “novo Brasil rural” pode dar certo para alguns que quer ver a quantidade de grãos produzidos. Mas haverá sempre um “Brasil real que não se inclui”, e que se expressa em números de famílias excluídas da terra, em novos acampamentos que surgem por aqueles que luta por terra de trabalho. É este Brasil que se mostra nas periferias das cidades, nas famílias que são expropriadas, na exploração dos trabalhadores expulsos da terra, nos acampamentos dos Sem-terras, nos canaviais, carvoarias espalhadas por este país afora.

São como árvores cortadas de suas raízes, prontas para serem queimadas. No território que vivia que agora vêem as cercas como limites de sua liberdade, suas vidas. E assim cada trabalhador carrega pesados fardos, nos árduos serviços enfrentados ou nos mão menos árduos tempos que ficam debaixo de uma barraca de lona. Isto os faz lutar pela terra pela reforma agrária, lutar pelo Brasil.

Perante a insensatez das políticas agrárias e da intelectualidade, a luta terá sempre esta função de agilizar e exigir que ande processo.

E enquanto houver flores rejuvenescendo as matas; homens, mulheres e crianças a caminhar nos varadouros; animais a perambular pela floresta; rios que teimosamente deslocam mata adentro rumo ao mar; há provas suficientes que luta é a essência da vida em todos as formas do “viver”! Mas ainda há tempo para rever caminhos! A luta dos trabalhadores pela “reforma agrária” clama por isto e, o Estado Brasileiro precisa auscultar a este clamor que lhe chama ao retorno de quem o comanda hoje.

Então, temos de continuar a dizer: “mas a luta continua, companheiro”, como dissera “Chicão”, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, ao final de nossa conversa em 1998.

Bibliografia

1. CNS – Conselho Nacional dos seringueiros. **III Encontro Nacional dos Seringueiros** – 26 a 29 de março. Rio Branco: CNS, 1992.
2. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e mst**. São Paulo: Cortez, 2001. (questões de nossa época - 92). 120p.
3. LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211p.
4. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil; As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed., Petropolis: Vozes, 1983. 185p. *
5. _____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
6. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3.edição. São Paulo: Ática, 1990.
7. _____. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Goiânia: CPT, 2003. (mineo).
8. SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 114p.
9. _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 211p.
10. STEDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
11. SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: contexto, 1990. (Repensando a História).

Entrevistas:

1. CHICÃO – Francisco Alves Pereira. Trabalhador seringueiro acreano, Presidente do STR/Brasília na época da entrevista. As transformações recentes

- no Acre. Entrevista concedida a Silvío Simione da Silva, na sede do STR/Brasília em 12 de agosto de 1998.
2. Lupércio Freire. Seringueiro, soldado da borracha, natural do estado do Ceará, que chegou ao Acre em 1943, como “Soldado da borracha”. As transformações recentes no Acre. Entrevista concedida a Silvío Simione da Silva, em setembro de 1998, na residência do entrevistado, na BR-317, km 32, Trecho Brasília – Assis Brasil
 3. Osmarino Amâncio Rodrigues. Sindicalista e militante de movimentos sociais na Amazônia. **Movimentos sociais, organizações coletivas e desenvolvimento sustentável.** Entrevista concedida a Silvío S. da Silva e Rosiane S. de Lima, em Brasília, em 16/11/2002.
 4. Otávio Nogueira. Seringueiro e delegado sindical no PAD Quixadá. Entrevista concedida a Silvío Simione da Silva, em junho de 1998 (Na Sede da AMOPREB, em Brasília AC)
 5. Raimundo Barros. Sindicalista e militante de movimentos sociais na Amazônia. **Movimentos sociais, organizações coletivas e desenvolvimento sustentável.** Entrevista concedida a Silvío Simione da Silva, em 15/10/2002 (Na sede do Partido dos Trabalhadores em Xapuri, AC.).
 6. Sérgio Alécio. Presidente da CAPEB. Entrevista concedida a Silvío Simione da Silva, em maio de 1998 (Na sede da Central em Brasília).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa esclarece ainda que o Senador Marco Maciel, que também solicitou anexação de documentos ao seu pronunciamento, será atendido na forma do Regimento.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, há pouco, quando a Presidência estava sendo exercida ainda pela Senadora Heloísa Helena, fiz uma consulta. Na

oportunidade, S. Ex^a não teve condições de dar-me uma resposta integral a respeito da existência de alguma medida provisória para ser lida. Recebi informações da assessoria no sentido de que a Medida Provisória nº 278 foi deliberada pela Câmara no dia 29 de março e que, até a presente data, não foi lida no plenário do Senado. Pergunto se já chegou a esta Casa e se é do conhecimento de V. Ex^a para a devida leitura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Almeida Lima, atendendo a consulta de V. Ex^a, a Mesa procurou o esclarecimento da Secretaria, que diz estar preparando a medida provisória para trazê-la. Nesse instante, a Mesa fará a leitura.

O art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal diz o seguinte:

Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, quando sujeitos à tramitação urgente (Constituição art. 64, § 1º) e nos casos de apreciação de atos, outorga ou renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão, sons, imagens, etc., conforme a Constituição Federal, art. 223, § 2º, proceder-se-á da seguinte forma – vou ler o inciso I e o último para V. Exª:

Inciso I – O projeto será lido na hora do Expediente e distribuído às Comissões competentes, somente podendo receber emendas na primeira Comissão constante do despacho pelo prazo de cinco dias.

(...)

Inciso VIII – Esgotado o prazo de 45 dias contado do recebimento do projeto sem que se tenha concluída a votação, deverá ele ser incluído em Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre as demais matérias até que se ultime sua votação (Constituição, art. 64, § 2º).

Ao chegar à Mesa, faremos a leitura. Por enquanto, está em fase de preparo na Secretaria, e V. Exª será atendido seguramente porque a matéria, a medida provisória, tem prazo final em 6 de junho. Estamos absolutamente cientes da preocupação de V. Exª e atenderemos no prazo.

A Senadora Fátima Cleide tem a palavra, por até 15 minutos, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, que falará em seguida.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solidarizo-me com o Senador Sibá Machado pela lembrança do dia de hoje, que é o Dia Internacional da Luta pela Reforma Agrária. Solidarizo-me com todos aqueles que lutam por um pedaço de terra neste País, principalmente em relação àqueles que dependem dela para viver, para que chegue o momento em que não precisamos mais ter a luta, porque teremos a reforma agrária de fato.

Sr. Presidente, nesta semana também comemoramos o Dia dos Povos Indígenas. Eu gostaria de fazer uma saudação a dois eventos ligados à pauta indígena, entre os realizados neste mês de abril: o já consagrado Acampamento Terra Livre do Abril Indígena e a Primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada neste País.

O Acampamento Terra Livre, pelo terceiro ano consecutivo, realizou-se em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, como principal evento do Abril Indígena. Nesse evento, o bem-vindo movimento político protagonizado pelos povos indígenas no Brasil reúne, no coração do País, centenas de lideranças desse movimento, num exercício de cidadania e mobilização política, a cada ano mais qualificado.

O que resulta desse grande encontro é material de absoluta relevância não apenas para as comunidades indígenas ali representadas, mas também para a sociedade brasileira, sobretudo para os que temos responsabilidade direta na definição de políticas públicas, na formulação das leis deste País e no exercício da justiça.

Portanto, registro aqui nossa saudação de profundo respeito e gratidão ao movimento autônomo dos povos indígenas, sobretudo pela qualidade de sua crítica e de sua luta, fundamentais ao aprimoramento de nosso processo civilizatório e aos destinos do Brasil.

Nesse sentido, e com as melhores expectativas, saúdo igualmente a realização da Primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e iniciada no último dia 12, em Brasília, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade.

Parabenizo o Governo Federal por essa inédita realização! Parabenizo os povos indígenas por mais essa conquista, embora tardia, realizada no último ano de Governo. Ressalte-se, porém, que é a primeira vez que um Governo se debruça no sentido de, junto com os povos indígenas, construir políticas públicas que digam respeito a essa importante parcela da nossa sociedade. Parabenizo também a sociedade brasileira por esse importante passo em direção ao restaurador encontro consigo mesma.

Sr. Presidente, registro ainda que, durante muitos anos, a assistência à saúde, principalmente na área de prevenção epidemiológica, foi tratada com descaso em nosso País. Conseqüentemente, os servidores da saúde que operam nesse setor sofrem com o mesmo descaso.

Foi para fazer essa discussão que a Assembléia Legislativa de Rondônia realizou, no dia 12 de abril, uma audiência pública, a fim de, junto com o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado e os trabalhadores da Funasa, debater um problema que, infelizmente, não está limitado ao Estado de Rondônia, pois se propaga por todo o Brasil.

Os trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde têm dedicado a vida ao combate permanente de várias doenças, tais como malária, febre amarela, dengue e

outras, utilizando produtos tóxicos para combater vários tipos de insetos, principalmente mosquitos.

A longa exposição a venenos, somada à falta de orientação e equipamentos de proteção individual adequados, gerou uma situação trágica, pois hoje, em todo o Brasil – e, infelizmente, também em Rondônia –, milhares desses valorosos trabalhadores estão contaminados por produtos tóxicos que manipulam em sua atividade profissional.

Em 200 exames feitos para verificar o grau de intoxicação por DDT e Malathiol realizados, recentemente, em servidores da Funasa, em Rondônia, foram constatados 100% de casos positivos, apresentando contaminação superior aos índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde.

Esses servidores estão altamente contaminados: enquanto a tolerância de contaminação é de no máximo 3 miligramas por litro de sangue, eles apresentam um índice que varia de 5 a 18 miligramas.

Entre os sintomas mais notáveis estão fortes tonturas e dores de cabeça, cólicas abdominais, insônia, fraqueza muscular, vômitos, dificuldade respiratória, convulsões, hipertensão e amnésia.

O DDT foi o mais barato pesticida utilizado nas campanhas de saúde – mas também o mais nocivo, sendo o seu uso proibido no Brasil desde 1995. Tem efeito prolongado, move-se facilmente pelo ar, rios e solos, além de ser cumulativo nos seres vivos. No homem, seu metabolismo se dá no fígado, mas gera também agravo nos rins, coração, medula óssea, cérebro e DNA. Está associado a distúrbios no sistema nervoso, hormonal e reprodutivo.

Lamentavelmente, esta situação não está restrita a Rondônia, existindo casos em todo o território nacional.

Gostaria de louvar o trabalho do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na pessoa do seu dirigente, nosso ex-Deputado, Daniel Pereira, que tem procurado, de todas as formas, ajudar os companheiros e companheiras contaminadas em suas atividades laborais.

Ressalto que essa situação foi criada por políticas casuístas, realizadas por governos que só tomavam providências em relação à saúde pública quando o mal já havia se instalado.

O precário controle sobre o combate às epidemias e endemias, além da falta de planejamento, instrução e treinamento para os servidores, resultou em servidores públicos condenados à inatividade, intoxicados por DDT e Malathiol, com graves consequências sociais e econômicas ao País.

Os servidores e servidoras da Funasa reivindicam, junto ao Governo Federal:

- a garantia da realização de exames do nível de intoxicação por DDT e Malathiol em todos os trabalhadores da Funasa/RO que têm ou tiveram contato direto ou indireto com produtos tóxicos;

- o imediato afastamento de suas funções e a entrada em tratamento de saúde de todos os que forem diagnosticados como intoxicados;

- a garantia de indenização de danos materiais e morais a todos os trabalhadores intoxicados;

- e a garantia de aposentadoria especial para todos os trabalhadores da Funasa que atuam ou atuaram ao longo da vida funcional com produtos tóxicos e que possam criar situação de risco a sua saúde.

Essas reivindicações, Sr. Presidente, são pequenas perante o quadro desolador desses trabalhadores e trabalhadoras.

O resgate dessa dívida, resultado da incompetência e negligência de governos anteriores, é parte do resgate da dignidade do serviço público, encaminhado na gestão do Presidente Lula.

Aqui faço um apelo ao Governo Federal para que olhe, com muito carinho, a situação desses brasileiros e brasileiras que muito contribuíram para o combate a epidemias e endemias em nossa Amazônia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei requerimento de solidariedade ao Senador Gilberto Mestrinho, cuja casa, no Rio de Janeiro, foi assaltada hoje de maneira muito cruel: doze homens armados de revólveres e faca no interior da casa, 14 bandidos armados de metralhadora fora da casa. Não sei, ainda, das implicações do assalto, nem como chegaram a detalhes sobre a casa. O fato é que disseram ao ex-Governador do meu Estado e Senador e meu amigo Gilberto Mestrinho que há mais de cinco meses planejavam esse assalto. Chegaram a jogar álcool nos

cabelos da esposa dele, ameaçando tocar fogo caso ela não dissesse onde estavam as jóias. E não havia muito que oferecer ali. O Senador tinha R\$16 mil, com que ele ia pagar contas que tinha naquela cidade. Não tinha mais o que dar. Levaram dois automóveis da casa. Agrediram o Senador, homem que tem brilhante trajetória e merece respeito de todos, sobretudo, pelo seu comportamento sempre correto aqui no Senado. Foi algo realmente revoltante.

Tão logo tomei conhecimento do fato pelo **Bom Dia Brasil**, telefonei a S. Ex^a e me coloquei à sua disposição.

O Senador Gilberto Mestrinho já se mudou da casa. Já não reside lá. Está, provisoriamente, no apartamento de um amigo, evidentemente, traumatizado; a esposa dele está mais traumatizada ainda. Agrediram brutalmente o caseiro e o motorista. O Senador me disse que, ainda assim, amanhã estará aqui para cumprir com seu dever de Presidente da Comissão de Orçamento e seu dever de representante aplicado e correto que é do Estado do Amazonas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa tomou conhecimento do requerimento de V. Ex^a e já o encaminhou.

Nós queremos apresentar nossa solidariedade ao Senador e a todos os brasileiros, porque nós aprendemos com Norberto Bobbio, senador vitalício da Itália, que o mínimo que um governo deve oferecer ao seu povo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores, vejo que a Senadora Heloísa Helena está inscrita e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tomado aqui de surpresa por essa notícia, perguntaria ao Senador Arthur Virgílio se acata a idéia de nós também subscrevermos o requerimento e dizer da nossa solidariedade ao Senador Gilberto Mestrinho. Realmente, uma notícia como essa nos deixa, no mínimo, abalados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queria registrar que está sobre a mesa, à disposição dos Senadores que, à maneira de V. Ex^a, queiram prestar solidariedade e subscrevê-lo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assim sendo, em nome de toda a nossa Bancada, queremos nos solidarizar com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, lembrando

que V. Ex^a está inscrito logo após a Senadora Heloísa Helena. Depois, está o Senador Garibaldi.

A Senadora Heloísa Helena está inscrita, e o País aguarda, com muita ansiedade, o seu pronunciamento.

SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro. O Senador Arthur Virgílio solicita uma permuta comigo. Não há problema. Só quero a garantia de que V. Ex^a estará presidindo os trabalhos na hora em que eu for falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Presidir eu não garanto, mas ouvir, aplaudir, torcer...

SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah! Quero que V. Ex^a garanta a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... para que as suas palavras tenham eco e entrem nos corações dos brasileiros, eu garanto.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do Partido Social Democrático Brasileiro do grandioso Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por dez minutos.

SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou fazer um breve comentário sobre algo que muitas pessoas no Brasil todo solicitam de todos nós, Parlamentares: opinião e concepção a respeito das chamadas políticas compensatórias ou políticas de assistência social, que, de fato, são coisas distintas, mas que acabam sendo visualizadas como se fossem o mesmo objeto. Trata-se das chamadas Bolsas, embora, como sempre bem diz o Senador Cristovam Buarque, o Bolsa-Família nada tenha a ver com a concepção do Bolsa-Escola.

Evidentemente, ao longo da história, especialmente da Esquerda, sempre houve um debate muito especial sobre as chamadas políticas compensatórias e as políticas sociais de caráter universalizante, a própria

tradição da Esquerda ou as experiências do chamado Socialismo Real no Leste Europeu, ou a experiência do **well fair state**, que era o estado de bem-estar social da socialdemocracia européia, acabou criando debates muito especiais em relação a essa questão das políticas universalizantes.

As experiências do chamado socialismo real, de fato, tinham um caráter universal. Entretanto, por mais que tivessem o caráter coletivo e massificador, elas não foram capazes de dar conta das especificidades humanas e de uma hierarquia perversa existente pelas normas estabelecidas na vida em sociedade.

A própria concepção do socialismo real negava – e era errado fazê-lo – as especificidades humanas, Senador Papaléo, e uma hierarquia perversa que existia pelas normas estabelecidas na vida em sociedade.

Se as normas na vida em sociedade impõem uma hierarquia perversa entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, não é justo que não se estabeleça, por meio das políticas sociais, o princípio da equidade. Ou seja, o caráter das chamadas políticas afirmativas que tentam compensar aquilo que a sociedade trata de forma diferente.

Então, todo o aspecto de massificação das políticas sociais não deu conta de algo que era absolutamente necessário fazer. E é um erro o que a esquerda socialista e democrática buscou, por meio das políticas sociais, aperfeiçoar. Do mesmo jeito, a chamada política do bem-estar social, o *welfare state*, sem dúvida, foi uma das experiências, ainda no âmbito da experiência capitalista, mesmo que estivesse sob a égide da social democracia, foi um mecanismo de tentativa de universalização das políticas sociais que acabou, de alguma forma, sendo liquidado pela concepção do Estado neoliberal.

A política econômica neoliberal – sabemos todos nós – é aquela que, ao privilegiar o capital financeiro, acaba condenando a sociedade a duas alternativas. Uma delas é o aumento da carga tributária. Aumentando-se a carga tributária, desestruturam-se parques produtivos, destroem-se milhões de postos de trabalho. Pelo próprio desemprego, acaba aumentando a desestabilização econômica. Ao fazê-lo, criam-se problemas também para a própria economia, que busca outro sentido para manter essa política econômica: diminuir as despesas sociais, ou seja, diminuir os investimentos sociais. Para manter-se essa política econômica, aumenta-se a carga tributária. O setor empresarial, para manter sua faixa de lucro, ou repassa

o aumento da carga tributária para as mercadorias, combatendo o já combatido orçamento doméstico das populações, especialmente do assalariado ou da população mais pobre, ou acaba desempregando. Como isso tem uma repercussão no mundo econômico e até maior no Congresso Nacional, essa medida acaba tendo um certo horizonte, um certo patamar que não se pode superar. E o que o Estado brasileiro faz? Diminui os investimentos em políticas sociais. Ao diminuir os investimentos em políticas sociais – saúde, educação, assistência social –, o Estado brasileiro passa a utilizar o velho discurso, que supostamente poderia ter um caráter vinculado à benemerência, à caridade, mas, de fato, é o velho comportamento clientelista, demagógico, vinculado à vigarice eleitora das chamadas políticas focalizadas. Ou seja, as atuais políticas de assistência social, que não são políticas de assistência social, e sim políticas assistencialistas, acabam servindo; são importantes para a população mais pobre.

É evidente que não se pode esperar nem a revolução socialista nem a democracia – portanto, a justiça social –, porque a estrutura anatomofisiológica do morador de rua, do idoso, do deficiente físico ou do pobre da periferia precisa ser mantida. Então, as políticas de assistência social são essenciais no aspecto transitório e não do jeito que é feito.

O que acontece hoje? Do mesmo jeito que os velhos caciques das oligarquias nordestinas se apropriavam da fome e da miséria de um pobre, trocando voto por cesta básica, hoje, a política assistencialista faz a mesma coisa. É a velha política assistencialista, fisiológica, vinculada ao clientelismo eleitoral em que os dirigentes políticos se apropriam da pobreza e da miséria das populações para tomar voto, distribuindo cestas básicas, bolsa-família e outros penduricalhos mais.

Então, é importante deixar claro que essas políticas de assistência social são importantes como elemento transitório e não como elemento de condenação da população pobre a permanecer indefinidamente pobre e miserável para que o Estado brasileiro possa enxergá-la. Ou seja, a menina adolescente tem que engravidar para que o Estado brasileiro a enxergue, a veja e, portanto, disponibilize uma bolsa-família em decorrência do filho que ela precocemente passa a ter.

Isso não é política de assistência social. Isso é a velha reprodução do fisiologismo, do clientelismo demagógico e eleitoral de se apropriar da dor e da

miséria das populações pobres para conseguir voto nas eleições.

Portanto, eram esses os registros que eu rapidamente gostaria de fazer. Voltarei a esse tema amanhã, Presidente, possibilitando que outros oradores façam uso da palavra. E agradeço ao Senador Papaléo Paes, que gentil e generosamente me concedeu o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, ex-Governador do Estado. S. Ex^a dispõe de dez minutos. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas análises consolidam praticamente uma unanimidade entre os estudiosos, entre nós políticos, e conquistam a sociedade; no entanto, não encontram imediata implementação por parte do Estado. Há, assim, um descolamento entre o pensamento da sociedade e a prática governamental.

Repete-se, já faz algum tempo, a cantilena de que os juros reais praticados no Brasil são extorsivos e prejudicam o crescimento da economia, que a nossa carga tributária sufoca a produção e que os gastos governamentais precisam ser contidos para que o Estado possa investir mais em infra-estrutura.

Sr. Presidente, o próprio Vice-Presidente da República é o primeiro a defender essa tese. Toda vez em que se anuncia que os juros vão descer, S. Ex^a faz um apelo para que eles tenham uma queda significativa, e isso não acontece.

Os juros, apesar de estarem paulatinamente decrescendo, ainda estão em um patamar acima dos 11% de taxa real, o que nos confere o nada almejado título de detentores das maiores taxas de juros reais do mundo. Esses juros reais alimentam, Sr. Presidente, parte da nossa dívida, atraem capital especulativo que encontra boa remuneração aqui e submete o real a uma valorização artificial que prejudica as nossas exportações.

Não sou economista, não tenho maiores conhecimentos sobre a matéria, mas gostaria de dizer que é uma questão lógica constatar que uma taxa de juros 5% superior à do segundo país com a maior taxa faz de nós um exemplo bizarro no mercado global.

Essa equação precisa ser resolvida com responsabilidade e com o senso de que não podemos retroceder naquilo que conquistamos com tanto esforço, porém sem o medo excessivo que nos prenda a uma infinita armadilha.

A questão tributária é outro nó que precisamos desatar, Sr. Presidente, pois desalenta a qualquer brasileiro verificar que, por exemplo, a reforma tributária, tão esperada, tornou-se uma reforma tributária presa e refém do Governo. O Governo votou o que queria na reforma tributária e deixou de lado, deixou para trás aquilo que beneficiava a própria sociedade, aquilo que se cantava em prosa e verso que iria ser a grande solução para o problema, que era a redução dos impostos, toda aquela parafernália que hoje significa lidar com a questão tributária no País.

Não existe aqui entre nós uma só voz que defenda o aumento da carga tributária. No entanto, não construímos as condições necessárias para que esse movimento seja inverso. Parece existir um enorme ralo, no qual a sociedade, a iniciativa privada deposita parte do seu trabalho, do seu empreendedorismo, das suas economias, não constatando, infelizmente, o retorno necessário.

Soa até irônico notar que os outros países de elevada carga tributária são aqueles que optaram pelo Estado de bem-estar social, no qual a sociedade contribui com uma elevada carga tributária, porém, em contrapartida, recebe os melhores serviços por parte do Estado. Não vamos nos ater sobre o esgotamento desse sistema, fruto do envelhecimento da população, o que ocasionou uma grande pressão nas contas previdenciárias, e do aumento dos gastos públicos. O que é interessante constatar, entretanto, é que nem ao menos fazemos o “dever de casa” que é prestar, como Estado, os serviços compatíveis com a nossa elevada carga tributária.

Todas essas questões passam, inevitavelmente, pela contenção dos gastos públicos. Entenda-se como gastos o custo de atividades-meio, papel, xerox, cafezinho, energia, manutenção de prédios públicos e outros tantos encargos que devem ter um custo menor para que cada vez mais se possa investir em educação, saúde e infra-estrutura. Fazemos, já há algum tempo, um enorme esforço para obtermos um superávit primário de nossas contas públicas. Existe nessa discussão um falso dilema entre a construção desse superávit e o necessário incremento dos nossos investimentos. Ora, o superávit é importante, mas não a partir do completo desrespeito às leis orçamentárias. E que leis orçamentárias são essas se o Orçamento ainda não foi votado,

Senador Mão Santa? Estamos no dia 17 de abril e não temos a aprovação do nosso Orçamento.

Insere-se também nessa discussão do superávit a questão das taxas de juros que remuneram parte dessa dívida, “tirando com uma mão o que o Governo conseguiu com a outra”. Constatamos que tudo está interligado: taxa de juros alta, carga tributária elevada, gastos públicos exorbitantes, tudo contribuindo para o baixo crescimento do nosso PIB.

Estamos em um ano eleitoral, no qual essas questões precisam ser discutidas com serenidade e profundidade, independentemente de quem será o próximo Presidente. Deveríamos garantir, isto sim, um programa mínimo, um pacto para que essas importantes questões encontrem um melhor equacionamento e encontremos a nossa real vocação como Nação.

Sr. Presidente, essas questões que são tão vitais não encontram a ressonância que deveriam junto aos candidatos à Presidência da República. Apesar de sabermos que o eleitor hoje vai às urnas levado pela questão econômica, não é ela, a questão econômica e social, que está levando os candidatos a construir um início de debate nessa direção e voltado para essas responsabilidades.

Com essas palavras, Sr. Presidente, fazemos votos de que se possa debater tudo isso que confesso que abordei de forma superficial, mas que eu gostaria de ver aprofundado, todo esse debate econômico, tudo isso sobre o que falei e que a Nação espera seja uma das grandes motivações do debate eleitoral que virá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, ex-Governador do Estado e ex-Presidente do Senado Federal.

V. Ex^a tem dez minutos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr. Presidente João Alberto Souza, eminente amigo que espero em Deus que seja reeleito, para o bem do Senado, a **Folha de S. Paulo** de ontem fez um editorial que seria injustificável não comentarmos e, ao mesmo tempo, pedirmos sua transcrição. Tem como título “Lula com a palavra”. Diz o texto: “Formação de quadrilha. Corrupção ativa e passiva. Lavagem de dinheiro e peculato. No âmago do Governo Lula, formou-se uma organização criminosa com

vistas a manter-se no poder”. E por aí vai no mesmo ponto até chegar ao final.

As revistas da semana, todas elas, sem exceção, comentam o descalabro do Governo Lula e do seu Partido, o PT.

O Procurador-Geral da República, em nota que somente faz engrandecê-lo aos olhos dos homens de bem do Brasil, condena quarenta amigos íntimos do Presidente da República. Demonstra claramente que todos eles fazem parte de uma quadrilha criminosa.

Respeito a gentileza do Procurador, mas não tenho obrigação de ser gentil. O Procurador andou certo, mas faltou alguém entre os quarenta. Não vou dizer o Ali Babá porque todos os jornais o disseram. Não quero ficar repetindo; gosto de ser mais original. Mas todos os jornais chamaram a atenção para o fato de que é Ali Babá e os quarenta ladrões.

É triste para este País, é triste para o Brasil, é triste principalmente para o operariado brasileiro, que deu raízes e permitiu a chegada ao poder de um homem sem condições morais para tanto. É triste! Eu não me vanglorio disso, Sr. Presidente. Acredito que é caso de tristeza, embora seja também caso de **impeachment**. Por muito menos, por um Fiat Elba, Collor foi posto para fora.

Agora, os “mensalões” representam milhares e milhares de Fiats Elba. E o País, como que anestesiado pela propaganda escandalosa do DIP, ainda não reagiu, essa é a verdade, como deveria, para a expulsão do Presidente do Palácio. Prego a votação nas urnas, é bem melhor, é menos traumático, mas caso para **impeachment** já é.

Venho, portanto, Sr. Presidente, dizer que quando pregava o Orçamento impositivo via que o País precisa disso, e já prego desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000. Não se fez o Orçamento impositivo. Hoje, nem autorizativo é. É o Orçamento das medidas provisórias deste Presidente que não preza a Constituição.

Ainda há pouco, um jovem Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, com tanta propriedade me demonstrou a inconstitucionalidade; inconstitucionalidade que o Senador Arthur Virgílio já declarou que o seu Partido entrará na Justiça, e penso que o meu deve entrar também.

E aqui, na hora de votar esses créditos, pode-se pedir urgência, mas legalidade não se pode votar. É ilegal, e esta Casa, se votar essa ilegalidade, vai compactuar com as misérias que estão sendo feitas, a todo

momento, no Palácio do Planalto, com a audiência e a anuência do próprio Presidente da República.

Já temos como chegar, e dentro de bem pouco chegaremos, ao Okamoto. Vejo o Relator da CPI dos Bingos, esse competente Senador Garibaldi Alves Filho, que já deve ter os elementos, porque, se nós temos, e ele chega sempre antes de nós, já tem os elementos para tanto.

Amanhã, teremos Roberto Teixeira, que o financia há muito tempo e que é beneficiado também há muito tempo. E vamos ficar assim, de braços cruzados? Não. Temos que entrar, mesmo que não seja votado a tempo, com o **impeachment**, para mostrar que este Presidente não tem condições morais para dirigir o Brasil, e muito menos para pleitear do seu povo a reeleição.

Já estamos com o nosso caminho traçado. Queremos a vitória do nosso candidato, mas antes queremos o império da lei e da honestidade no Brasil. É com esse império da lei e da honestidade que o Presidente Lula ainda hoje afronta o País. Depois de editar essas medidas provisórias, afronta o País. E quer abrir uma luta contra o Congresso, quer liberar R\$28 bilhões antes do Orçamento aprovado. Isso é um detalhe.

Hoje ele disse, são palavras de Lula – o Senador Marco Maciel gosta muito de dizer aspas, e, neste caso, eu tenho que dizer aspas:

A gente deu um sinal agora que nós vamos administrar o país, independente de qualquer coisa. (...) Foi para isso que nós fomos eleitos; por isso fizemos a medida provisória. (...) Nós vamos tomar as medidas que precisavam ser tomadas.

Ele só faltou dizer: “Fomos eleitos para roubar, fomos eleitos para saltar os cofres públicos. Não eu sozinho, mas a minha quadrilha”.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, ele revela despreço pela nossa Constituição, despreço pelo Congresso Nacional, e a vontade, que ele não pode realizar, até porque é fraco, de governar sozinho. A vontade de governar sozinho e quem sabe até porque, governando sozinho e sem o crivo da imprensa, quem sabe livre do Procurador Antônio Fernando, livre da tribuna que V. Ex^a ocupa

com tanta bravura, se pudesse, ampliaria aquilo a que a **Veja** chamou de quadrilha de 40 para uma quadrilha de 400. Quem sabe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não tenho dúvida de que são muito mais. V. Ex^a tem absoluta razão. Mas tenho a impressão de que esses 40 foram justamente para ficar bem claro que há um Ali Babá. O Ali Babá está ali, e está declarando hoje que vai fazer tudo o que quiser, inclusive continuar roubando.

Venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, com aquela ira sagrada de que nos falava Rui. O povo não aguenta mais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Precisamos chegar, com quaisquer elementos, ao meio do povo pobre para saber que está sendo ludibriado e – mais do que isso –, além de roubado, está pagando o preço de tudo isso.

Ainda hoje, via-se quanto é ínfima o bolsa-família. Até o Presidente Fernando Henrique já disse, na televisão, que o bolsa-família é um assunto criado por Antonio Carlos. Eu criei o combate à pobreza e aqui fui muito combatido. Mas está aí. O combate à pobreza pode permitir o bolsa-família, como permitiu o bolsa-escola. Mas este Governo pensa que compra o eleitor por R\$60,00 e quer aumentar para R\$100,00. Ninguém compra a consciência do povo brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Comprou de muitos importantes Parlamentares com o “mensalão”, mas não comprará do povo brasileiro. O povo brasileiro, Sr. Presidente, estará atento. Atento para votar certo, atento para não permitir a reeleição do Presidente Lula, atento para tirar o Brasil do lamaçal em que se encontra. Infelizmente, os que estão na lama ainda passam pela rua sorrindo e viajam de jatinhos por conta do tanto que roubaram.

Sr. Presidente, minha indignação é esta. Mas não é minha, é da Bahia, é do Brasil.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

LULA COM A PALAVRA

FORMAÇÃO de quadrilha. Corrupção ativa e passiva. Lavagem de dinheiro e peculato. No âmago do governo Lula, formou-se uma organização criminosa com vistas a manter-se no poder.

Não são frases de algum oposicionista enraivecido, e sim do relatório elaborado pelo procurador-geral da República, formalizando denúncia contra os responsáveis pelo mensalão. Entre eles, o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o das Comunicações, Luiz Gushiken, os três principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, o então presidente da Câmara dos Deputados e um ex-diretor do Banco do Brasil.

Só uma quadrilha? Ou mais de uma? Também o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o grupo capitaneado por ele enredam-se numa outra coleção de acusações policiais.

“É forte”, declarou Lula ao saber da denúncia apresentada pela Procuradoria. “É fraca. É fraquíssima”, pode-se dizer dessa declaração. Mais do que nunca, o presidente Lula deve explicações à sociedade brasileira. Desde o início da crise, refugia-se num silêncio calculado, de vez em quando interrompido por esparsas evasivas, contradições flagrantes e vagos desabaços sentimentais.

“Fui traído”, disse ele mais de uma vez. Mas por quem? Lula foi pruden-

te em não citar nome nenhum: muitos ainda não eram do conhecimento público quando a frase foi pronunciada pela primeira vez; a lista, até hoje em aberto, poderia sem dúvida fornecer diversos novos candidatos ao indiciamento criminal.

O presidente não sabia de nada? “O importante”, afirmou numa famosa entrevista em julho de 2005, “não é se você sabia ou não, porque, se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido”.

Na melhor das hipóteses, o escândalo dá agora a esse esfarrapado silogismo o caráter da mais preocupante confissão de descuido e desinteresse pelas atribuições inerentes ao cargo de chefe do Executivo.

Naquela ocasião, Lula recorria apenas ao truque vocabular de referir-se a hipotéticos “erros” cometidos por seu partido: “o PT, se cometeu erros, tem que explicar para a sociedade brasileira que erros cometeu”.

Mais do que erros, entretanto, é o que Lula tem de explicar agora. “Já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT”, prosseguia ele naquela entrevista, sintomaticamente gravada nos jardins de um certo “Museu do Ar”, em Paris. “Depois que eu virei presidente da República, eu não pude mais participar da reunião do diretório do PT”.

Mas participou, ao que tudo consta, de reuniões com ministros perto

dos quais as figuras de um Delúbio Soares e de um Sílvio Pereira assumem o papel de aprendizes, de coadjuvantes, de bodes expiatórios numa farsa monumental.

Farsa de um governo eleito com a bandeira da “ética na política” e que tem, como principal recurso para provar sua inocência, o argumento de que todo o episódio do mensalão se resumiu a um caso de caixa dois — “o que é feito no Brasil sistematicamente”, disse Lula, para corrigir-se meses depois. Trata-se “de prática condenada pela sociedade brasileira”, afirmou finalmente, com tardia convicção. É a mesma convicção com que garantiu, em dezembro passado, que “a CPI vai terminar e eles não vão provar o mensalão”.

Foram essas as certezas, foram essas as considerações do presidente da República ao longo da crise — extraídas a custo dos raros momentos em que se alçou ao dever civil de prestar contas pelo descalabro de seu governo. Nada mais se ouviu do presidente. Exceto o espetáculo da autocongratulação balofa, da banalidade conceitual e da defesa da própria ignorância — que não se resume ao tema de sua falta de instrução formal, mas àquele, muito mais grave, que diz respeito às façanhas de delinquência organizadas em seu círculo mais próximo.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB–AP)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, por permuta com o Senador Almeida Lima. S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para parabenizar minha cidade natal, Bacabal, que comemora 86 anos de existência. Em 17 de abril de 1920, por meio da Lei nº 932, sancionada pelo Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, então Presidente do Estado do Maranhão, Bacabal foi elevada à categoria de vila e, nesse mesmo ano, em 7 de setembro, foi oficialmente instalado o Município.

Bacabal nasceu como sede da fazenda fundada pelo Coronel Lourenço da Silva, em 1876, na hoje praça Nossa Senhora da Conceição. Era região habitada por pequenos produtores de subsistência, inclusive por escravos, e pelos índios guajajara, cujas malocas se localizavam no local do atual bairro Juçaral.

Graças à fertilidade do seu solo e à abundância de água, a produção agrícola foi crescendo constantemente, de tal forma que Bacabal chegou a ocupar o primeiro lugar no Estado do Maranhão na produção agrícola, destacando-se o arroz, o feijão e a mandioca, além do babaçu, principal riqueza natural do Município. A população local ganhou grande incremento graças à imigração dos nordestinos, cansados da seca. A chegada dos nordestinos não só deu impulso à agricultura, mas também dinamizou o comércio local, intensificando o intercâmbio com outros Municípios do Maranhão e com a própria capital São Luís.

Bacabal tem a sorte de situar-se na zona da microrregião do médio Mearim, rio que corta todo o território do Município, navegável por barcos de porte médio, até há pouco tempo a única via de escoamento da produção local. Em suas margens, distendem-se numerosos lagos, perenes e piscosos, verdadeiros mananciais de onde a população ribeirinha tira parte do seu sustento.

Tive a honra de administrar Bacabal, como Prefeito, no período de 01/01/1987 a 15/08/1989. Foi um período que me deu oportunidade de realizar uma experiência ímpar em benefício dos 98.875 habitantes, distribuídos nos 1.609 quilômetros quadrados do Município. Tive a ocasião de conhecer as necessidades

do povo e de aprender e de admirar o trabalho cidadão que o bacabalense realiza, construindo a sua existência e o desenvolvimento da região, graças a um esforço diuturno e incansável, freqüentemente sem receber a recompensa correspondente, mas sempre perseverante, apesar de todas as limitações.

Em Bacabal, fui um menino de rua. Lembro-me da minha infância, das primeiras letras que lá aprendi. Comecei no colégio da Professora Obede. Vi passar pela Prefeitura os Prefeitos Alceu Martins, Zé Abreu, Doca Vale, Frederico Leda, Delu Lago, Dr. Antônio Silva Neto, Sardinha, Manoel Quadros, Dr. Coelho Dias, Dr. Juarez Almeida, Dr. Cazuza, Raimunda Loyola – eu fui Prefeito depois de Raimunda Loyola –, Jurandir Ferro do Lago, Jocimar Alves de Souza e José Vieira. Atualmente, o Prefeito é o Dr. Lisboa.

Criamos, por decreto, quando fui Governador do Estado do Maranhão, o campus da Universidade Estadual do Maranhão em Bacabal. Para lá levamos o melhor aeroporto que há no interior do Estado do Maranhão. Para lá levamos inúmeros colégios, água aos povoados. Eletrificamos quase todos os povoados. Para lá levamos uma praça de esportes chamada Correão, que é o melhor estádio de futebol do interior do Maranhão.

Bacabal é uma cidade que faz história no Maranhão, com uma série de líderes populares. Bacabal já teve vários Deputados, tem uma cultura específica na região do Médio Mearim, o pólo de desenvolvimento número um da região. Lá encontramos as lideranças populares, o Serafim, o Melquíades, Atalge Lago, o Gran Michor, o Pedro Cutrim, o Ramildo Sérgio de Oliveira; os Vereadores Maninho, Clariano, Mônica Loyola, Jonas. E os sindicatos têm uma participação ativa na vida social da cidade: a União Artística Operária Bacabalense, Sindicato dos Arrumadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Fotógrafos, Sindicato da Construção Civil.

Afinal, Bacabal é minha vida. Lá aprendi tudo. De todos os cargos que já exerci no Maranhão – Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador –, considero o cargo de Prefeito de Bacabal aquele que mais me completou.

Orgulho-me e emociono-me ao falar da minha cidade de Bacabal, na qual vendi doces na rua, a cidade dos meus pais humildes, dos meus amigos que, quando chego lá, fazem sempre as festas comigo. Eu procuro, pelo menos uma vez em cada mês, passar por Bacabal. Ali, plantei e colhi.

Tenho um programa de acabar com as casas de palha de lá. Do meu salário de Senador, todo mês, cubro cinco casas com telhas. Penso que assim vou devagar, por vários anos, acabando com as casas de

palha do meu Município. Vou chegando mais perto daqueles mais humildes e mais pobres.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Alberto, V. Ex^a está falando, com tanto amor, na cobertura das casas de palha por telhas que nos faz lembrar de Gonçalves Dias e seu famoso poema, que diz: “Minha terra tem palmeiras onde canta sabiá. As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”. V. Ex^a está como Gonçalves Dias. E mais ainda, como Sêneca, o grande filósofo, ao se referir à cidade dele. Por isso que vou buscá-lo para comparar esse amor de V. Ex^a ao amor de Sêneca pela cidade dele. Ele era grego, mas não era nem da grandiosa Esparta nem de Atenas; era de uma pequena cidade. E ele se referia a ela, dizendo: “Não é uma pequena cidade, é a minha cidade”. Esse é o tamanho do amor de V. Ex^a a Bacabal, o qual levou V. Ex^a, sem dúvida alguma, ao engrandecimento da cidade. Nós a conhecemos pelo nome, mas V. Ex^a representa essa grandeza moral e ética. Eu quero dar o testemunho de que, quando governou o Maranhão, ninguém mais, como V. Ex^a, combateu a criminalidade. V. Ex^a é muito respeitado não só no Maranhão e no Piauí, mas em todo o Brasil, pelo Senador que é. Com tanta razão, é o Presidente de nossa Comissão de Ética.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, pelo aparte, que quero incorporar ao meu pronunciamento.

Digo a V. Ex^a que, em alguns povoados de Bacabal, nas eleições, eu tenho 100% dos votos. Eu saio para a eleição e tenho todos os votos. Aconteceu até um fato interessante: em uma eleição com primeiro e segundo turno, um adversário foi à imprensa dizer que houve fraude porque eu havia obtido 100% dos votos. No segundo turno, ele colocou um advogado lá, e foi o único voto que teve. Eu tive, novamente, os 100% dos votos, com advogado presente, para mostrar o amor que aquele povo tem por mim e que eu tenho pelo povo de Bacabal.

Aqui eu quero louvar e enaltecer o povo trabalhador de Bacabal, em cuja esperança se encontra a certeza de um Município destinado a progredir sempre, mas para conforto e bem-estar do seu povo, para o próprio desenvolvimento e para a grandeza do Estado do Maranhão.

Parabéns, Bacabal!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Pela lista de oradores inscritos, fará uso da palavra o Senador Valdir Raupp, que terá...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, por cinco minutos, com tolerância de dois minutos, pela Liderança do PFL. Após o Senador José Agripino, fará uso da palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prometo ser breve. Preciso esclarecer um assunto que está me preocupando e que foi objeto de muitas indagações por parte da imprensa na tarde de hoje e pela Liderança do PFL: a posição do Partido com relação à votação do Orçamento.

Senadora Heloísa Helena, o Governo, que se diz republicano da boca pra fora, age truculentamente eu tive a oportunidade, desta mesma tribuna, de falar várias vezes sobre o que acontece com os Estados governados pelo meu Partido. Pena que o Senador Tião Viana não esteja presente. Eu queria que o Estado de Sergipe fosse tratado como o Estado do Acre. Bastaria isso para que nós votássemos o Orçamento amanhã. Eu queria que os pleitos do Estado da Bahia merecessem o mesmo tratamento dos pleitos de um Estado governado por alguém da base aliada. Bastaria isso. O Governo não se diz republicano? O Governo não se gaba de ser republicano, com oportunidades iguais para todo mundo? Bastaria que acontecesse isso.

Em vez disso, estabeleceu-se o impasse, por culpa do Governo, na votação do Orçamento, e o Governo, de forma autoritária – e, na minha opinião, inconstitucional –, editou medida provisória. Aliás, várias. Editou já a primeira, a segunda, e agora anuncia a terceira, em volume de recursos muito maior, medida provisória que propõe a execução do próprio Orçamento, contrariando dispositivo constitucional que diz “é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais...”, e por aí vai.

O Governo apresenta medida provisória no valor de R\$1,8 bilhão – creio que essa foi uma delas –, para fazer face a despesas absolutamente urgentes, diz o Governo.

Senador Arthur Virgílio, sabe quais são as despesas urgentes? Duzentos e dez milhões de reais para o Comando da Aeronáutica para aquisição de aero-

nave eu só espero que não seja o segundo aerolula; ademais, a compra de uma aeronave ou de aeronaves, na minha opinião, não constitui urgência urgentíssima que justifique a edição de medida provisória; R\$75.994.000,00 para o IBGE, para realização de censos; R\$116.964.480,00 para o Ministério da Previdência Social, para o programa de cadastramento de beneficiários – que deveria ter sido feita já há muito tempo; R\$19 milhões para a Agência Espacial Brasileira, para formação de astronautas esse é um mimo do Presidente, que passou a semana passada num bate-papo com o astronauta brasileiro, aliás,...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...um passageiro da nave que pagou uma passagem de US\$30 milhões somente para ir à Lua e bater um papo com o Presidente Lula, que se ocupou em conversar com o astronauta em vez de dar explicações ao Brasil, que esperava uma palavra dele sobre o que ia fazer com o caso de Palocci, com o caso de Mattoso, com a posição do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Ele não deu uma palavra sobre isso.

Ouçô, com prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Presidente Lula, Sr. Senador, é isto: no campeonato do Santos, ele vai lá para comemorar, apesar de ser corintiano. Quanto ao astronauta, Roberto Pompeu de Toledo disse muito bem: quem foi para o espaço não foi o astronauta Pontes, foram trezentos doutores em ciência que poderiam ter sido formados com esses US\$10 milhões no Brasil, ou cento e cinquenta formados no exterior. Esses é que foram para o espaço verdadeiramente. Em relação às futilidades que V. Ex^a detectou na medida provisória “jumbinho” e na “jumbão”, quando e se saírem, vamos juntos ao Supremo, o seu Partido e o meu, contestar-lhes a constitucionalidade. Temos ainda que lá estão embutidos recursos para a propaganda de empresas estatais. Não sei o que é tão relevante propagar. Mais propaganda de um Governo que não realiza e, ainda mais, passando por cima da autoridade do Congresso. É isso que está em jogo. Eles acham que é possível, por medida provisória, passar por cima da autoridade do Congresso em matéria orçamentária, ou seja, é praticamente uma proposta canhestra, medíocre, antidemocrática de fechar o Congresso, já que não tem nada mais importante, na prática congressual da nossa tradição parlamentar ocidental, nada mais relevante do que votar a peça orçamentária. Então, temos realmente de colocar esse Governo na ordem, primeiro, indo ao Supremo; segundo, denunciando da tribuna; terceiro, quando e se essas MPs chegarem ao Senado, fazer aquilo para o que temos maioria e ca-

ráter para fazer: devolvê-las, derrotando a pretensão ditatorial do Governo Lula.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte do Senador Arthur Virgílio, sempre consoante com a linha que, juntos, levamos a efeito neste Congresso.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que a última pérola da primeira MP, no valor de R\$1,8 bilhão, editada pelo Governo, Senador Arthur Virgílio, é a destinação de R\$36.758.515,00 à publicidade da Presidência da República. Ou seja, eles descumprem a Constituição, editam medida provisória para execução do Orçamento, agredem a Constituição, e para gastar com publicidade, como se isso tivesse urgência urgentíssima de interesse nacional.

Para o Presidente Lula, é evidente que essa é uma matéria urgente urgentíssima, porque esse Governo é um governo movido a publicidade.

Só há um detalhe, Senador Mão Santa, digno Presidente: é que existem leis neste País, e existe a Oposição, que é vigilante e que vai impetrar uma Adin no Supremo Tribunal Federal. Ela já está sendo ultimada pelas consultorias jurídicas do PFL e do PSDB, e daremos entrada no Supremo Tribunal Federal com uma razão só. Entendemos, Sr. Presidente, que o Orçamento é a peça mais importante do Congresso. O Governo não teve capacidade política de negociar com o Congresso. Tem votos para derrotar o processo de cassação dos seus Deputados do PT, mas não tem votos para negociar ou para aprovar o Orçamento, que é a peça mais importante do Congresso Nacional. E quer a ajuda da Oposição; a Oposição que é tratada com discriminação; a Oposição que tem governos de Estados como o de Sergipe, que pleiteia um contrato – sobre esse assunto já falei muitas vezes – que é aprovado pelo BNDES, mas, na hora de se liberarem os recursos – não dados, emprestados, como se empresta a qualquer outro Estado da Nação, por razões, suponho, políticas, é subtraído ao Estado de Sergipe, porque ele é governado pelo PFL, o direito de tomar o dinheiro emprestado para construir uma ponte que vai beneficiar o povo sergipano.

Legítima defesa. O PFL reage, se insurge. E vai entrar, sim, senhor, ao lado do PSDB, com uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo, por entender que Orçamento não pode ser operado por medida provisória. O Governo que se mova, que pratique o entendimento entre Governo e Oposição, que pratique a negociação política, que aja republicaneamente, que não discrimine os Estados, que faça o entendimento, como já foi feito com os Estados, sobre a Lei Kandir, mas que pare com a perseguição a Estados governados por partidos da Oposição. Aí nós

nos entenderemos; e votaremos por consenso a peça orçamentária, que já foi discutida à exaustão e que, no nosso entendimento, já pode ser aprovada, desde que, repito, o Governo aja republicaneamente. Do contrário, em legítima defesa, nós vamos defender os interesses daqueles que são, por perseguição política, atingidos e prejudicados.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que tomaremos essa posição. Quero dizer também que o meu Partido estranha muitíssimo – e adverte desde já – que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – deste ano, diferentemente do ano passado, o Governo tenha retirado aquilo que ele tomou a iniciativa de colocar na LDO, isto é, os índices que limitam os gastos públicos e que limitam a carga tributária, a mesma carga tributária a que o Governo se referiu, dizendo que, quando ficasse claramente demonstrado que a carga tributária havia subido, tomaria a iniciativa de baixar impostos. Ficou demonstrado claramente que, entre 2004 e 2005, cresceu praticamente 1% a carga tributária dos impostos federais do Brasil. Entretanto, o Governo, gostosamente, continua a propor aumentos de impostos, como os que acabaram de acontecer na taxação das empresas submetidas ao regime do Simples. Tanto subtraíram na LDO o limite de 17% para os gastos públicos como 16% para a carga tributária, e sei por quê. É porque estamos em ano eleitoral e a ganância está em curso. Para fazer face à ganância do Governo, eles têm um remédio só: sobrecarga de impostos sobre o contribuinte brasileiro. Vão encontrar o PFL pela frente, que já identificou a presepada feita pelo Governo na LDO deste ano. Está o PFL ciente da intenção do Governo e tomará as providências na hora certa. Nós estaremos ao lado do contribuinte contra a ganância e contra a sanha arrecadadora de impostos praticada permanentemente pelo Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao ilustre representante do Estado de Rondônia, do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, nobre Presidente, Senador Mão Santa do Estado do Piauí, do nosso PMDB querido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar do estado lamentável de nossas rodovias. Agora, parece que isso se generalizou no Estado de Rondônia, pois tanto as BRs, nossas rodovias federais, quanto as nossas rodovias estaduais e as municipais, estão intransitáveis devido à deficiência de algumas das Prefeituras, que, nesse período chuvoso, não têm condições de fazer a manutenção dessas rodovias.

Nós não podemos admitir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo Federal e o Governo Estadual, que dispõem de orçamento mais robusto para essa área, deixem as rodovias ficarem nessas condições. Na semana passada, o Senador Amir Lando, também de nosso Partido, de Rondônia, que é pré-candidato ao Governo do Estado, se manifestou desta tribuna a respeito de nossas rodovias.

Trago este lamento do povo de Rondônia ao Congresso Nacional. E começaria aqui citando nossas rodovias federais, que tanto tenho defendido, não só neste plenário, como nas Comissões, inclusive na Comissão de Orçamento, para alocar recursos. Muitas vezes deixamos de destinar recursos para outras áreas importantes do Estado, para reforçar o Orçamento do Governo Federal com recursos destinados a essas BRs.

Cito a BR-364, espinha dorsal do nosso Estado, que corta Rondônia de ponta a ponta, vai da divisa do Mato Grosso, leva o corredor de soja até o porto de Porto Velho, vai ao Estado do Acre, à Zona Franca de Manaus, e também para a divisa da Bolívia, Guajará-Mirim, área de livre comércio, que passa pela nossa BR-421, um ramal da BR-364. Essa BR ainda se encontra em situação difícil...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Daqui a pouco lhe concederei o aparte, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Na semana passada, percorri o Estado, junto com a Deputada Marinha Raupp, minha esposa. Andamos inclusive à noite, o que é um risco iminente. Na BR-364, havia caminhões tombados, carros batidos, carros com pneus estourados em virtude de tantos buracos.

Cobrei pessoalmente do Dr. Mauro Barbosa, Diretor-Geral do DNIT, homem bom, que entrou com muita vontade de trabalhar. Vou dar o desconto pelo pouco tempo que ele está à frente do DNIT nacional. Espero que ele, com sua capacidade, agilize, acelere, a recuperação de nossas BRs. A Bancada federal não tem se furtado a colocar dinheiro para esse fim. Recentemente a Deputada Marinha Raupp colocou uma emenda de R\$ 20 milhões para a BR-429, rodovia importante do Estado, que hoje está intransitável. Faz quatro ou cinco dias que não entra combustível, não entram gêneros alimentícios nem gás em São Francisco, Seringueiras e Costa Marques. Há dificuldade também para abastecer São Miguel do Guaporé.

Não é diferente a situação da BR-421, que liga Ariquemes a Monte Negro, Campo Novo, Buritis, que foi estadualizada. O Governo do Estado já recebeu mais de R\$ 40 milhões da Cide, fundo que o Congresso

Nacional aprovou, destinando parte desses recursos aos Estados. Mesmo assim, o Governo do Estado tem criticado o Governo Federal e a Bancada federal, dizendo que ela não leva recursos para Rondônia. Hoje, não somente a BR-421, que está estadualizada, em função dos recursos da Cide que o Governo do Estado recebe, mas também as demais rodovias estaduais estão em estado lastimável.

Eu e os demais membros da Bancada temos percorrido semanalmente o Estado de Rondônia e constatado que as rodovias do Estado estão intrafegáveis. Há atoleiros por todo lado. Atolamos carros, tivemos de fazer desvios, tendo de cancelar agenda. Nós não temos helicóptero, como o Governador tem, para ir jogar futebol e distribuir meia dúzia de sacos de semente nos Municípios de Rondônia. A Bancada federal não tem helicóptero, Sr. Presidente; por isso precisa andar de carro. Quando as estradas não dão condições, nós cancelamos a agenda porque não conseguimos percorrer o Estado.

Então, eu queria que o Governador do Estado, em vez de ficar criticando a Bancada federal e dizendo que ela não leva recursos para Rondônia – o que não é verdade; é mentira –, ajudasse a cuidar pelo menos das rodovias estaduais. O Governador, que tem feito muita propaganda, tem feito muita mídia, apenas concluiu alguns trechos de pavimentação deixados pelo meu Governo e pelo Governo do Branco. Ele se vangloria no Estado, dizendo que é o Governador das estradas, que gasta milhões e milhões todos os anos nessas rodovias, mas elas estão também intrafegáveis.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, do nosso PMDB do Rio Grande do Norte.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Valdir Raupp, desejo apenas fazer uma pergunta a V. Ex^a sobre a operação tapa-buracos: ela não chegou a Rondônia?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A sua pergunta veio a calhar com este pronunciamento. Fiquei muito triste quando Rondônia não entrou nessa operação, ou melhor, entrou e depois foi retirado porque as BRs tinham contrato.

Prontamente, fui ao DNIT, e o Dr. Mauro me explicou, por “a” mais “b”, que as BRs de Rondônia já tinham contratos, um tal de Crema, de Pato. Enfim, as BRs de Rondônia não entraram na operação tapa-buraco porque tinham esses contratos. Pedi que agilisassem os contratos e dessem ordem de serviço, imediatamente, para que as empresas cumprissem o contrato e tornassem nossa BRs trafegáveis. Infelizmente, Rondônia não entrou nessa operação porque havia esses contratos. Lamento porque os contratados não estão

dando conta de conservar. A BR-429, a que me referi e que está interditada, tem um contrato segundo o qual a empresa teria de dar condições de tráfego, mesmo no período chuvoso, mas isso não está acontecendo. A empresa saiu do trecho, e o Governo entrou porque, em virtude de algumas emendas, o Governo teria de trabalhar. No período de chuva, as empresas saem porque não querem ficar gastando, muitas vezes, o lucro da obra. Caem fora e deixam a população jogada à própria sorte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cito o trabalho da Bancada, que colocou recursos nas BR-364, na BR-425, na BR-429, como já me referi à emenda da Deputada Marinha Raupp. Anteriormente, a Bancada federal já tinha colocado dinheiro na BR-174. O Deputado Natan, do PMDB, da Bancada de Rondônia, junto com os Parlamntes do Mato Grosso, colocaram recursos também, este ano, nesta BR, parece que mais de R\$ 10 milhões. É uma BR que corta a cidade de Vilhena até a cidade de Ijuína, no Mato Grosso. Enfim, as BRs federais têm recursos, mas eles não estão sendo suficientes para resolver esse problema.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu falava do Governo do Estado, que tem investido milhões e milhões de reais todos os anos, e nem por isso as BRs estaduais estão recuperadas. Temos que ver o que está acontecendo também com esse dinheiro do Governo do Estado.

A carga tributária do Estado de Rondônia, no atual Governo, aumentou em mais de 60%. Os comerciantes estão literalmente quebrando. O desemprego já é sentido em larga escala no Estado de Rondônia.

Faço aqui este apelo também ao Governo do Estado para que ele flexibilize, diminua essa carga tributária no Estado de Rondônia, a fim de que os nossos comerciantes não venham a quebrar mais do que estão quebrando, para que o desemprego não venha a aumentar mais do que está aumentando. Com essa carga tributária aumentada em 60%, o Estado hoje arrecada em torno de R\$270 milhões a R\$280 milhões por mês. Acho que está na hora de o Governo pensar um pouco mais na galinha dos ovos de ouro e não em matá-la, que é a indústria e o comércio do nosso Estado.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras, encerrando aqui com um apelo mais forte ainda: que tanto o Governo Federal quanto o Governo do Estado possam investir um pouco mais nas nossas BRs, porque é por elas que é transportada toda a nossa produção, tanto do Mato Grosso quanto de Rondônia, que vai do Sudeste do País para a Zona Franca de Manaus, para o Estado de Rondônia, para o Estado do Acre. Sem essas rodovias, sejam elas federais ou estaduais, não teremos como nos desenvolver.

É por isso que faço aqui este apelo, mais uma vez, tanto ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes, ao Dnit, quanto ao Governo do Estado, para que pare um pouco de jogar futebol, gastando dinheiro com horas caras de helicóptero – cujo custo é de R\$2,8 mil a hora – muitas vezes para jogar futebol no Município. Ele pode andar nas rodovias federais e estaduais, mas anda de helicóptero.

Recentemente, ele falou que a Bancada federal virou “bancada de Copa do Mundo” – não é verdade –, que só passa em Rondônia de quatro em quatro anos. Mas isso não é verdade. Temos ido lá quase que semanalmente, em quase todos os finais de semana. É claro que, no meio da semana, temos de estar aqui trabalhando nas Comissões, no Plenário, enfim, na Comissão de Orçamento, para levar os recursos e aprovar o Orçamento Geral da União, que, infelizmente, não foi aprovado até agora. Esperamos que esta semana o Orçamento seja aprovado, para que comecemos a executá-lo este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi votada uma moção de pesar pelo falecimento do grande jurista Miguel Reale. Ele me honrava com a sua amizade de muito e muito tempo. Conheci-o através do Dr. Leitão de Abreu, e foi um dos vultos mais interessantes e o maior dos últimos tempos na Filosofia do Direito.

Esse homem merece realmente a unanimidade desta Casa e do Brasil, porque ele ajudou muito na redação do Código Civil, ajudou muito o Professor Josaphat Marinho, que era o Relator que designei. E, mais do que isso, o Ministro Moreira Alves ajudou também. Ele redigiu alguns artigos, dizendo que, graças à minha pertinácia, o Brasil tinha o Código Civil, que encontrei aqui parado – sem votar – há mais de quinze anos. Nós estávamos vivendo o Código Civil de 1915. Fizemos esse Código graças também a Miguel Reale.

Como ele exaltou algumas vezes a minha figura nesse trabalho, eu me sentiria muito mal se, nesta hora, não trouxesse o meu pesar, o pesar de todo o Brasil, de todos os juristas, de todos os Parlamentares, porque temos o Código Civil graças a Miguel Reale.

Miguel Reale foi reitor, membro da Academia Brasileira de Letras e não aceitou o convite para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. Talvez tenha sido uma pena, porque jurista maior que ele o Brasil não tem há muito tempo.

Fica o seu filho Miguel Reale Júnior para honrar a tradição, a quem me dirijo, neste instante, e à sua família, levando meu profundo pesar pelo falecimento desse grande e notável jurista brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou autor de, pelo menos, um dos requerimentos que manifestam pesar pelo falecimento do jurista Miguel Reale.

Fui colega de Ministério, no governo passado, do seu filho, jurista igualmente brilhante, Miguel Reale Júnior, e ressalto alguns pontos da vida do imortal Professor Miguel Reale. Por exemplo, o fato de ter sido ele Reitor da Universidade de São Paulo quando começava a vigor o Ato Institucional nº 5, tendo se portado com equilíbrio, como alguém que conhecia todo o quadro ditatorial a sua volta, mas que sabia, como ninguém, defender as prerrogativas da reitoria que exercia e a autonomia da universidade que representava.

Se eu tivesse que compará-lo com outros vultos da ciência jurídica brasileira, o faria trazendo à baila nomes como Pontes de Miranda, Clóvis Bevilacqua, nomes desse porte, nomes desse jaez, figuras e vultos dessa magnitude.

Portanto, Sr. Presidente, na hora em que se discute requerimentos – e pelo menos um deles é de minha autoria –, homenageando o Ministro Miguel Reale, transmito aqui o mais afetuoso e mais caloroso abraço a toda família Reale, na pessoa de seu filho, Miguel Reale Júnior, dizendo algo que, sem dúvida, não servirá de consolo – acabei, eu próprio, de perder a minha mãe há tão pouco tempo. Não serve de consolo, mas certas figuras são mesmo imortais, seja pelo que realizaram por todos, seja pelo que realizaram por alguns. Minha mãe, pelo que realizou por poucos; e Miguel Reale, pelo que conseguiu realizar por tantos neste País. Mas que é imortal, é imortal. E o Brasil vai, a partir de agora, saber saudá-lo e saber reverenciá-lo pelo muito que representou no panorama intelectual de nossa Pátria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, pela ordem, ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, não poderia deixar de registrar este momento em que o Senado Federal se propõe a realizar uma sessão solene em memória deste que é o mestre de todos nós, o Professor, como ele gostava de ser chamado, Miguel Reale.

Não há dúvidas de que ele é um imortal. Imortalizou-se nas letras e na Academia Brasileira de Letras, mas imortalizou-se, sobretudo, no Direito e no exemplo, na docilidade, no homem sempre aberto ao diálogo. Essa figura exponencial das letras jurídicas era uma figura humana amável, era o professor sempre aberto a ouvir e dirimir dúvidas dos alunos, e esses alunos poderíamos ser nós ou aqueles que freqüentavam os bancos das salas de aula.

Tive a oportunidade, por algumas vezes, de encontrar o Professor Miguel Reale e, com ele, poder aurrir um pouco mais da sua sabedoria, do conhecimento, da experiência, da visão do mundo, essa visão cósmica voltada para o humanismo, e sobretudo pelo que ele deixou de inovação nas letras jurídicas: a teoria tridimensional do Direito, festejada hoje no mundo inteiro. Foi um avanço, que o cérebro, a acuidade e a sabedoria de Miguel Reale pôde acrescentar no campo do Direito.

Por isso, o mestre, a pessoa humana, o pai de família, essa figura certamente passou de um ponto para outro, não se sabe de que sítio realmente se trata, mas, como diria Shakespeare, sítio do qual ninguém jamais voltou. E, com absoluta certeza, ele vive entre nós, porque o que ensinou, o que gravou, o que escreveu é um pouco de arte, e a arte tem o elo da imortalidade. A arte, seja das letras jurídicas, seja de qualquer setor da manifestação humana, tem o germe da imortalidade. Portanto, Miguel Reale vive – vive pelas suas lições, vive pelo que ensinou, vive por aquilo que viveu como exemplo e, sobretudo, vive pelo respeito.

É por isso que devemos realmente festejá-lo, porque o povo deve festejar seus heróis, deve honrar aqueles que contribuíram para o engrandecimento do conhecimento, porque é exatamente esse conhecimento que faz o mundo ser maior. Com Miguel Reale, o mundo ganhou um espaço maior. O mundo foi maior depois do pensamento, das idéias e da contribuição de Miguel Reale. É por isso que essa homenagem é justa.

Quero me associar a este momento e aproveitar o ensejo para apresentar as minhas condolências à família, na pessoa daquele que também é professor, uma outra figura respeitável, uma figura humana maior no sentido de que tem uma visão cósmica também muito parecida com a do pai: Miguel Reale Júnior. Ele é um amigo, uma pessoa por quem tenho uma profunda admiração e com quem pude conviver em alguns momentos vitais da Nação brasileira, principalmente

quando da CPI do PC. Lá estava ele conosco, na Comissão de redação final do relatório, dando a sua colaboração e a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a sessão do Congresso Nacional será reaberta amanhã, às 18 horas, para continuação da votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica à Casa que o Requerimento nº 407, de 2006, solicitando o envio de condolências à família de Miguel Reale, que foi apresentado pelo Senador Marco Maciel.

Associamo-nos, ainda, às palavras proferidas pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio e Amir Lando em respeito a Miguel Reale Júnior, que, sem dúvida nenhuma, iguala-se aos precursores do Código Civil Brasileiro: Anísio de Abreu, Clóvis Beviláqua e Miguel Reale.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência prorroga a sessão por mais cinco minutos, a fim de que o Senador Amir Lando possa se pronunciar.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, percorrendo Rondônia na semana da Páscoa, nesse momento de reencontro, de ressurgimento, de renascimento, sobretudo de paz, concórdia e penitência, pude rever o meu Estado e lá constatar os problemas graves que atravessa aquela Unidade da Federação.

Nós, sempre sensíveis aos reclamos da população, estamos presentes para, neste momento, fazer um apelo especial ao Ministério dos Transportes no sentido de que acuda, com urgência, a BR-364, que está esburacada de ponta a ponta. É um perigo fazer a travessia naquele Estado atualmente.

A BR-364 é a artéria por onde escoam as riquezas, a produção, é por onde adentram recursos importantes para a manutenção da nossa gente de Rondônia. Devo dizer a V. Ex^a que é lamentável o estado de precariedade em que se encontra aquela rodovia. São acidentes por todo o trecho e vítimas, muitas delas fatais, que perdem a existência em razão do descaso, do descuido e – por que não dizer – da falta de sensibilidade do Governo local, que não luta para que o Governo Federal esteja sempre presente e apresente recursos para a recuperação da rodovia.

Infelizmente, Sr. Presidente, essa operação tapa-buraco chegou tarde em Rondônia e tenho que acrescentar que a estação das águas inclementes, por

certo, não deram uma qualidade mínima aos trabalhos executados. Hoje, verifica-se que a situação está muito pior de quando essa operação de emergência foi iniciada.

Por isso, Sr. Presidente, solicito ao Ministério dos Transportes, ao DNIT que, imediatamente, promova a recuperação da BR-364. É uma exigência mínima que faz o povo de Rondônia, por intermédio da minha pessoa, como certamente outros Senadores, especialmente o Senador Valdir Raupp, que se pronunciaram sobre esse tema.

A situação é de calamidade pública em Rondônia. As rodovias federais estão em péssimo estado e as rodovias estaduais da mesma forma. Hoje, na Colorado-Vilhena, que é uma rodovia asfaltada estadual, os caminhões, os veículos, estão sendo puxados por tratores em um trecho de mais ou menos 300 a 400 metros de atoleiro, em plena estrada asfaltada. Imagine V. Ex^a como ficam as estradas de chão! Nós sabemos que por descuido, falta de engenharia na construção, essas estradas estão abaixo do nível das margens e, conseqüentemente, viram verdadeiros esgotos de água a céu aberto. Isso é lamentável! São rios que se criam em razão das chuvas. Há falta de um tratamento adequado, de o *grade* da estrada ficar acima do nível das barrancas. E isso, infelizmente, está destruindo a nossa malha viária, a malha viária estadual, municipal e federal.

É por isso que, se não houver cuidado, se não houver prevenção, se não houver um trabalho de qualidade, não sei o que será do escoamento da produção do Estado. E não me refiro a uma operação tapa-buraco como se vê, às vezes, três ou quatro pessoas trabalhando com um carrinho-de-mão, com um pouco de piche, como se fala, ou com um pouco de asfalto, propriamente dito. Isso é o que acontece no nosso Estado de Rondônia. É um verdadeiro estado de calamidade! É lamentável! E as nossas riquezas, onde ficam? O escoamento da produção, aonde vai? Os prejuízos? Nós sabemos que a agricultura vive uma crise sem par no Estado de Rondônia. Vejam o caso do leite, por exemplo. Hoje, o preço do leite no mercado é de R\$ 0,22 a R\$ 0,25 o litro – não paga o trabalho do produtor.

Isso é realmente um acinte, é uma agressão ao trabalhador. Por outro lado, nós sabemos que na arroba do gado há uma diferença brutal em relação aos demais Estados da Federação. Há um desespero dos produtores rurais. Os criadores estão pensando em soltar o gado nos corredores das estradas, porque não há comércio para a venda, por exemplo, de novilhas,

de novilhos, de bezerras e de bezerros. Isso é lamentável que venha ocorrer no nosso Estado! Falei com o Ministro da Agricultura, Sr. Presidente, e ele me deu uma resposta muito clara: “Olha, o rebanho cresceu em demasia. O rebanho, no País, nos últimos quatro anos cresceu a um nível superior à demanda”.

Mas nós devemos ter uma política de comercialização da produção rural. Nós temos de ter uma política capaz de dar ao País, aos produtores uma perspectiva de vida, de esperança. Quer dizer, há todo um trabalho investido no solo, há um esforço humano, há recursos investidos e, depois, o resultado é o de mãos vazias na colheita. Não é possível que isso aconteça, Sr. Presidente. Precisamos ter uma política agrícola mais sólida. É claro que apostamos na exportação. Está aí a aftosa que criou um dano irreparável. E, infelizmente, os Estados não têm tido o devido cuidado e o rigor necessário. Em matéria de sanidade animal não há meia medida, há medida inteira, há o rigor. E, no Estado de Rondônia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concederei mais três minutos a V. Ex^a para defender o seu Estado e o Brasil.

O SR. AMIR LANDO (Amir Lando. PMDB – RO) – E, para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que o Estado de Rondônia vive um momento muito difícil na agricultura e na pecuária e – por que não dizer – no comércio, porque, com essas estradas, o custo Rondônia aumenta consideravelmente. E o que fazer, Sr. Presidente? Por que essa falta de sensibilidade? É pelo fato de Rondônia ser um Estado novo? Por Rondônia não ser um colégio eleitoral dos maiores do Brasil? Exatamente não é para isso que temos que olhar. Temos que olhar que lá estão brasileiros que foram, num até heróico, para a Amazônia fazer daquele pedaço do País um pedaço do Brasil com efetivo contingente humano. Infelizmente, o desrespeito, o descaso à nossa gente da Amazônia é uma realidade.

Sr. Presidente, lamento que isso ocorra, mas peço urgência na solução dessas providências, no aporte de recursos e sobretudo um olhar mais afetuoso, mais respeitoso para com Rondônia.

Rondônia hoje desponta como um dos Estados de maior índice de crescimento. As nossas taxas de crescimento superam as do País. Mas por que não há de estender a mão ao povo que lá trabalha heroicamente?

Sr. Presidente, ao encerrar, quero agradecer esta oportunidade e dizer que Rondônia não esmorece. Apesar de todo esse processo de descaso, Rondônia segue porque tem gente que trabalha, porque tem terra fértil e, sobretudo, tem esperança em construir uma nação para todos, mas, sobretudo, uma nação com justiça, em que realmente não haja discriminação, uma nação onde todos possam integrar o concerto nacional e fazer deste País uma nação livre, democrática, soberana e justa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero registrar a presença de dois extraordinários Senadores do PMDB: Valdir Raupp e Amir Lando.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Casa o falecimento da mãe do Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Na verdade, meu adversário ferrenho, porém meu amigo pessoal, ex-colega de Câmara dos Deputados e atualmente colega de Congresso.

Estou apresentando requerimento de voto de pesar endereçado à família Chinaglia, por intermédio do Líder do Governo na Câmara, eminente Parlamentar deste País, que, com certeza, deve estar passando pela sua dor. Sei que os Senadores se perfilarão com essa idéia, assinando este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será encaminhado o requerimento de V. Ex^a.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 426, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Felício Chinaglia, mãe do Deputado Arlindo Chinaglia, ocorrido em Ribeirão Preto, São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em Ribeirão Preto/SP, da Senhora Maria Amélia Felício Chinaglia.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sr^a Maria Amélia, bem como a sua inserção em ata.

Justificação

O falecimento, hoje, da genitora do ilustre Deputado Arlindo Chinaglia a todos nos comove. Dona Maria Amélia era mulher de fibra e sua vida é modelo de dedicação familiar. Por isso, com esse Voto de Pesar,

manifesto minha tristeza, com um abraço de solidariedade ao Deputado Arlindo Chinaglia.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando trouxeram a real situação das estradas brasileiras.

E a comunicação é tão forte que eu já recebi do Piauí, para também fazer um relato:

Hoje, saiu no **Bom Dia**:

No meio do caminho do desenvolvimento, buracos, a BR-343, no Piauí, é o exemplo de um problema crônico do Brasil: as péssimas condições das estradas. Na rodovia, que é a principal via de escoamento da soja piauiense, há pontos em que sequer há asfalto.

Os temporais dos últimos dias deixaram ainda pior o trecho entre Jurumenha e Bertolínia, no sul do estado, que não é pavimentado. Há quatro dias, caminhões carregados com até 40 toneladas de grãos estão parados porque é impossível passar pelas crateras.

Cerca de 30 caminhoneiros não conseguiram seguir viagem. A carga corre risco por causa da umidade. Em um percurso de pouco mais de cem quilômetros, há muitos pontos críticos. Em um deles, a soja foi espalhada depois que uma carreta tombou. Quem tentou passar acabou atolado. Esse é o retrato do Brasil.

É uma lástima, depois que a Princesa Isabel recebeu uma carta de seu pai dizendo “Filha, lembre-se de que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Depois que Washington Luiz foi presidente e disse “Governar é fazer estradas” e Juscelino Kubitschek disse: “energia e transporte”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em Manacapuru, no meu Estado, está sendo desenvolvido o *Projeto Gaseifamaz*, uma iniciativa do Centro Nacional de Referência em Biomassa, da Universidade de S. Paulo – USP.

O Projeto, coordenado pela Professora Sílvia Velázquez, destina-se a estudos e a estabelecer comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa no Brasil e no exterior, além da formação de recursos humanos na Região Norte.

Com financiamento da FINEP, o Projeto usa equipamentos importados e, nesse momento, estuda sistema de gaseificação de biomassa numa pequena comunidade – o Assentamento Aquidabam – em Manacapuru.

Segundo informações que recebi esta semana da Prof^a Sílvia, na comunidade objeto dos estudos vivem 90 famílias, com 900 pessoas. Ali, entre outras atividades, a comunidade dispõe de 88 hectares com plantação de Cupuaçu, um dos mais apreciados frutos da Amazônia, por isso mesmo cobiçado no mundo inteiro.

A coordenadora do Projeto explicou-me que, paralelamente às pesquisas científicas com biomassa, busca-se atrelar a população da pequena comunidade a uma atividade industrial, com aproveitamento da energia elétrica gerada com equipamentos do CENBIO.

Ao final das pesquisas em curso, esses equipamentos serão doados à comunidade Aquidabam, mas – alerta a professora – haverá necessidade de manutenção, pelo que, sugere, seria interessante a implantação de uma pequena agroindústria para processar o Cupuaçu, a partir da eletricidade gerada pelo sistema de gaseificação que ali foi instalado.

Adiantou-me a Professora que já houve tentativas, junto à Eletrobrás, para financiamento dessa pretendida agroindústria. Mas nada foi alcançado.

Por isso, faço desta tribuna apelo ao Governador do Estado do Amazonas, pedindo seu apoio à pequena comunidade Aquidabam, em Manacapuru.

Comunidades assim são merecedoras de apoio oficial. É gente que trabalha e que agora, com o Projeto do CENBIO, passa a deter tecnologia, no caso para implantar a micro agroindústria de processamento de Cupuaçu.

Espero que o Governador amazonense olhe com carinho a postulação que é feita por um órgão científico, no caso o CENBIO, em favor do Amazonas, mais precisamente, dessa comunidade que se desenvolve no Município de Manacapuru.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não faltava mais nada. A Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, criticou o atraso na votação do Orçamento da União para 2006.

Ela imita o Presidente, que diz não saber de nada. Ela não sabe, ao que parece, que a demora na aprovação da Lei Orçamentária, na Comissão Mista,

só atrasou porque a bancada do Governo a que ela pertence, trabalhou, e muito, para esse atraso.

Essa é uma faceta.

A outra faz parte da face ditatorial desse Governo que aí está. Dilma declarou e está nos jornais:

Se não houver entendimento, serão usados todos os meios jurídicos e legais – que não quis revelar – para que a administração federal possa funcionar.

É o dedo autoritário!

Que meios são esses, Dona Dilma?

Primeiro, peça aos seus parlamentares que trabalhem mais. E que não trabalhem contra o País na Comissão Mista de Orçamento!

Leio mais Dona Dilma:

– O orçamento não deve ser um entrave, um mostrengo!

Quem fez o Orçamento à imagem e semelhança de mostrengo?

Não foram os representantes da chamada Base Aliada que tungaram a verba para o gasoduto de Manaus?

Isso não é deformar o Orçamento?

É. E se os do Governo não o “embelezarem”, devolvendo a verba tungada do gasoduto de Manaus, garanto que vai ser problemática a aprovação do Orçamento.

Gostaria também de fazer o registro do artigo intitulado “Que regime é este, companheiros?”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de abril de 2005.

O autor do artigo, o jornalista José Nêumanne, propõe uma reflexão sobre os métodos utilizados pela “República de Santo André, Campinas, Ribeirão Preto et caterva”. Os métodos não são certamente os de um governo democrático, mas um governo estranho que viola a lei com frequência, sem constrangimentos, com um cinismo escandaloso. Não gosto da expressão “et caterva” mas tenho que me render às evidências e considerá-la a nominação mais-do-que-perfeita para o time que governa o país.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Que regime é este, companheiros?

José Nêumanne

O romancista baiano João Ubaldo Ribeiro, em sua coluna dominical no *Caderno 2* deste jornal, pôs em dúvida o acerto da definição de nosso regime político como "democracia". Talvez seja o caso de acolher a constatação e avançar um pouco, propondo que alguma instituição respeitável e encarregada de zelar pelo bom uso do vernáculo promova um grande concurso nacional para definir qual seria ele. Pois, se ditadura não é, sendo notórias como são as liberdades de expressão e reunião nele vigentes, de idêntica maneira da dita democracia burguesa dista bastante.

Afinal de contas, se diz da democracia que é o império da lei. Mas impera a lei numa República onde o oftalmologista João Francisco Daniel se viu obrigado a fechar sua clínica de 30 anos e viver de plantões, escondido como um criminoso; apenas por exigir da polícia e da Justiça uma definição aceitável para o assassinio de seu irmão Celso? Ou onde o professor Bruno, a mulher,

Não é democrático um governo cujos agentes violam a lei com frequência

Marilena, e seus três filhos tiveram de fugir para lugar incerto e não sabido no exterior como única forma de evitar que venham a ser chacinados pelos suspeitos de serem mandantes do mesmo crime, a exemplo do que ocorreu com sete pessoas? (E eles suspeitam que pode ter ocorrido com Carlos Delmonte, o perito, e talvez tenha atingido

mais 2 de 12 condenados que traficavam num furgão na avenida Marginal, recentemente.) Enquanto isso, os suspeitos de serem mandantes do crime gozam de plena liberdade, garantida pela insistência com que os companheiros de partido de seu parente assassinado no governo federal e as autoridades policiais de um Estado governado pelo principal partido de oposição sustentam a hipótese do crime banal.

Diz-se ainda que na democracia, que Churchill garantia ser o menos pior dos regimes, todos são iguais perante a lei. Dificilmente este conceito poderá ser aplicado ao recente episódio iniciado com a entrevista do caseiro Francenildo Santos Costa a este jornal, dando conta de visitas do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci a certa mansão suspeita em Brasília, e encerrada com a demissão deste, motivada pela quebra ilegal do sigilo bancário da testemunha. De vez que o demitido, chamado de "grande irmão" (tradução literal de *Big Brother*, denominação do tirano bisbilhoteiro do romance *1984*, de George Orwell) num *lapsus linguae* de seu ex-chefe na despedida dele do primeiro escalão do governo, se deu ao luxo de não depor na Polícia Federal, alegando problemas de saúde. Este jornal dá como certo o indiciamento de Palocci hoje, mas nem isso afastará o absurdo de o filho de lavadeira continuar sendo processado pela mesma autoridade por crime de "lavagem de dinheiro" e ter tido seu sigilo bancário devassado e exposto ao País inteiro. O que também ocorreu com aquele que ele diz ser seu pai biológico, o empresário Eripedes Soares da Silva, que te-

ve ainda a paternidade, que mantinha em segredo, revelada publicamente.

Decerto a instituição que aceite o desafio de promover o concurso para nomear esse regime – seja este jornal, a Academia Brasileira de Letras ou o recém-inaugurado Museu da Língua Portuguesa – terá alguma dificuldade para entender a natureza de um sistema político em que um agente público se esconde de um oficial de Justiça para adiar o cumprimento da obrigação comezinha de prestar contas aos fiscais legítimos de sua conduta. Em que categoria seria possível classificar um Estado que detém o monopólio do exercício da força legítima para impor o respeito à legislação vigente, mas entre seus agentes de alto escalão mantém esse presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, protagonista da tragicomédia de pastel (o aumentativo seria impróprio) que foi a tentativa vã de lhe entregar uma citação no escritório onde dá expediente? Como se sabe, esse senhor, de modestos padrões de vida para o magnífico emprego de que dispõe, tentou criar dificuldades para explicar aos parlamentares da CPI dos Bingos o hábito certamente altruísta, mas pouco compreensível para pessoas menos generosas, de pagar do próprio bolso dívidas contraiadas pelo presidente da República e seus familiares. Tentativa, aliás, vã, pois terminou deposto ontem, apesar de garantido por decisão do STF de dar-lhe o direito de nunca se referir a Lula, limitando-se a responder a questões sobre as denúncias de Paulo de Tarso Venceslau sobre sua participação em maracutaías em prefeituras petistas 12 anos atrás.

Não facilitará também a tarefa de denominar o regime a presença de dois assessores do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, venerável defensor de presos políticos e prestimoso conselheiro de amigos pilhados em delitos menores como rufins de gallo (caso do então marqueteiro presidencial Duda Mendonça, flagrado em delito no Rio), na entrega do documento bancário com o sigilo de Francenildo na casa de Palocci. Nunca chegou a ser esclarecida a razão dessa visita de seu chefe de gabinete, Cláudio Alencar, e do secretário de Direito Econômico da pasta sob seu comando, o dr. Daniel Goldberg. Como nos negócios públicos, já no Império Romano, se usa adotar a exigência que o ditador Júlio César prescreveu para a própria mulher, Pompéia, "não basta ser honesto, é preciso parecê-lo", na certa esses assessores e o próprio ministro terão de dar explicações mais consistentes que as que deram até agora. Sob pena de o foco da crise mudar de endereço, mas sem sair da Esplanada dos Ministérios.

Diante de todos os fatos acima descritos, talvez seja conveniente prestar mais atenção à denúncia da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), segundo a qual o atual governo não serve, como deveria, à lei, para usar um eufemismo, antes até de se encontrar uma definição exata e sensata para o regime que vive nesta estranha República de Santo André, Campinas, Ribeirão Preto et cetera. ■

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Volto à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “O Estado policial”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista Veja em sua edição de 29 de março do corrente.

No seu artigo, André Petry trata do episódio que envolveu o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o caseiro Francenildo dos Santos Costa. Segundo o jornalista, o caseiro “entrou na máquina de moer reputações. Primeiro, calaram-lhe a boca, depois quebraram-lhe o sigilo bancário e, agora, aterrorizam-no com um inquérito”.

Além disso, o artigo mostra as enormes diferenças de tratamento que foram dadas ao ex-ministro e ao caseiro, ressaltando que “Palocci teve em excesso tudo o que faltou ao caseiro”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

O Estado policial

O ministro Antonio Palocci, ao reaparecer em público na sexta-feira passada, depois de duas semanas escondido, disse que está vivendo um inferno. Dá para imaginar, então, o que deve estar vivendo o caseiro que o denunciou. Afinal, o caseiro resolveu contar o que viu no casarão do Lago Sul em Brasília e, em menos de dez dias, passou a ser investigado pela Polícia Federal sob a acusação de lavagem de dinheiro! Entrou na máquina de moer reputações. Primeiro, calaram-lhe a boca, depois quebraram-lhe o sigilo bancário e, agora, aterrorizam-no com um inquérito. Coisa de Estado policial. Na opinião do presidente da OAB, Roberto Busato, “coisa de gângster, de sindicato do crime”.

O governo de Fernando Collor não fez nem um décimo disso contra Eriberto Franca, o motorista que prestou um depoimento devastador e terminal sobre as traficâncias do presidente e seu ex-tesoureiro de campanha. É preciso, em nome da verdade histórica, que se reconheça: o governo do operário ético faz com o caseiro tudo o que o governo do corrupto desvariado não ousou fazer com o motorista. E repare-se numa diferença: o motorista derrubou o governo literalmente. O caseiro derrubou o governo moralmente.

Na construção de seu inferno, Palocci teve em excesso tudo o que faltou ao caseiro. Examinemos:

A vida pessoal. O ministro jamais teve sua vida pessoal e familiar devassada. A própria imprensa, durante meses a fio, por respeito à privacidade do ministro, limitou-se a divulgar que o casarão era um ponto diurno de lobistas. Só noticiou que era também um ponto noturno de prostitutas quando isso se tornou um dado fundamental para entender o PalocciGate. No caso do caseiro, seu drama pessoal e fami-

“O governo do operário ético faz com o caseiro tudo o que o governo do corrupto desvariado não ousou fazer com o motorista”

liar de filho bastardo foi revelado por inteiro em questão de dias, expondo a vida pregressa de sua mãe, Benta Soares, autora da frase mais reveladora da essência do governo Lula. Disse ela: “Peço ao presidente que não faça nada com meu filho”.

O sigilo bancário. As contas do ministro Palocci estão devidamente preservadas, como aliás deve acontecer em qualquer nação civilizada. Nem se pediu que fosse quebrado seu sigilo bancário. Nem mesmo quando Rogério Buratti denunciou à polícia que Palocci retinha parte das propinas pagas por fornecedoras da prefeitura de Ribeirão. No caso do caseiro, sua vida bancária é um livro abertíssimo — ilegalmente abertíssimo. Depois disso, o caseiro decidiu abrir voluntariamente todos os seus sigilos, telefônico e fiscal, inclusive. Pediu que os outros seguissem sua atitude. Paulo Okamoto não se manifestou. Lulinha, o filho, também não.

O direito de falar. Palocci fala quando quiser, onde quiser, embora nos últimos dias tenha reivindicado seu direito de ficar em silêncio e, de preferência, longe dos holofotes. O caseiro não. O governo não deixa que abra a boca numa CPI. Só autoriza, e neste caso alegremente, que abra a boca no inquérito policial, no qual responde a perguntas na condição de acusado. O ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal, achou mesmo que o caseiro não devia falar na CPI. Em seu despacho, o ministro explicou que seu depoimento seria inútil devido à “condição cultural” do caseiro. Se a moda pega, pobres e pouco instruídos devem viver calados.

Num Estado policial, a moda é capaz de pegar.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Ocupe a tribuna neste momento para registrar a matéria escrita pela jornalista Ciza Guedes: “Denúncias começaram no escândalo Waldomiro”. A matéria, publicada no jornal **O Globo** no último dia 28 de março, traz o fio da meada dos escândalos que enredaram o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci: o caso Waldomiro Diniz. Um caso que o governo tentou impedir que fosse investigado.

Parece clara a estratégia do PT quando tenta dissociar a imagem do Presidente Lula dos escândalos. Enquanto as Comissões Parlamentares de Inquérito

investigam, o Presidente viaja, inaugurando obras que nem mesmo foram iniciadas.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	28 mar. 06	O País	A	14A

Denúncias começaram no escândalo Waldomiro

Buratti, ex-secretário de Palocci em Ribeirão Preto, iniciou a série de escândalos em 2004

Ciza Guedes

• O fio da meada dos escândalos que enredaram o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci é o caso Waldomiro Diniz, o ex-assessor do ex-ministro José Dirceu na Casa Civil que foi flagrado pedindo propina para um empresário de jogos, em fevereiro de 2004, e que também foi acusado de tentar obter vantagens na renovação do contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a operação das loterias. Foram ex-dirigentes da Gtech, em depoimento à Polícia Federal em março de 2004, que introduziram o advogado Rogério Buratti na crise: ele teria sido indicado por Waldomiro como consultor para facilitar a renovação do contrato.

E Buratti, que foi secretário de Governo da Prefeitura de Ribeirão Preto na primeira gestão de Palocci, denunciou que a empresa Leão & Leão pagava, entre 2001 e 2002, mesada de R\$ 50 mil ao prefeito de Ribeirão e aos de outras cidades para garantir os contratos de variação de rua e coleta de lixo.

Polícia Civil de Ribeirão diz ter provas para indiciamento

A Polícia Civil e o Ministério Público de Ribeirão Preto estavam investigando Palocci por suposta corrupção em suas gestões como prefeito da cidade. No fim do ano passa-

do, a polícia dizia já ter provas para indiciá-lo com outros assessores pelo crime de peculato e formação de quadrilha.

Com a evolução da crise, as denúncias foram se sucedendo a cada novo depoimento de Buratti. Assessores de Palocci na Fazenda também foram envolvidos, como Juscelino Dourado, que deixou o cargo de chefe de gabinete depois que foram reveladas suas relações com o advogado. O grupo de colaboradores que acompanha Palocci desde sua primeira gestão como prefeito ganhou o apelido de República de Ribeirão Preto.

Em novembro do ano passado Palocci antecipou um depoimento que daria à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e negou as denúncias, desde a carona no avião do empresário Roberto Colnaghi até a suposta contribuição de Cuba para a campanha de Lula em 2002, passando pelo mensalinho de Ribeirão. Ele criticou o Ministério Público de São Paulo por ter permitido que um procurador debruasse a sala onde Buratti depunha, dias antes, para contar à imprensa detalhes do que o advogado dizia. afirmou que não levaria Buratti nem jornalistas aos tribunais porque não iria “colocar o peso de um ministério sobre jornais e pessoas”, e que entendia o que Buratti havia feito, mas não aceitava.

Encontros na “central de negócios” no Lago Sul

Neste ano, em depoimento à CPI dos Bingos, Buratti afirmou que integrantes da República de Ribeirão Preto se reuniam numa casa luxuosa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que definiu como uma “central de negócios”. Em 26 de janeiro, na CPI dos Bingos, Palocci foi incisivo ao negar que frequentasse a casa: “Não, nenhuma vez. Não estive nenhuma vez”.

Mas em 8 de março o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para ex-assessores de Palocci, foi à CPI e o contradisse. Dias depois foi a vez do caseiro Francenildo Santos Costa confirmar à CPI o que havia dito numa entrevista: Palocci frequentou a casa.

Na última sexta-feira, Palocci fez um discurso em tom de desabafo para empresários e banqueiros numa cerimônia na Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Disse que a economia vai bem, mas que ele se sentia “entre o terceiro e o quarto círculos do Inferno de Dante”, e admitiu que ele, o governo e o PT cometeram muitos erros.

Ontem, a derradeira denúncia a atingir Palocci também envolveu a Caixa. O então presidente do banco, Jorge Mattoso, disse duas vezes à PF que entregou o extrato do caseiro a Palocci. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: Pouco a pouco, a cada dia que passa, os “homens do presidente vão deixando o barco”. Ou são demitidos por envolvimento em escândalos de corrupção ou optam por deixar o governo para se candidatarem na próxima eleição. A revista **IstoÉ**, em sua edição de 5 de abril do corrente, publicou matéria cujo título é “A nova cara do governo Lula”, mostrando que a nova cara do governo Lula é o rosto dele mesmo, é o retrato da solidão. Segundo a matéria, “Sem o núcleo duro de petistas históricos que o assessoravam nas decisões estratégicas, o presidente terminará os seus nove meses de mandato como o comandante-em-chefe de si mesmo, de seu governo e de sua campanha à reeleição”.

A matéria se refere à última reforma ministerial quando, por pura falta de opção, o presidente Lula saiu-se com a montagem de um time técnico, com ministros que “entram apenas para cumprir tabela”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POLÍTICA

FLORENCIA COSTA

Em meio ao turbilhão da crise, o governo Lula, que já perdera ministros fortes ao longo desses três anos e três meses de gestão, amarga a revoada de mais oito colaboradores diretos. A saída deles era esperada e inevitável: serão candidatos na próxima eleição e chegou a data-limite prevista pela legislação para deixarem os seus cargos sob pena de se tornarem inelegíveis. Feita a reforma ministerial, o inusitado é a nova cara que surge do governo Lula: é o rosto dele mesmo. Só o dele. É a cara da solidão. Foi difícil achar substitutos, Lula saiu-se com a montagem de um time técnico – secretários executivos e chefes de gabinete ocupam o lugar de seus antigos chefes. Isso significa que **os novos ministros entram para cumprir tabela, não se deve esperar que produzam grandes reformas ou fatos políticos.** Sem o seu núcleo duro de petistas históricos que o assessoravam nas decisões estratégicas, o presidente terminará os seus nove meses de mandato como o comandante-em-chefe de si mesmo, de seu governo e de sua campanha à reeleição.

Isolado no Planalto, o presidente Lula tentou ao máximo diminuir a sangria de sua equipe, conversando com os jogadores que antes jogavam com ele, mas que agora insistiam em partir. “Eu não gostaria que você saísse”, disse ele ao amigo e petista Jaques Wagner (Relações Institucionais). Mas Wagner já tinha estruturado a espinha dorsal de sua campanha ao governo da

Bahia, e o PT não teria como substituí-lo na disputa pela sucessão de Paulo Souto (PFL). Ele saiu e em seu lugar entrou Tarso Genro, ex-presidente do PT e ex-prefeito de Porto Alegre. Lula fez pedido semelhante a outro precioso colaborador: **Ciro Gomes** (Integração Nacional). Mas **Ciro** saiu para se candidatar a deputado federal no Ceará pelo PSB. Foi substituído por **Pedro**

Brito Nascimento, seu chefe de gabinete. **Ciro** era um dos subordinados de que Lula mais gostava e com quem contava, pelo estilo aguerrido com que sempre defendeu o governo. Do Ministério da Saúde, saiu **Saraiva Felipe**, que pleiteia um lugar de vice na chapa do governador de Minas Gerais, **Aécio Neves**. Entrou temporariamente **José Agenor Alvarez da Silva**, que era secretário executivo da Pasta. **Agnelo Queiroz** (Esportes) quer ser candidato ao governo do Distrito Federal. Seu substituto é o secretário executivo **Orlando Silva**. **Miguel Rossetto** (Desenvolvimento Agrário) deseja candidatar-se a senador pelo PT do Rio Grande do Sul. Saiu e foi substituído por outro secretário executivo, **Guilherme Cassel**, que assume

A NOVA CARA DO GOVERNO LULA

Com burocratas e políticos de pouca expressão no Ministério e sem os companheiros históricos ao seu redor, o governo Lula tem o rosto dele – o rosto da solidão e do isolamento

JOGO DURO Todos os homens do presidente partiram. Agora é Lula por conta de Lula

POLÍTICA

como interino. José Fritsch (Aquicultura e Pesca) se candidatará ao governo de Santa Catarina, também pelo PT. Altemir Gregolin (mais um secretário executivo) ocupou a sua vaga interinamente. Alfredo Nascimento (Transportes) se candidatará ao Senado pelo PL do Amazonas. Será substituído pelo secretário executivo Paulo Sérgio de Oliveira. Finalmente, José Alencar (Ministério da Defesa) saiu para ficar livre e se candidatar a qualquer coisa. Waldir Pires, controlador-geral da União, assume a vaga. E para o lugar de Pires foi o seu secretário executivo, Jorge Hage.

Sem alternativas, Lula teve de escolher nomes "tapa-buracos". Nos últimos dias, o Planalto tentou minimizar a reforma ministerial, chamando-a de "substituições". A orientação presidencial é que os substitutos continuem tocando os projetos em andamento, sem mudanças de rota no plano de voo das ações governamentais. Os primeiros passos de Lula na dança das cadeiras sinalizaram o cuidado para não provocar mais desafetos políticos que possam prejudicar a campanha pela reeleição -- e foi assim que dois funcionários de carreira assumiram os postos-chave da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Maria Fernanda Ramos Coelho e Demian Fiocca. A escolha de Lula por Guido

QUEM ENTRA

Jaques Wagner saiu das Relações Institucionais. Tenta o governo da Bahia

Tarso Genro é o novo ministro de Lula nas Relações Institucionais

Ciro Gomes deixou a Integração Nacional para reforçar os palanques do PSB

Técnico e burocrata, Pedro Brito do Nascimento foi para a Integração Nacional

Saraiva Felipe saiu do Ministério da Saúde. Quer ser vice de Aécio Neves

QUEM SAI

José Agenor Alvarez da Silva assumiu interinamente o Ministério da Saúde

PENSATIVO Lula terá de assumir o leme de sua campanha e defender-se dos ataques da oposição

das principais vozes de defesa do governo no Legislativo, que se transformou num palco de guerra. Além disso, Lula prefere Mercadante à ex-prefeita Marta Suplicy (tem alta rejeição do eleitorado) como candidato do PT ao governo paulista: o presidente está apreensivo com sua frágil posição em São Paulo, maior colégio eleitoral do País e território de seus maiores adversários, os tucanos Geraldo Alckmin e José Serra.

Lula começou a ficar politicamente liado desde a queda, num efeito dominó, de peças importantes como José Dirceu, Luiz Gushiken e agora Antônio Palocci. Do núcleo duro só sobrou um, o mais discreto de todos: o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. Outros petistas históricos continuam no Planalto, como o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, e os assessores especiais, Marco Aurélio Garcia e Clara Ant. Eles nunca integraram, porém, o privilegiado grupo

que cercava e aconselhava o presidente. Os ministros que exercem mais influência sobre Lula e com quem ele mais se aconselha atualmente são Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Dilma Rousseff (Casa Civil). A partir de agora, com o clima de campanha

Mantega para o lugar de Antônio Palocci também seguiu roteiro cuidadoso. O presidente não optou por Murilo Portugal (ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda) porque causaria problemas com o PT. E não escolheu Aloizio Mercadante (líder no Senado) porque ele é uma

panha pegando fogo, Lula terá de se desdobrar: vai assumir o leme de sua campanha, tocar o governo e ainda defender-se dos ataques da oposição. Bem diferente de 2002: naquela época, a campanha petista tinha excesso de generais; hoje há falta deles. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Trago à consideração de V. Ex^{as} duas matérias referentes à saída do presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Mattoso, para que constem dos Anais do Senado e sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

A primeira matéria, intitulada “Dia ‘D’ para Mattoso”, de autoria de Lúcio Vaz e publicada no **Correio Braziliense**, no dia 27 de março do corrente, relata que o delegado Rodrigo Carneiro Gomes pretendia esclarecer de quem partiu a ordem para que dois funcionários da CEF, já identificados por uma comissão de investigação interna, retirassem o extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa. A polícia tinha informações de que a ordem para a retirada do extrato passou por pelo menos duas instâncias de decisão até chegar aos dois funcionários, provando que não agiram por conta própria.

Na segunda matéria, publicada no jornal **Valor**, do dia 28 de março do corrente e intitulada “Mattoso deixa governo e é indiciado pela PF”, o Sr. Jorge Mattoso confirma à Polícia Federal que repassou o extra-

to bancário do caseiro ao então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Segundo o artigo de autoria de Juliana Basile e Alex Ribeiro, “esta revelação foi decisiva para a saída de Palocci do cargo.” /.../ “Palocci pediu afastamento do cargo quinze minutos depois de Mattoso deixar a sede da PF, às 17h30” e o ex-presidente da Caixa Econômica foi indicado por violação de sigilo funcional e, se condenado, poderá pegar de seis meses a dois anos de prisão.

Finalizo meu pronunciamento dizendo que o povo brasileiro não merece essa lamentável trajetória de escândalos e descalabros por parte dos altos escalões do Governo Federal, culminando agora com a queda do Ministro da Fazenda e do Presidente da Caixa Econômica Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ÉTICA

DIA 'D' PARA MATTOSO

Do depoimento do presidente da Caixa Econômica Federal sobre a quebra ilegal do sigilo bancário de caseiro dependem a manutenção dele próprio e do ministro da Fazenda na equipe de governo

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A Polícia Federal aguarda para hoje o depoimento de Lúcio Vaz, do presidente da Caixa Econômica Federal, sobre a ordem para a retirada do extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O delegado Rodrigo Carneiro Gomes pretende esclarecer de quem partiu a ordem para que dois funcionários da CEF, já identificados por uma comissão de investigação interna, retirassem o extrato da conta no último dia 16. A ordem, o presidente da estatal pode se recusar a comprovar, ou o depoimento, novamente, como já aconteceu na semana passada, e imporrão ao delegado uma multa de 20 dias de suspensão de funções. “Será uma situação difícil, mas não vou me deixar intimidar”, afirma Lúcio Vaz.

A ordem para a retirada do extrato partiu para quem pode definir o destino de Mattoso e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Se a comissão de investigação interna de quem partiu a ordem para a retirada do extrato da conta do caseiro do banco estatal na operação de quebra de sigilo, o caso de Lúcio Vaz, o presidente da Caixa Econômica Federal, não terá sido resolvido. Ele também está sendo investigado por uma comissão de proteção de responsáveis. A polícia tem informações de que a ordem para a retirada do extrato passou por pelo menos duas instâncias de decisão até chegar aos dois funcionários. Isso prova que os dois funcionários não agiram por conta própria. Mattoso passou o fim de semana em São Paulo e retornou a Brasília ontem a noite.

O delegado Carneiro já antecipou que não vai “complicar” com a suposta manobra de Caixa de transferir a responsabilidade sobre a quebra de sigilo para servidores menos graduados. Reportagem publicada ontem no **Correio** mostra que a operação foi encomendada por um assessor direto de Palocci. Segundo afirma caseiro da mansão alugada por ex-assessores de Palocci em

Recife, no local, Palocci nega. Mas o delegado procura, no momento, identificar de quem partiu a ordem dentro da Caixa.

Assim que chegar ao nome dos responsáveis, o delegado quebra o sigilo funcional de quem partiu a ordem no diretor-geral da PF Paulo Lacerda, para que o ministro da Justiça, Marco Antonio Bastos, seja informado. Caberá a ele passar as informações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve tomar a decisão final sobre a permanência ou não de Mattoso e de Palocci.

Perícia

Um dos funcionários que usou um computador portátil para tirar o extrato também deve ser ouvido hoje. Ele foi intimado a depor na última quinta-feira. O computador foi entregue pela Caixa à Polícia Federal e à PF na última sexta-feira. Desde que foi recolhido em São Paulo, onde estava o funcionário, o computador não repassou a nenhuma equipe de perícia. Se o computador não repassado, os peritos não podem recuperar informações técnicas e não há como identificar a origem da ordem para a retirada do extrato.

A segunda servidora não havia sido intimada a depor pela polícia, para receber a intimação, até a sexta-feira. Ele estava fora de Brasília. A Polícia Federal também vai analisar nesta semana o computador central da Caixa para identificar o registro de acesso à conta do caseiro. Diretores do banco tiveram uma reunião com o delegado que preside o inquérito, na semana passada, e informaram como os peritos podem chegar aos dados que procuram.

A Justiça Federal deverá ouvir também testemunhas que foram ouvidas no inquérito. O caso bancário fiscal e telefônico de Francenildo foi também esta semana investigado por uma comissão de proteção de responsáveis. A polícia tem informações de que a ordem para a retirada do extrato passou por pelo menos duas instâncias de decisão até chegar aos dois funcionários. Isso prova que os dois funcionários não agiram por conta própria. Mattoso passou o fim de semana em São Paulo e retornou a Brasília ontem a noite.

O delegado Carneiro já antecipou que não vai “complicar” com a suposta manobra de Caixa de transferir a responsabilidade sobre a quebra de sigilo para servidores menos graduados. Reportagem publicada ontem no **Correio** mostra que a operação foi encomendada por um assessor direto de Palocci. Segundo afirma caseiro da mansão alugada por ex-assessores de Palocci em

Recife, no local, Palocci nega. Mas o delegado procura, no momento, identificar de quem partiu a ordem dentro da Caixa.

Repercussão negativa lá fora

O jornal britânico **The Guardian** publicou hoje reportagem na qual considera “ser inevitável que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, renuncie ao cargo”. A reportagem afirma que os ocupantes de cargos públicos que pretendem ser candidatos em 2010 no governo deverão monitorar o assunto da queda de Palocci com mais atenção. “Esse episódio é considerado a pior coisa que aconteceu com o governo Lula desde que ficou claro ao longo das últimas duas semanas que ele mentiu para uma comissão parlamentar de inquérito que investigava o caso de um banqueiro. Depois durante o período que Palocci era prefeito, disse o jornal.

Segundo o jornal, aparentemente os meios de comunicação britânicos e europeus estão se tornando mais cautelosos em relação às investigações da corrupção no Brasil, embora nada que possa ser comparado aos ataques no caso de dois meses que foram feitos nos Estados Unidos, quando as notícias de corrupção foram publicadas.

“O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, está se vendo cercado por críticas. Isso pode estar levando a uma situação de renúncia do ministro. Não há ninguém dentro do governo que comunique o compromisso com a integridade do Brasil com sua força de caráter”, afirma o jornal. “O Brasil está se vendo cercado por críticas. Isso pode estar levando a uma situação de renúncia do ministro. Não há ninguém dentro do governo que comunique o compromisso com a integridade do Brasil com sua força de caráter”, afirma o jornal. “O Brasil está se vendo cercado por críticas. Isso pode estar levando a uma situação de renúncia do ministro. Não há ninguém dentro do governo que comunique o compromisso com a integridade do Brasil com sua força de caráter”, afirma o jornal.

JORNAL

Valor

DIA/MES/ANO:

28 mar. 06

EDITORIA:

Brasil

CADERNO:

A

PÁGINA:

8

Se condenado, ex-presidente da Caixa Econômica pode pegar de seis meses a dois anos de prisão

Mattoso deixa governo e é indiciado pela PF

Juliano Basile e Alex Ribeiro
De Brasília

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, confirmou à Polícia Federal que repassou o extrato bancário do caseiro Francenildo Costa ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Sua revelação foi decisiva para a saída de Palocci do cargo, ao citá-lo duas vezes no depoimento. Palocci pediu afastamento do cargo quinze minutos depois de Mattoso deixar a sede da PF, às 17h30. No início da noite, Mattoso, que havia pedido demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de depor, comunicou oficialmente sua saída.

Após o depoimento de Mattoso, o delegado responsável pela investigação, Rodrigo Gomes Carneiro, decidiu indiciá-lo por violação de sigilo funcional. Se condenado, poderá pegar de seis meses a dois anos de detenção. Palocci também poderá ser chamado a depor. Mas, como era ministro na época da quebra do sigilo do caseiro, e tinha foro privilegiado, o seu processo poderá correr no Supremo Tribunal Federal. Com o inquérito no STF, o depoimento de Palocci só poderá ser realizado após parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que pode demorar até 15 dias.

Apesar de ter citado Palocci, Mattoso não admitiu que partiu do então ministro da Fazenda a ordem para violar o sigilo do caseiro e também negou ter sido ele o mandante do crime. "Não fui o responsável pe-

lo vazamento da informação e estou convicto de que nenhum empregado da Caixa deu causa à divulgação indevida", disse Mattoso, em nota oficial. A versão do presidente da Caixa à PF é que o extrato de Francenildo começou a ser analisado internamente dentro da instituição porque o caseiro movimentou valores não condizentes com os seus ganhos. O extrato mostrou ganhos de R\$ 25 mil e, cabe aos bancos, segundo a versão de Mattoso, acompanhar movimentações suspeitas acima de R\$ 10 mil. Essa obrigação está prevista na Lei nº 9.613.

De acordo com a PF, Mattoso recebeu o extrato de Francenildo das mãos do consultor especial da Presidência da Caixa, Ricardo Schumann, num jantar na noite de 16 de março passado. Logo após o jantar, Mattoso entregou um envelope com uma cópia do extrato a Palocci.

Mattoso justificou a entrega do extrato a Palocci, alegando que o ministro da Fazenda era chefe hierárquico da Presidência da Caixa. Segundo a sua versão, se a Caixa verificou uma possível irregularidade com um correntista, o fato deveria ser informado ao Ministério da Fazenda para acionar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, responsável por investigar movimentações bancárias suspeitas).

Na manhã seguinte à entrega, o Coaf recebeu ordem para investigar Francenildo. À tarde, a revista "Época" revelou em seu site a movimentação de Mattoso. Schumann tam-

bém depôs à PF e confirmou que pediu à superintendente da Caixa Sueli da Silva Mascarenhas que checasse a movimentação do caseiro. Sueli pediu o extrato de Francenildo ao gerente Jeter Ribeiro de Souza. O gerente confirmou à PF que acessou o sistema interno da Caixa, imprimiu o extrato e repassou cópia do documento para Sueli.

A PF sabe, portanto, qual foi o caminho do extrato dentro da Caixa. Jeter deu o extrato a Sueli, que repassou o documento a Schumann, que enviou-o a Mattoso, que entregou o extrato a Palocci. Apesar de o caminho do extrato ter sido identificado, falta descobrir quem deu a ordem para que o sigilo fosse violado. Essa informação é importante para a condução do processo contra Mattoso e de uma eventual investigação contra Palocci.

Mattoso apresentou uma defesa formal, pela qual pode se livrar de eventuais condenações na Justiça. Há, porém, pontos que ainda não foram esclarecidos — um deles, é o fato de a informação não ter sido transferido diretamente entre os órgãos técnicos da Caixa e do Coaf, como sempre ocorre nesses casos, sem necessariamente o presidente do banco tomar conhecimento. Outro ponto obscuro é o fato de as apurações na Caixa terem levado sete dias. Dentro da instituição, a informação é que houve uma tentativa de Palocci de fazer Mattoso assumir sozinho a culpa — com a qual ele não concordou.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta Tribuna para, mais uma vez, comentar os atos de violência praticados por pessoas que atuam sob a bandeira do Movimento dos Sem-Terra (MST) ou de organizações que lhes são assemelhadas. Nesse contexto, faço referência ao artigo intitulado “Vandalismo sem causa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de abril do corrente, que lembra o ataque promovido pela Via Campesina à Aracruz Celulose e a depredação da sede da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Segundo o artigo, “Qualquer pretexto lhes serve para o escárnio à lei e à violação dos direitos humanos”. “O que mais impressiona é a continuidade, a

simultaneidade e a diversidade dos atos de violência praticados pelo MST e assemelhados”.

O artigo mostra, ainda, que o número de invasões de terras e propriedades no campo aumentou em 55% nos três primeiros anos do governo Lula, em relação aos últimos três anos do governo FHC.

Senhor Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vandalismo sem causa

De há muito os atos de extrema violência do agrupamento de meliantes que atuam sob a bandeira do Movimento dos Sem-Terra (MST), bem como os das organizações que lhes são assemelhadas – estranhamente chamadas de “movimentos sociais” –, dispensaram quaisquer justificativas, com um mínimo de consistência, para desrespeitar o patrimônio público ou privado, a integridade física das pessoas, o direito de ir-e-vir dos cidadãos, as terras, as sedes, as cercas, os equipamentos, as plantações e as criações das propriedades produtivas. Qualquer pretexto lhes serve para o escárnio à lei e à violação dos direitos humanos. Há dias foram as 2 mil mulheres da chamada Via Campesina que, num vandalismo descomunal, destruíram laboratórios, equipamentos, 5 milhões de mudas da Aracruz Celulose e inutilizaram um trabalho de aperfeiçoamento genético de 20 anos, em benefício da produtividade agrícola nacional. O pretexto? Os malefícios dos eucaliptais, em particular, e do agronegócio, em geral. Quer dizer, pouco lhes importa a mistura da bandeira ecológica com a primariedade de uma posição ideológica – no caso, anticapitalista, anticientífica, antiprodutiva e “antiinternacional”.

Nesta segunda-feira foram centenas de integrantes do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com o apoio de outras entidades, que entraram em confronto com a Polícia Militar (PM) e depredaram o hall de entrada da sede da Companhia Energé-

tica de Minas Gerais (Cemig), em Belo Horizonte, quebrando portas de vidro, destruindo computadores, placas de sinalização interna, cadeiras e telefones, agredindo e ameaçando funcionários, tudo isso em protesto contra os preços das tarifas de energia elétrica e a realização da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mas atente-se para o segundo pretexto: é como se fosse da pauta de reivindicações dos manifestantes a “não reunião” dos dirigentes daquela instituição internacional de fomento... E, enquanto isso, na Praça Sete, no centro da capi-

Qualquer pretexto serve para o MST praticar suas tropelias

tal mineira, outra leva de manifestantes – desta vez da Liga Operária e do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário – também entrava em confronto com a PM.

É até curioso o fato de os invasores da sede da Cemig, que tiveram que ser retirados por batalhão de choque da PM – depois das agressões praticadas contra os vigilantes da empresa –, terem acusado os policiais de utilizar bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e balas de borracha. O que preferiam eles? Bombas, granadas e balas de verdade?

Talvez achem pouco, para seus propósitos políticos – que, convenhamos, se aproximam menos das utopias ideológicas do que do puro e simples banditismo.

Nos primeiros três anos do

governo Lula, segundo os dados insuspeitos de um órgão do governo federal, a Ouvidoria Agrária Nacional, em comparação com os últimos três anos do governo Fernando Henrique, aumentou em 55% o número de invasões de terras e propriedades no campo, assim como o número de assassinatos, decorrentes de conflitos no meio rural, teve um brutal acréscimo de 63%.

O que mais impressiona é a continuidade, a simultaneidade e a diversidade dos atos de violência praticados pelo MST e assemelhados. Poucos são os dias em que não há operações dessas entidades, em diferentes lugares e sob diversas formas. Na mesma segunda-feira do vandalismo de Belo Horizonte pelo menos mais duas ocorrências tiveram lugar, a cargo do MST e congêneres. Um incêndio que destruiu cerca de 500 toneladas de cana-de-açúcar, da Usina Decasa, em Caiuá, no Pontal do Paranapanema, foi atribuído ao MST, que mantém acampamentos na região (certamente para essa mesma finalidade). Em Cuiabá, cerca de 300 integrantes do MST invadiram a sede do Incra. O pretexto? Ora, uma disparidade de dados: para os emessetistas apenas 200 famílias foram assentadas no ano passado, enquanto para o governo federal 10.288 foram beneficiados com terras em Mato Grosso. É claro que uma disparidade como essa só pode ser resolvida com sangue – devem pensar os líderes desses ditos “movimentos sociais”...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, “É preciso trancar o cofre”, publicado em sua edição de 2 de abril do corrente ano.

Trancar o cofre: é o grande desafio do novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Não é só um desafio na área econômica, é um grande desafio político, principalmente em ano eleitoral.

“O Governo Federal terá de fazer um esforço extra para cumprir a meta fiscal”, sinal que as contas não são a maravilha da qual os petistas tanto se orgulham.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA/MÊS/ANO:

2 abr. 06

EDITORIA:

Notas e
Informações

CADERNO:

A

PÁGINA:

É preciso trancar o cofre

O governo federal terá de fazer um esforço extra para cumprir a meta fiscal fixada para este ano, um superávit primário equivalente a 4,25% do PIB e destinado ao pagamento de juros. A tarefa será mais difícil do que se previa no ano passado, quando foi preparada a proposta orçamentária, segundo relatório enviado ao Congresso, no começo da semana, pelo Ministério da Fazenda. O Tesouro Nacional manda ao Congresso, a cada bimestre, uma reavaliação de receitas e despesas federais.

Segundo o novo relatório, os interesses eleitorais poderão levar os governos de Estados e municípios a gastar, neste ano, mais que o inicialmente previsto – como, aliás, está fazendo o governo da União. Nesse caso, sua contribuição para o superávit primário será menor que os R\$ 23 bilhões da primeira estimativa. Para compensar esse desvio, o governo federal e suas empresas terão de elevar sua economia de R\$ 66,4 bilhões para R\$ 70,5 bilhões. Será a maneira mais segura de produzir um resultado primário de R\$ 89,5 bilhões para todo o setor público.

Manter esse roteiro será um dos desafios políticos que o novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, terá de enfrentar, se quiser cumprir, como anunciou, o compromisso fiscal assumido para 2006.

Nos últimos três anos, o superávit primário sempre ultrapassou o alvo fixado oficialmente. Embora o assunto fosse raramente discutido em público, o ministro Antonio Palocci e seus principais auxiliares trabalharam sempre para alcançar, na prática, um resultado mais ambicioso que o fixado nas leis orçamentárias.

Sabiam que o superávit poderia ser maior e tentaram transformar essa convicção num programa de ajuste fiscal mais severo e mais eficiente. A tentativa não deu certo, porque foi rejeitada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com as pressões cada vez mais fortes para aumento dos gastos, mesmo a meta relativamente modesta acertada para este ano, o excedente de 4,25% do PIB, já parece problemática.

As novas projeções indicam, entre outros desvios, um acréscimo de R\$ 5,7 bilhões nas despesas da Previdência Social – efeito do au-

mento do salário mínimo. Esse aumento poderá ser compensado, em parte, pela economia resultante do recadastramento dos aposentados, mas essa estimativa não foi incluída nas novas contas, provavelmente por cautela. O déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi reestimado de R\$ 39,1 bilhões para R\$ 44,7 bilhões.

As novas contas incluem, também, a reavaliação dos gastos com pessoa, encargos sociais, seguro-desemprego e repasses aos Estados para compensá-los pela desoneração de exportações determinada pela Lei Kandir.

O Congresso já havia inflado a proposta orçamentária, ao rever a receita projetada. Essa é uma prática recorrente e a resposta habitual do Executivo é congelar parte das despesas para manter no rumo a execução orçamentária. Neste ano, preservar o curso será mais complicado, segundo o novo relatório bimestral do Tesouro.

Diante dos novos números, a Fazenda terá de administrar um corte de gastos de até R\$ 22,4 bilhões, cerca de R\$ 7 bilhões a mais do que se estimava necessário, anteriormente, para compensar os desvios.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional encerrou nessa quinta-feira a votação da proposta de lei orçamentária. O assunto deverá ser submetido ao plenário na primeira semana de abril. Se for aprovado sem maior demora, o Orçamento-Geral da União entrará em vigor com atraso pouco superior a três meses e já estará superado.

Ao mencionar o possível afrouxamento da política fiscal dos Estados, durante a campanha eleitoral, os autores do relatório foram provavelmente otimistas. As pressões para uso eleitoral das finanças federais também serão muito fortes. De fato, já começaram a manifestar-se e o novo ministro da Fazenda terá de mostrar muita firmeza para evitar que o Tesouro seja escancarado. Até agora, ele apenas se opôs à adoção de metas fiscais mais ambiciosas para este e para os próximos anos, afirmando que a atual política já é bastante austera. A partir de agora, terá de se empenhar numa batalha diária, no interior do governo e no contato com as bases políticas, para garantir que até a modesta meta de 4,25% de superávit primário seja alcançada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A (falta de) ética rouba a cena”, de autoria da teóloga Maria Clara L. Bingemer, publicada no **Jornal do Brasil** em sua edição de 3 de abril do corrente.

Segundo a autora, dias sombrios vive o Brasil. “A língua negra da corrupção parece nunca mais se cansar de poluir o mar de almirante onde o país esperava navegar depois de décadas de espera e credulidade em uma proposta que tinha a ética como centro. A vitória acontecida em 2002 enlouqueceu de esperança um

povo que acreditava enfim poder viver com parâmetros de dignidade, valores, moralidade, honradez”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A (falta de) ética rouba a cena

Dias sombrios vive o Brasil. A língua negra da corrupção parece nunca mais se cansar de poluir o mar de almirante onde o país esperava navegar depois de décadas de espera e credulidade em uma proposta que tinha a ética como centro. A vitória acontecida em 2002 enlouqueceu de esperança um povo que acreditava enfim poder viver com parâmetros de dignidade, valores, moralidade, honradez. E, no entanto, há um ano este mesmo país, este pobre povo tem de assistir em crescente perplexidade o recuo da ética, da decência e da honestidade para o fundo mais fundo da obscuridade e da insignificância em um cenário onde a falta de ética e de princípios ocupa a linha de frente do espetáculo.

Esforçando-se para não sucumbir ao próprio desencanto, o país se pergunta pela ética tão prometida e tão pisoteada. Em momentos assim, vale voltar à fonte das palavras e “pedir-lhes esmola” para tentar entender o que acontece. Mais: para tentar entender o que querem dizer pessoas e grupos quando dizem “ética”. Mais ainda: o que queremos dizer nós mesmos quando afirmamos que a política brasileira perdeu a ética.

O que seria, então, a ética? Que segredos contém essa palavra tão usada e malbaratada nos últimos tempos no cenário nacional? Primeiramente, entende-se por ética os sistemas de valores e

MARIA CLARA L. BINGEMER
TEÓLOGA

O sabor amargo permanece na boca de todo um povo que apostou na esperança

costumes instituídos nas vidas de grupos particulares. Mas também o termo é usado para se referir a um desses sistemas em particular: a moralidade, que envolve noções como retidão, injustiça, culpabilidade, vergonha, e assim por diante. Finalmente, ética pode, dentro desse sistema de moralidade, referir-se a princípios morais reais, tais como: respeitar a propriedade alheia, tratar com deferência toda forma de vida, comportar-se segundo os parâmetros que regem a vida da comunidade, estruturar a própria vida de acordo com valores nos quais se acredita.

Em suma, ética é um conjunto de valores e princípios elabora-

dos pelo próprio ser humano, aplicado por este mesmo ser humano para tornar sua vida mais humana. Se assim for, compreende-se a perplexidade do país inteiro ao ver, através da televisão e da grande imprensa, uma deputada eleita legitimamente pelo voto e integrante do Conselho de Ética dançar alegremente comemorando exatamente o contrário do que foi comissionada para defender. A deputada eleita dançou para comemorar a injusta absolvição de seu colega de partido. Guardiã da ética, celebrava o triunfo da impunidade.

O país ainda não se recuperara das melancólicas imagens da chamada “dança da pizza” quando o desfecho do caso que culminou na queda do ministro Antonio Palocci foi-lhe imposto, qual golpe de misericórdia após o fuzilamento. O ministro comparecia impávido a todas as sessões de seu processo, com sua aparência digna e o apoio explícito do presidente. Em segundo plano, no entanto, a testemunha de suas irregularidades – um humilde caseiro – tinha seu segredo bancário violado e as manobras se sucediam para que mais uma vez a ética saísse humilhada e vencida.

A deputada foi afastada do Conselho de Ética, o ministro deixou o ministério e nele foi substituído. Mas o sabor amargo permanece na boca e no estômago de todo um povo que apostou na esperança contra o medo e agora se sente miseravelmente

defraudado, desapontado, desalentado.

Impossível clima pior para um ano eleitoral. Difícil pensar situação mais inadequada a um final de governo que começou sob aclamação e respeito generalizados, trazendo bem alta a bandeira da moralidade e da ética. E, no entanto, é preciso seguir adiante.

Os candidatos em campanha já começam a visibilizar suas propostas. Promessas, discursos e programas de governo se sucederão nos palanques e microfones. A palavra ética será novamente e inúmeras vezes usada em vão, insistentemente invocada para captar votos e benevolência dos incautos.

E de se esperar, porém, que após toda essa via sacra de decepções e quedas, de malversações e mal entendidos, de mentiras e danças, de ascensões e quedas, o povo brasileiro esteja mais maduro, menos crédulo é, portanto, mais apto a ter um verdadeiro discernimento com vistas às eleições que se avizinham.

O foco da esperança que deverá vencer o medo agora é que a ética possa ser resgatada, intacta, ílesa, do mar de lama onde foi jogada e arrastada, para novamente ocupar o lugar que lhe corresponde no debate político: o centro do jogo, a frente da cena.

Maria Clara Bingemer é autora de Violência e religião (PUC-Rio/Edições Loyola), entre outros livros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão de segunda-feira, 17 de abril de 2006, iniciada às 14 horas e supervisionada pelo nosso extraordinário Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro Silva, e pela encantadora Dr^a Cláudia Lyra, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, 18 de abril de 2006, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

3

PARECER Nº 293, DE 2006

Discussão, em turno único, do Parecer nº 293, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio, concluindo favoravelmente, com a Emenda nº 1-CRE, à Indicação nº 2, de

2004, do Senador Marcelo Crivella, propondo a *adoção de providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de estudar a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão do Presidente da República da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, na programação das visitas de autoridades ao nosso País*.

4

REQUERIMENTO Nº 1.007, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.007, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Parecer favorável, sob nº 316, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

5

REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.008, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Parecer favorável, sob nº 317, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.009, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante,

te, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Parecer favorável, sob nº 318, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.)

(OS Nº 12155/06)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

17-4-2006
segunda-feira

19:00 – Cerimônia de posse do Ministro Ronaldo Lopes Leal como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, do Ministro Rider Nogueira de Brito, Vice-Presidente e do Ministro Luciano Castilho Pereira, Corregedor-Geral

Sala de Sessões do Tribunal Superior do Trabalho

DECISÃO DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e em observância ao que dispõe a Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997,

CONSIDERANDO as informações e as justificativas constantes dos autos do Processo Administrativo nº 018028/05-5;

CONSIDERANDO os termos do Contrato nº 05/2005, celebrado entre o Senado Federal e a empresa Brasil Veículo Companhia de Seguros; e,

CONSIDERANDO termos do Parecer da Advocacia do Senado Federal nº 006/2006,

DECIDE:

I) autorizar, “ad referendum” da Comissão Diretora, a alienação do veículo oficial Fiat/Marea ELX, cor preta, ano e modelo de fabricação 2003/2003, placa JFP 4165, chassi nº 9BD18523037065079, integrante do patrimônio do Senado, à Brasil Veículos Companhia de Seguros, com vistas ao recebimento da indenização securitária prevista no Contrato SF nº 05/2005;

II) delegar poderes ao Diretor-Geral do Senado Federal para que possa praticar todos os atos necessários à efetivação da transferência de propriedade do veículo, na forma descrita no item anterior, junto a qualquer instituição pública ou privada.

Senado Federal, em


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 682 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO**

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002817/06-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 421, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3436, de 09/03/2006, que nomeou **DANILO SÉRGIO CAVALCANTI OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 683 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002804/06-9,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 339, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3425, de 17/02/2006, que nomeou **HELICIO CARLOS QUEIROZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 684 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003422/06-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 393, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3433, de 06/03/2006, que nomeou **FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 685 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO**

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003436/06-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 399, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3433, de 06/03/2006, que nomeou **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 686 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005758/06-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **STHEFANO BENEVIDES DO CARMO**, matrícula n.º 152666, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 687 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000540/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AMÉRICO EUSTÁQUIO TORRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 688 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005630/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JUDITI SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Sociais.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 689 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005757/06-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELUANA FERREIRA BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 690 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005317/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor **ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LIMA**, matrícula 43245, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 05 de abril de 2006.

Senado Federal, 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 691 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA CRISTINA PEDRINHA DE LIMA, matrícula nº 49119, e ANA CLÁUDIA COSTA BADRA, matrícula nº 37520, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 005625/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de Abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 692 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOSÉ HILSON DA ROCHA ARAÚJO**, matrícula **34001**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Controle de Almoxarifado, da Subsecretaria de Materiais e Administração de Matérias Primas, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **01 de abril de 2006**.

Senado Federal, de 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 693 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora ALZIRA SOARES DA SILVA, matrícula **30500**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **01 de abril de 2006**.

Senado Federal, 17 de Abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 694 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003224/06-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 371, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3430, de 24/02/2006, que nomeou **JEFREY SOUSA HIPPOLYTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 695, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 003224/06-6 e 005586/06-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JEFRY SOUSA HIPPOLYTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 17 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB - Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 18.4.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS